

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – CPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA
AMAZÔNIA - PPGCSPA

REGIANE DE JESUS PINTO

TERRITÓRIO, PARENTESCO e PANEMA: a Irmandade de Brasília

São Luís

2019

REGIANE DE JESUS PINTO

TERRITÓRIO, PARENTESCO e PANEMA: a Irmandade de Brasília

Dissertação apresentada ao Mestrado do Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia – UEMA.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cynthia Carvalho Martins

São Luís

2019

REGIANE DE JESUS PINTO

TERRITÓRIO, PARENTESCO e PANEMA: a Irmandade de Brasília

Dissertação apresentada ao Mestrado do Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia – UEMA.

Aprovada em:_____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cynthia Carvalho Martins – UEMA (Orientadora)

Prof.^o Dr.^o Alfredo Wagner Berno de Almeida – UEMA

Prof.^o Dr.^a Patrícia Maria Portela Nunes – UEMA

Prof.^o Dr.^o Osvaldo Martins de Oliveira – UFES

PINTO, Regiane de Jesus

A Irmandade de Brasília: a Irmandade de Brasília

/Regiane de Jesus Pinto. - São Luís, 2019.

112 fls

Dissertação (Mestrado) – Curso de Cartografia Social e Políticas da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cynthia Carvalho Martins

1. Irmandade. 2. Saberes. 3. Territorialidade. 4. Quilombo.
5. Parentesco. 6. Panema.

CDU: 911.3

Dedico a Deus e a toda a minha família, em especial aos meus pais, Elias Pinto (in memoria) e Joany da Graça de Jesus, pelos esforços constantes para educar seus filhos e, por demonstrarem amor e companheirismo em todos os momentos da minha vida. Admiro e amo muito vocês.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, por me abençoar, colocar pessoas especiais em minha vida e por me dar forças durante esta caminhada.

A minha família, especialmente aos meus pais Joany e Elias (in memoria), meus irmãos, Jose de Ribamar, Jose Nazaré e Jamilson, por estarem ao meu lado.

Aos meus tios Sebastiana e Nelivaldo e, minha prima Andreia, pelo apoio.

A minha orientadora, Cynthia Carvalho Martins.

A todos os professores e professoras do Programa de Mestrado em Cartografia Social e Políticas da Amazônia.

Aos meus colegas de curso: Jucimeire, Vanessa, Juliene, Joercio, Joana, Kateane, Felipe, Cristina e Erika.

A comunidade de Brasília, em especial aos colaboradores na pesquisa de campo: Zé de João, Ana Maria, Luís Magno e Neide.

A coordenação do Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia.

RESUMO

A dissertação “TERRITÓRIO, PARENTESCO e PANEMA: a Irmandade de Brasília”, foi realizada na comunidade de Brasília, localizada no município de Serrano do Maranhão, região conhecida ecologicamente como Baixada Maranhense. Esta pesquisa tem por objetivo, refletir sobre o processo de construção da territorialidade do denominado território de Brasília a partir da consideração dos saberes e práticas dos agentes sociais. A análise da construção da territorialidade considera as relações de parentesco, as categorias próprias utilizadas para classificação do território e as relações dos saberes e uso racional dos recursos naturais. Nessa construção, estão presentes noções ligadas ao uso dos campos naturais, rios e das florestas, associados a seres protetores e que controlam o uso racional dos recursos naturais e outras que envolvem as relações políticas, estabelecidas ao plano organizativo. As categorias pelos agentes sociais em relação à classificação do território e ao uso dos recursos naturais são consideradas nessa dissertação. As categorias “território”, “comunidade” e “panema” condensam significados relacionados ao modo de vida dessas famílias.

Palavras-chave: Irmandade. Saberes. Territorialidade. Quilombo. Parentesco e Panema.

ABSTRACT

The dissertation “BRASILIA'S BROTHERHOOD: when knowledge builds a rational use of natural resources”, was carried out in the community of Brasília, located in the municipality of Serrano do Maranhão, region ecologically known as Baixada Maranhense. This research aims to reflect on the process of building the territoriality of the so-called Brasília territory from the consideration of the knowledge and practices of social agents. The analysis of the construction of territoriality considers kinship relations, the proper categories used to classify the territory and the relations of knowledge and rational use of natural resources. In this construction, there are notions related to the use of natural fields, rivers and forests, associated with protective beings and that control the rational use of natural resources and others that involve political relations, established at the organizational level.

Key words: Brotherhood. Knowledge. Territoriality. Quilombo. Kinship and Panema.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Quadro com nomes dos agentes sociais/grau de parentesco/tema.....	48
Quadro 2	Povoados do <i>território de Brasília</i>	57
Figura 1	Croqui do povoado de Brasília.....	58
Quadro 3	Número de família definido pelo número de fogões.....	59
Figura 2	Croqui da <i>comunidade de Brasília</i>	61
Figura 3	Croqui do <i>território de Brasília</i>	62
Figura 4	Autos de testamento das terras de São Caetano/Brasília.....	66
Figura 5	Esquema com as comunidades que formam o território de Brasília.....	74
Quadro 4	Tipos de <i>roças, meses e cultivares</i>	77
Quadro 5	Males e práticas tradicionais de cura.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACONERUQ	- Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão
ACS	- Agente Comunitário de Saúde
CCBS	- Centro de Ciências Biológicas e de Saúde
CCN	- Centro de Cultura Negra
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
FCP	- Fundação Cultural Palmares
FETAEMA	- Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agriculturas do Estado do Maranhão
HIV	- Vírus da Imunodeficiência Humana
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MOQUIBOM	- Movimento Quilombola do Maranhão
NAE	- Núcleo de Assistência Estudantil
PPGCSPA	- Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia
SBPC	- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
UEMA	- Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	A INSERÇÃO EM CAMPO: refletindo sobre pertencimento e construção da pesquisa.....	19
1.1	Pertencimento e Relação com os Estudos	20
1.2	O Trabalho de Campo: ser de Brasília e pesquisar Brasília.....	24
1.3	As Viagens a Campo	35
1.4	A Construção da Situação Pesquisada	41
1.5	Refletindo Sobre a Noção de Campo: o campo natural; o trabalho de campo e noção de campo em Bourdieu.....	42
1.6	Quem São os Meus Entrevistados	48
2	TERRITÓRIO, PARENTESCO E SISTEMAS DE AJUDA MÚTUA	51
2.1	As Formas de Classificação em Relação ao Território, Comunidade e Povoados	53
2.1.1	<i>Os povoados</i>	55
2.1.2	<i>A Comunidade</i>	57
2.1.3	O Território	61
2.2	Relações Territoriais e de Parentesco	64
2.2.1	A mudança do nome: do engenho de São Caetano à comunidade de Brasília.....	70
2.3	A Ação do INCRA e definição como Território Quilombola	72
2.4	Rocha e Roçado: redes de solidariedade.....	74

2.4.1	As roças, as cercas e a criação de animais	77
2.5	As Associações	79
3	RELAÇÕES SOCIAIS, USO COMUM E CONTROLE DOS RECURSOS NATURAIS: panema, assombrados e formas de cura	84
3.1	Panema	86
3.1.1	<i>Panema na caça</i>	88
3.1.2	<i>Panema na pesca</i>	92
3.1.3	<i>Assombrados, seres sobrenaturais e preservação da natureza</i>	93
3.2	Parteira e a Relação com o Pajé	94
3.3	Corpo Aberto / Corpo Fechado	98
3.3.1	Formas de cura/tratamento.....	101
3.4	Uso das Ervas nos Saberes Tradicionais	104
3.5	A festa de Nossa Senhora da Conceição e os casos de Incorporações	105
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
	REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

Ao apresentar esta pesquisa, faço referência a forma como se desenvolveu meu interesse nestes estudos que, inicialmente, chamavam-se “estudos dos saberes”. Durante minha graduação em enfermagem advim a ter interesse sobre o tema “saberes”, relacionados nesse período, ao uso das ervas medicinais. Fui bolsista do Projeto de Pesquisa e Extensão: Levantamento da Situação Quilombolas do Maranhão, do programa de Pós-Graduação de Saúde e Ambiente (CCBS) da Universidade Federal, sob a orientação do professor Luiz Alves, militante do Centro de Cultura Negra¹ (CCN - MA). Essa relação social despertou-me o empenho em compreender os saberes relativos às ervas medicinais e em que medida esses usos faziam parte do modo de vida das famílias da minha própria *comunidade*, conhecida como Brasília.

Entretanto, remontando mentalmente esse momento inicial do interesse pela pesquisa e o atual, no qual a mesma encontra-se em tese de “conclusão”, percebo como a construção que fazia se alterou. Anteriormente ao meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), possuía uma visão idealizada, sem considerar as relações de conflito e as dificuldades no reconhecimento desses saberes, pensados pela sociedade mais ampla como saberes menores e sem valorização. Percebo que atualmente não basta saber para que serve determinada erva ou mesmo catalogar seus usos, mas se faz necessário compreender como vivem as famílias quilombolas, qual sua relação com a territorialidade e qual o uso social desses saberes. Desenvolvi, apesar das dificuldades, um olhar atento racionalizando minhas paixões em um processo que, sem dúvidas, trouxe amplitude as minhas percepções que são intrínsecas as relações sociais e aos anseios da minha própria “comunidade”. Antes sequer sabia sobre a construção da territorialidade da minha *comunidade*, de que ali, em tempos remotos, havia um engenho; e que esse engenho era movido pelo trabalho dos escravos. Mal sabia que eu mesma pertencia a família dos

¹ Centro de Cultura Negra do Maranhão, fundada em 19 de setembro de 1979. Militância política e cultural em defesa dos direitos e espaços da população negra. Desenvolvendo ações de caráter política, social cultural, religioso e educacional, combatendo o racismo social e racial (CRESS, 2019).

escravizados e que meus familiares tiveram relações de parentesco, tempos depois, com os descendentes do “dono do engenho”. Essa “história” estava perdida na minha vivência. E embora me veio o entendimento que por sua natureza especulativa não poderia “recupera a história”, percebi que poderia compreender melhor as narrativas dos meus parentes e a minha própria posição no mundo. Isso não é pouco e já vale o esforço extremado que tive que fazer para realizar esse trabalho que certamente tem falhas, mas que a níveis pessoais se torna maior que um trabalho acadêmico, tornando-se a descoberta de aspectos importantes da minha vida e dos meus parentes.

O início dos meus estudos se deu a partir das primeiras leituras realizadas ainda no período da seleção ao mestrado. Com a leitura do texto *Sistema de uso comum e conflito* do professor Alfredo Wagner, percebi similaridades com a situação de Brasília, das *roças*, do sistema de uso comum e tudo que parecia estar no meu quintal. A partir da leitura, conforme, relatei na entrevista de seleção para ingresso no mestrado, identifiquei algumas reflexões de cunho teórico com situações empíricas vivenciadas na minha própria *comunidade*. A partir disso, passei a refletir sobre a possibilidade de aprofundar o estudo dos saberes abrindo um leque de possibilidades à serem incluídos na construção do conhecimento dentro de minha trajetória, exercitando uma reflexão sobre a minha posição. A leitura desse texto marcou minha vida quando compreendi que as situações próximas as da minha comunidade eram estudadas, eram importantes, tinha um valor. Depois, desconstruí um pouco a percepção desse texto por saber que apesar de categorias similares e aproximativas com aquelas vivenciadas em Brasília, cada situação social possui a sua especificidade.

Com a realização da atividade de campo, percebi que esse trabalho não seria possível somente a partir de uma construção teórica, reconstrução cartorial, de documentos, fundamentaria esse trabalho, pois estaria mais fundamentado, nas relações de pesquisas. Essa construção da investigação exigia um diálogo, uma reflexão, uma construção, processo certamente difícil, mas necessário. Então passei realizar esta pesquisa, investindo no trabalho de campo sistemático. Ao mesmo tempo também, essas categorias mais analíticas, não aprofundei tanto na dissertação, pois privilegiei a percepção de como os agentes sociais as constituem e as interpretam, quais os seus significados e como orientam as relações sociais, tais

como as categorias: “comunidade”, “territorialidade”, “território”. Essas divisões têm uma correspondência com as situações estudadas, mas que não aprofundei, em função de um limite, de tempo e da minha própria formação. Optei por perceber como os agentes sociais as utilizam pois refletem no seu uso no cotidiano. São categorias analíticas, mas são também “categorias nativas”, no sentido de próprias e características ao grupo estudado.

Inicialmente, pensava que a pesquisa era uma comprovação, que eu tinha que saber a origem de todas aquelas terras; que teria de provar, através dos documentos históricos, quem eram seus proprietários. Mas, de repente, essa pretensão caiu por terra, pois entendi que deveria problematizar os dados objetivos, as classificações oficiais e questionar as genealogias, os documentos, as próprias certezas que tinha. O fato de despertar meu interesse, me estimulou a dar uma continuidade a essas leituras e abriu portas para trabalhos futuros, ou seja, para um aprofundamento da pesquisa que ora apresento. Posso no futuro, talvez em um curso de doutorado, ampliar a pesquisa e incluir os dados cartoriais em uma perspectiva relativista, tomando-os como um elemento de classificação.

Na presente dissertação “TERRITÓRIO, PARENTESCO e PANEMA: a Irmandade de Brasília”, tem por objetivo analisar o processo de construção da territorialidade a partir as crenças e práticas dos saberes tradicionais. A pesquisa foi realizada na comunidade quilombola de Brasília, município de Serrano (MA), composta, atualmente por 38 famílias, estabelecido pelo número de fogão. O trabalho a campo iniciou no segundo semestre de 2018 e para realizá-lo utilizei-me de observações diretas, anotações em diários de campo e entrevistas. Posteriormente trabalhei o material recolhido com análises das entrevistas e leituras teóricas.

Para entender os saberes na construção da territorialidade, fez-se necessário entender como as terras de São Caetano, deixada de herança aos filhos naturais do Simplício, foram sendo repassadas geração a geração, sem formal de partilha. Essa reflexão foi feita a partir das narrativas dos agentes sociais. A comunidade pesquisada encontra-se, geograficamente, localizada no município de Serrano do Maranhão, na região Norte do Maranhão, conhecida ecologicamente como Baixada Maranhense, formada por grandes planícies baixas que alagam na estação chuvosa.

A primeira viagem a campo ocorreu entre 03 a 07 de novembro, quando entrevistei 03 pessoas que ocupam posição central na *comunidade*: a senhora Joany, agente comunitária de saúde (ACS); a senhora Ana Maria, parteira e o senhor Zé de João, que detém um grande conhecimento sobre a história de Brasília, além de ser um articulador político da *comunidade*, junto aos órgãos governamentais. As representações dos agentes sociais e das observações, permitiram um levantamento das situações social da *comunidade*; as formas como são feitas as *roças*; como se dá a relação da parteira com a *comunidade*; quem detém o conhecimento sobre as ervas e como ocorre relação da *comunidade* com outras *comunidades*.

Já o segundo momento de campo ocorreu entre 06 a 09 de dezembro, ambas em 2018, me permitiu observar que há uma dedicação exclusiva as atividades relacionadas ao festejo tradicional da *comunidade*, um dia anterior ao festejo até um dia posterior ao mesmo. Durante o festejo foi observado também uma relação muito forte de pessoas da *comunidade* com as visagens, *incorporações* e com os *pajés*. Ocorreram várias *incorporações*, das minhas primas. Apresentando tons de fala diferentes, dentes serrados, olhos vidrados e uma força extraordinária, que são sintomas relacionados a esse estado, denominado de *incorporação*.

A terceira viagem a campo foi no mês de abril de 2019, entre os dias 18 a 21 e a quarta de 28 a 30 de julho. Nesta, foi observado que o campo natural estabelece uma relação entre as mais diversas pessoas, para além do território físico. Já na quarta viagem, além de aprofundar sobre os temas abordados, os agentes sociais relataram sobre as atividades de criações de animais, pastoreio, pesca e caça, que vão além de uma atividade mercantil e também, as relações entre as crenças nos sobrenaturais e a preservação da natureza.

Nessas viagens de trabalho de campo, procurei exercitar a posição de pesquisadora, mesmo pertencendo à *comunidade*, realizava entrevistas como se não fosse dali. Isso causou estranhamento em meus parentes. Eles pensavam que eu havia desaprendido ao investir nos estudos, isso porque tudo aquilo que perguntava, frequentemente sentia que meus parentes achavam que eu já sabia a resposta. Tudo parecia estranho e eu tinha que continuar exercitando uma atividade que por vezes parecia sem sentido para os demais e para mim mesma, mas que, com o tempo, abriu possibilidades de problematizar, de pensar criticamente sobre

processos sociais.

Construir os capítulos foi um outro desafio em virtude disto exigir um viés analítico, construir a partir daquela “realidade” uma reflexão, me apropriando de uma interpretação que precisava elaborar. Enfim, construí os capítulos conforme descritos a seguir, após um longo trabalho pois parecia difícil dividir a parte relacionada a *roça* e pesca daquela relacionada ao “panema”, por exemplo. A *roça* tinha haver com o *currupira*, a pesca também e com os *pajés* e com as ervas, enfim, difícil analisar esse “universo” pois ele estrutura-se em um modo próprio de vida no qual tudo é vivido ao mesmo tempo. Mas passemos a descrição dos capítulos.

No primeiro capítulo, reflito sobre a minha inserção em campo e a relação com os agentes sociais locais. Mesmo sendo da *comunidade* me senti diante de uma confrontação relacionada à condição de “ser de Brasília” e, ao mesmo tempo, “estudar e pesquisar em Brasília”. Apresento minha vivência no território que antecede minha condição de pesquisadora e também minha inserção e experiência vivenciada em campo. Em campo precisei tratar com cautela as impressões. Pois os anseios e as das conquistas constituem minha trajetória de vida. Nasci em uma comunidade quilombola de difícil aceso, onde a educação escolar é precária e as desigualdade sociais marcantes. Minha presença como pesquisadora na *comunidade* em que nasci e vivi, me faz questionar minha trajetória, diante da inserção a campo.

Nessa perspectiva, serão percorridas as confrontações que vivenciei como pesquisadora e a apresentação diante dos agentes sociais. Administrar minha posição de pesquisadora foi desafiador, mesmo sendo da *comunidade* surgiram algumas indagações. Antes de ir ao campo procurei ler sobre a inserção de antropólogos no campo, Malinowski, como chegou? – Ele precisava conquistar a confiança dos Trobriandeses. Berreman como foi visto? Como controlou suas próprias impressões? Bourdieu, qual a sua proposta, ele problematiza em “Esboço de uma auto análise”, ele não queria fazer uma biografia, afinal essa problematização deve ir além de falar de si, deve servir para pensar a construção da pesquisa.

A comunidade de Brasília, realiza no início do mês de dezembro, o festejo de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da *comunidade*. No festejo tem os *sócios* e os *juízes*. Os são *sócios*, pessoas da *comunidade* que querem participar da

organização do festejo. Já os *juízes* podem ser pessoas da *comunidade* ou qualquer outro lugar), não participam da organização do festejo.

O principal acesso a Brasília é através do campo natural. O campo natural é recoberto por água quando está cheio sendo inabitado, entretanto, no período de seca seu terreno serve de morada para pessoas e animais. Além de ser o principal local para as famílias exercerem a pescaria, relação da *comunidade* com outras *comunidades*, são pré-estabelecidas pelo campo natural. Desde que nasci, a noção de campo estava associada a ideia de campo natural. O campo natural e o campo da pesquisa, que embora escrito da mesma forma, possuem significados diferentes, com a entrada na universidade passei a pensar o campo como relacionado ao trabalho de campo.

Durante as viagens a campo, entrevistei seis agentes sociais, e realizei diversas conversas informais. Lideranças atuam de diversas formas, em prol do território, internamente ou externamente, assumindo um papel de representatividade dos demais, mediante as mais diversas situações. Os agentes sociais entrevistados moram na comunidade de Brasília, partes deles ocupam uma posição central.

Já no segundo capítulo analiso as relações territoriais considerando o parentesco como organizando as relações sociais e com os recursos naturais a fim de explicitar as relações comunitárias. Tais relações possuem especificidades que apontam para um sistema que imobiliza a terra para a venda em função da prática do sistema de uso comum, com a predominância de relações de solidariedade, nem sempre reduzidas a um utilitarismo ou relações meramente mercantis.

Considerando as representações sobre o território de Brasília, as reflexões foram feitas a partir do antigo engenho São Caetano, pertencente ao seu Simplício. Essas terras foram deixadas de heranças aos seus filhos. Posteriormente, as terras de São Caetano, passaram a chamar Brasília, em referência ao engenho de cachaça, localizado no município de Mirinzal. Por tratar-se de uma “terra de herança” aqueles que permaneceram nas terras são parentes e mantem relações de solidariedade, compadrio e vínculos que implicam em respeito mútuo. Entretanto, até o presente, somente através do casamento é possível a inserção de um membro nos *povoados* que compõe o território de Brasília.

As famílias se referem a esse território, com distintas categorias, para classifica-los, cada uma delas com significados próprios: *povoado*, *comunidade*,

território. A menor unidade é denominada de *povoado*, em seguida teríamos a *comunidade* e o território. O termo “Brasília” é empregado para designar unidades sociais distintas e se desdobra em três categorias: *povoado*, *comunidade*, *território*. O território de Brasília é composto por seis *comunidades* e nove *povoados*, que mantém relação entre se.

Uma designada *comunidade* possui distintos designados *povoados*. O território, por sua vez, engloba distintas *comunidades*. Os *povoados* não são uniformes, cada um com sua particularidade, assim como as *comunidades*, que são diversificadas e possuem uma organização própria.

As relações de solidariedade, são estabelecidas no sistema agrícola distinguindo, categorias como *roça de roçado*; o sistema de pastoreio, tomando como referência a criação de gado bovino e a criação de porcos. A dimensão meramente econômica não dá conta da complexidade das relações, de um modo de vida própria tal como aquele vivenciado pelas famílias.

Foi a partir de um conflito vivenciado pelas famílias com os proprietários de búfalos, que o contato como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi estabelecido. Mesmo sendo herdeiras as famílias não procederam ao formal de partilha. Portanto, as representações relativas à dimensão territorial demonstram em que medida essa classificação territorial própria do grupo colide, em certa maneira, com as classificações oficiais. As relações políticas, são estabelecidas ao plano organizativo na denominada *associação* e mobilização política.

No terceiro e último capítulo, discuto sobre “as crenças e os saberes na construção da territorialidade”, na dimensão das relações ligadas ao uso dos recursos naturais, inseparável dos modos de percepção relativos às crenças. Nessa construção, estão presentes noções ligadas ao uso dos rios e das florestas, associados a seres protetores e que controlam o uso racional dos recursos naturais.

Há categorias próprias para designar seres, nem sempre associados ao que designam como sobrenatural, já que estão presentes no dia-a-dia das práticas sociais. Existem uma série de normas associadas ao uso dos recursos vinculadas à ideia de *panema*, uma espécie de azar que acomete aqueles que usam de forma indevida um recurso natural, violam uma regra social ou contrariam um acordo coletivo. Ao descrever o *panema*, não posso deixar de mencionar a caça e a pesca,

isso significa que a dimensão “econômica” é indissociável de uma representação sobre a natureza, disciplinada por práticas e formas de uso.

Outra categoria a partir do qual se pode pensar a relação das famílias com o uso dos recursos é a categoria *assombrados*. Os *assombrados* são seres que punem aqueles que violam as regras sociais, seja na pesca, seja na casa. As noções de *corpo aberto* e *corpo fechado* são fundamentais para compreender que nem todos os integrantes do grupo possuem as mesmas possibilidades de relação com os *assombrados* ou aos espíritos de pessoas que já morreram.

Neste cenário, também está o papel social da parteira de modo a demonstrar, que as crenças e saberes estão presentes em distintas dimensões da vida social. O saber e o uso das ervas, para cura dos males que acometem o corpo e a alma, é um conhecimento compartilhado, é compartilhado por todos, não apenas uma pessoa que detém o conhecimento.

A noção de pertencimento é partilhada a partir da noção de *irmandade*, que permite o compartilhamento de uma ideia de pertencimento presente em todas as *comunidades* que compõem o *território*. Demonstrado principalmente, no plano organizacional da festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da comunidade de Brasília. Esse festejo, agregam pessoas de diversas *comunidades* e regiões, transcendendo o território étnico a uma noção estreita de senso de terra, remetendo a um sistema de relação.

Essas crenças e tradições se expressam e revelam dinamicamente na organização social, demonstrando a complexidade dos diversos elementos que compreendem um território, onde os agentes sociais se posicionam como sujeitos de sua história, por meio da construção social da sua identidade.

1 A INSERÇÃO EM CAMPO: refletindo sobre pertencimento e construção da pesquisa

Ao apresentar esta pesquisa faz-se necessário uma explicitação do meu lugar de fala, do meu pertencimento em decorrência dos vínculos que possuo com os agentes sociais com os quais mantive relações de pesquisa. Minha avó, chamada Maria das Dores, mãe do meu pai, é bisneta do então dono da Fazenda São Caetano, senhor Francisco Simplício. Os descendentes de Simplício permaneceram naquelas terras durante as gerações subsequentes de modo que nasci na comunidade de Brasília, só saindo do local aos dezesseis anos com a finalidade de aprimorar meus estudos.

Pelos relatos obtidos durante o presente trabalho, identifiquei que o senhor Francisco Simplício Pinto possuía uma extensão de terras, que segundo as narrativas, era necessário de mais de dois dias de caminhada para conseguir percorrer todo seu domínio. Seu Simplício e sua esposa tiveram oito filhos, conforme a genealogia ainda será explicitada nesse trabalho. Após a morte do senhor Simplício, seus cinco filhos do sexo masculino herdaram as terras enquanto suas três filhas mulheres herdaram os escravos e casa.

Ao constituir família, os filhos do senhor Simplício permaneceram no território e até o presente os seus descendentes ainda estão nessas terras. Entretanto, a presente pesquisa aponta que a definição do “território” reconhecido pelo INCRA, não corresponde exatamente às antigas “terras do Simplício”. Isto porque no atual território reconhecido pelo INCRA, foram homologadas *comunidades* que não pertenciam às terras do Simplício – tal como a comunidade de Ponta e Perapema - bem como *comunidades* que antes pertenciam às terras do Simplício estão fora do território reconhecido.

Vale ressaltar não tenho pretensão de realizar decorrer sobre aspectos históricos que remontem às origens de Brasília, mas procuro através destes estudos apresentar as relações sociais estabelecidas no tempo presente. Recorro à construção da territorialidade de acordo com o que se apresenta nas entrevistas e na minha própria trajetória.

Através das narrativas identifiquei que a senhora Maria das Dores é filha do senhor Benhô, que por sua vez é descendente de um dos cinco filhos do

Simplicio, chamado Américo. Na distribuição das terras entre os irmãos coube ao Américo herdar as terras da comunidade de Brasília, considerada até o presente como a *comunidade* central do território, em função da antiga fazenda São Caetano ter tido sede de um dos *povoados* da referida *comunidade*. Dessa forma, estas narrativas recolhidas em campo dizem respeito a minha própria trajetória, pois nasci no povoado de Brasília.

Conforme apresentarei mais à frente as famílias se referem ao território classificando-os em espécie de círculos concêntricos, ou seja, há diversas categorias para se referir ao território, cada uma delas com concepções distintas. A menor unidade seria o *povoado*, seguida por *comunidade* e finalmente o *território*. Uma designada *comunidade* possui um determinado número de *povoados*, enquanto um *território*, por sua vez, engloba distintas *comunidades*. Destaco que essa forma de classificação é das próprias famílias sendo reproduzida pelo INCRA. Entretanto, essa reprodução pelos órgãos oficiais de algumas categorias não significa, necessariamente, que exista uma correspondência entre as formas de classificação das famílias e do órgão de terras o que é explicitado ao que já havia sido exposto; área reconhecida pelo INCRA não corresponde exatamente as “antigas terras do Simplício”.

1. 1 Pertencimento e Relação com os Estudos

Nasci em Brasília, iniciei o primário frequentando a escola da *comunidade* até a 4º serie até partir para casa de parentes na capital, onde passava a maior parte do tempo só retornando a *comunidade* no período das férias. Em minhas primeiras memórias, estão as vivências escolares na *comunidade* e as brincadeiras na hora do recreio com meus amigos. Lembro-me também, quando garota, em torno 7 anos, ir com minha família para o *rancho* de arroz, no período da colheita.

Esta breve apresentação sobre minha relação com a *comunidade* tem como objetivo demarcar meu lugar de fala. Denoto que não se deve entendê-la como princípio de autobiografia, mas sim como expor a vivência no território antecedente a minha condição de pesquisadora. Vivi nesta *comunidade* em companhia dos meus pais e meus quatro irmãos até os 16 anos, até me mudar para São Luís a fim de dar continuidade aos meus estudos.

Atualmente na comunidade de Brasília vivem 38 famílias, distribuídas em 09 *povoados*. As famílias identificam-se como quilombolas, desenvolvendo diversas atividades como pesca, caça, agricultura e pastoreio. A *comunidade* tem difícil acesso. Seus habitantes têm uma vida simples e a solidariedade se faz presente. A *comunidade* possui uma escola, uma Igreja, uma associação comunitária, um campo de futebol, uma casa do forno (para produção de farinha), energia elétrica. Compõem seus recursos naturais igarapés, matas, campinas naturais, juçarais, buritizais, cocais e campo inundável, por onde se dá o principal acesso a *comunidade*.

A fim de continuar os estudos pois o município não ofertava condições necessárias, precisei deixar a *comunidade* e ir para capital para estudar. Dois anos após terminar o ensino médio, iniciei o curso de Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), colando grau em 2015. Durante graduação que os vínculos entre pesquisadora e o presente tema foram fundados. Fui bolsista do Projeto de Pesquisa e Extensão: Levantamento da Situação Quilombolas do Maranhão, do programa de Pós-Graduação de Saúde e Ambiente (CCBS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com locação das atividades na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC-MA), sob a orientação do professor Luiz Alves. Neste projeto comecei a trabalhar com a temática “saberes”. Em 2017 fui aprovada no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA).

A presente dissertação é a primeira pesquisa que se realiza na *comunidade*. Apesar das idas e vindas, pela necessidade da busca pela educação, mantive a relação com Brasília. Sou parte na *associação*, contribuo com os serviços que ofertados na *comunidade*, danço no grupo de tambor de crioula, participo da novena e do festejo da padroeira da comunidade, das reuniões dentro e fora da *comunidade*, sempre que possível. Faz-se necessário o registro da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), quanto a inserção no curso no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA) que, considerando a construção que se dá entre o pesquisador e a pesquisa, foram importantes para a compreensão de algumas questões pessoais importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

Neste capítulo problematizo as relações sociais da pesquisadora com os

seus interlocutores que são também seus parentes a fim de compreender criticamente a construção de categorias sociais como *povoado*, *comunidade* e território. Analiso os saberes na construção da territorialidade e identidade dos agentes sociais da comunidade de Brasília. Analiso em que medida a construção da territorialidade se configura como uma prática de saberes e crenças geradoras de identidade e estratégia de resistência.

Neste sentido, estudar os saberes, implica na compreensão das relações sociais e da construção da territorialidade, que não são dissociadas entre si, mas que constituem uma unidade de luta, não somente pelo reconhecimento do perímetro urbano que delimita seu território, bem como das lutas pelos seus limites tradicionais, com crenças e manifestações culturais que atravessam gerações.

Em campo precisei tratar com cautelas as impressões. Pois os anseios e as das conquistas estão interligados a minha trajetória de vida. Nasci em uma comunidade quilombola de difícil acesso, onde a educação escolar é precária e as desigualdades sociais marcantes. Minha presença como pesquisadora na minha terra primordial levantou questões referente a minha trajetória diante da inserção no campo. A partir das narrativas do grupo, procurei apresentar uma análise que ressaltasse a prática dos saberes nas organizações internas, em uma afirmação étnica, que vai além dos limites geográficos. As informações foram obtidas junto aos agentes sociais, mediante entrevistas abertas, reuniões na *comunidade* e conversas informais, durante os trabalhos de campo e a vivência a partir de 2017. Foram realizadas 04 viagens a campo e entrevistados 06 agentes sociais e recolhidos depoimentos informais.

Em todas as viagens fui a campo sozinha, mas na *comunidade* precisei da companhia de um familiar para me descolar a determinados *povoados*, devido as casas serem distantes uma da outra e o caminho deserto. Nessas viagens realizei diversas entrevistas coletando de materiais fotográficos e produzi inúmeras anotações de campo.

Inicialmente foi necessário distinguir as categorias utilizadas pelos agentes sociais para definição da organização territorial, uma tarefa complexa se considerarmos que tais categorias possuem além da dimensão empírica, uma dimensão teórica. Essa descrição e distinção são trabalhadas de modo mais aprofundado no capítulo dois. Entretanto para que o leitor possa ter uma

compreensão mais apurada dos procedimentos de pesquisa, descreverei brevemente as categorias empíricas referidas ao que os agentes sociais designam como território, *comunidade* e *povoado*.

É preciso ressaltar que a denominação “Brasília” se encontra em três planos: designa o *território*, as *comunidades* e os *povoados*. Em seguida é preciso ressaltar que a construção deste trabalho está restrita a observações realizadas na comunidade e no povoado de Brasília.

O povoado de Brasília, refere-se ao local central, onde se realiza a festa de Nossa Senhora da Conceição. O povoado é também chamado pelas pessoas da *comunidade*, *Sítio da Brasília*, por apresentar em suas terras árvores antigas, frondosas e frutíferas, tais como mangueiras, goiabeiras, cajueiros e um pé de bacurizeiro.

“Esse bacurizeiro é bem velho, é um símbolo para nós. Benhô, não deixava criança bagunçar com ele. Se criança apanhasse bacuri verde, ele mandava prega-lo em cima. Com isso ninguém bagunçava! O bacurizeiro ficava na porta dele! Até hoje bota muito bacuri. É um ponto de demarcação o na comunidade. É um símbolo para a gente!” (Joany, Entrevista, 06/11/2018).

Quando conversei com Dona Ana Maria, reconhecida na *comunidade* pelo ofício de parteira, ela encontrava-se limpando um terreno ao lado de um bacurizeiro. Árvore que possui grande valor simbólico para a *comunidade* por servir como ponto de referência a demarcação territorial, após venda da terra pelos primeiros *herdeiros*.

A comunidade de Brasília é formada por 09 *povoados* intercalados por campos inundáveis – também chamados de campos naturais – por rios, campinas e um vegetação relativamente densa. Há caminhos estreitos, designados *picadas* que permitem os deslocamentos a pé entre um *povoado* e outro ou entre as *roças*, áreas de pastos e de extrativismo do coco babaçu, juçara, buritis e bacabais.

O Território de Brasília, é bem mais amplo, é constituído por 06 *comunidades quilombola*: Brasília, Maiabí, Cedro, Flexão, Ponta e Perapema, cada qual com suas especificidades, distribuídas em terra firme e beira campo.

Com relação a presente pesquisa não intento de reconstruir a composição total do *território de Brasília*. Conforme já explicitiei, falo a partir de observações pontuais mais precisamente, do *povoado de Brasília*. Entretanto, essas observações circunscritas não são impeditivas de se fazer observações relativas ao território considerando que se trata de um território que pode ser designado como de *parentesco*. As famílias desse território são parentas, ou seja, todas são descendentes do senhor Francisco Simplício Pinto, identificado como proprietário do antigo engenho São Caetano que posteriormente passou a ser chamado de Brasília.

Conforme já colocado, o senhor Francisco Simplício Pinto após a sua morte deixou em testamento os seus bens, compostos por terras e escravos aos seus filhos e filhas. Tais domínios identificados como de propriedade do Simplício extrapolam o próprio território de Brasília e incluem outro território do município de Serrano.

Um dos filhos do Simplício Pinto chamado Américo de morais Pinto, casou-se com uma ex-escrava cujo nome não detenho na memória. Deste matrimônio resultaram três descendentes: seu Benhô e duas outras filhas cujo nome não consegui reconstruir a partir da pesquisa sobre a genealogia da família. As duas filhas não contraíram matrimônio e conseqüentemente não tiveram herdeiros. O senhor Benhô casou-se com a senhora Tetoca. Eles são pais da mãe do meu pai, portanto são meus bisavôs. A mãe do meu pai, cujo nome era Maria das Dores Pinto, conhecida como Santinha teve sete filhos, todos viveram na comunidade de Brasília.

A partir dos relatos e do próprio documento de doação das terras aos herdeiros do Simplício presume-se que a antiga fazenda São Caetano era produtora de mandioca. Isso porque nos documentos aparece descrita a doação da *casa de forno e acessórios de lavoura de mandioca que existem nas terras de São Caetano*.

1.2 O Trabalho de Campo: ser de Brasília e pesquisar Brasília

Procuro descrever como se deu a passagem da condição de “ser de Brasília” para a condição de “estudar e pesquisar em Brasília”. Trata-se de um processo difícil e que certamente exigiria um tempo mais prolongado, para além do tempo formal de uma dissertação, considerando as profundas transformações de

percepção além das transformações internas e de relação com familiares e amigos. O esforço em ser pesquisadora envolve desafios de modo que a condição de ser do lugar facilita e ao mesmo tempo dificulta o trabalho. O empecilho se dá justamente pela familiaridade: nas entrevistas sentia que as pessoas acreditavam que eu já sabia das coisas que estava perguntando. O que não está correto, pois na condição de pesquisadora precisava problematizar e compreender a posição dos entrevistados.

A primeira viagem a campo ocorreu entre os dias 03 e 07 de novembro e a segunda entre 06 e 09 de dezembro, ambas em 2018. O terceiro momento ocorreu no mês de abril de 2019, entre os dias 18 a 21 de julho, enquanto a quarta ocorreu no mesmo mês de 28 a 30 de julho.

Na primeira viagem foram entrevistadas três pessoas que ocupam posições centrais na *comunidade*: a agente comunitária de saúde (ACS) Joany, a parteira Ana Maria e o seu Zé de João, que detém grande conhecimento sobre a história de Brasília também trabalhando como articulador político da *comunidade*, junto aos órgãos governamentais. As representações dos agentes sociais e das observações permitiram um levantamento das situações sociais da *comunidade*; as formas como são feitas as *roças*; como se dá a relação da parteira com a *comunidade*; quem possui o conhecimento sobre as ervas e como se dá a relação da *comunidade* com outras *comunidades*. O segundo momento de campo me permitiu observar a dedicação exclusiva da *comunidade* as atividades relacionadas ao festejo tanto no dia anterior, quanto ao dia posterior do mesmo. Durante o festejo foi observado a existência de forte relação entre pessoas da *comunidade* com o sobrenatural (visagens/pajés). Na terceira viagem a campo foi notado que a esfera natural estabelece grande afinidade entre as mais diversas pessoas, para além do território físico. Já na quarta viagem, além de aprofundar sobre os temas abordados, os agentes sociais relataram sobre as atividades de criações de animais, pastoreio, pesca e caça, que vão além da atividade mercantil.

Inicialmente, apresento minhas primeiras experiências na condição de pesquisadora, que foi suscitada na graduação em 2013 a partir da pesquisa de monografia e como bolsista do Projeto de Pesquisa e Extensão, sobre o Levantamento da Situação Quilombolas do Maranhão da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A comunidade Brasília, que antes somente lugar de convívio familiar, a partir de então passaria ser lócus da minha pesquisa de campo e sobre ela eu precisava construir um objeto, perceber aspectos até então não observados, isso para o desenvolvimento da pesquisa de Dissertação Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA). Eu sabia que inexistiam estudos realizados em Brasília, nunca nenhum pesquisador, de nenhuma profissão havia se interessado no local. Era a primeira vez que a aquela terra seria estudada e além disso teria que construir um objeto de estudo a partir das experiências de leitura de modo que tudo parecia uma responsabilidade grandiosa e nova.

Nessa perspectiva, serão discorridas as confrontações que vivenciei como pesquisadora e a apresentação diante dos agentes sociais. Durante o trabalho de campo realizei as entrevistas, acompanhei as reuniões, reuni documentos e fotos, além das observações e conversas informais, com as famílias de Brasília, que eram também meus parentes. O desenvolvimento desta pesquisa representa, um desafio pessoal: desafio que precisava administrar, considerando os laços de pertencimento que tenho com as famílias de Brasília.

Eu pretendia estudar os saberes, inicialmente sobre o uso das ervas, em função mesmo da minha formação em enfermagem, mas com o transcorrer das discussões percebi que a construção do objeto é mais complexa que a definição do tema. Para analisar a construção da territorialidade, na prática dos saberes, que vão se reproduzindo, fez-se necessário um breve relato sobre o universo social da minha infância, apresentando a vivência no território, que antecede minha inserção como pesquisadora como forma de demarcar minha posição de fala.

A minha infância foi muito feliz na *comunidade*, em uma vida simples com a minha família. É importante conhecer a experiência vivida, para compreender a identidade de alguém. Seja a história construída individualmente ou na coletividade. Lembro-me das brincadeiras com os meus amigos na hora do recreio na escolinha de taipa da *comunidade*. Também brincava muito com as minhas primas debaixo do pé das mangueiras que ficavam em nossos quintais. Gostava de ir de manhãzinha ao poço buscar água ou no igarapé lavar roupa, na companhia das minhas primas. A brincadeira muito praticada por nós era o joguinho de futebol no final da tarde no campo do esporte da *comunidade*.

Em casa nossos pais não nos deixavam realizar trabalho pesado na *roça*,

porém no início das primeiras chuvas ajudávamos nossos pais na plantação de milho e melancia. Quando era período de *roçado*, plantação ou capina, levávamos água ou ajudávamos mamãe a levar a comida até a *roça*.

A minha avó materna gostava muito de pescar. Ela morava em uma *comunidade de Barão*. No período que o campo estava secando ela fazia *rancho* na beira do campo para pescar, só retornando à sua residência nos dias que antecediam o natal. Eu sempre passava temporadas com ela. Naqueles momentos, ela me levava para pescar, então cedo aprendi a pescar e também a empurrar a canoa. Quando eu estava na comunidade de Brasília, gostava de ir ao campo ou ao rio pescar, juntamente com meus irmãos e minhas primas. Até hoje quando chego a *comunidade*, sempre que possível, vou pescar.

Meu pai gostava muito de caçar, nós estávamos sempre comendo caça. Outra coisa maravilhas era o peixe assado na brasa, que sempre fazíamos quando papai chegava com o peixe. Foi uma infância na simplicidade, mas muito feliz repleta de memórias vivas e inesquecíveis.

Estou me referindo ao local do meu nascimento e no qual vivi grande parte da minha vida, como *comunidade*, pois essa é a maneira como nós nos referimos a Brasília. Entretanto, a partir das leituras percebi que a categoria “comunidade” precisa ser problematizada e que cada autor trata-a de maneira diversa. Comunidade, portanto, refere-se a uma situação empírica e, ao mesmo tempo, se constitui em um conceito. Essa distinção só pude elaborar ao cursar as disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA).

Vou utilizar nesse texto o termo “comunidade” para me referir a Brasília, mesmo sabendo das implicações teóricas desta categoria. A chamada comunidade de Brasília localiza-se no atual município de Serrano do Maranhão. Apenas com 16 anos conheci a cidade de São Luís, quando passei a morar com meus familiares maternos para que pudesse continuar os meus estudos. O irmão da minha mãe morava em São Luís, com a sua família composta por sua esposa e duas filhas. Morei durante dois anos com esses membros da minha unidade familiar, depois retornei para uma *comunidade* em Serrano, conhecida como Barão, passando a morar com a minha avó, em função da proximidade com a escola de Serrano. Todos os dias deslocava-se de Barão para Serrano, percurso de duas no ônibus da

prefeitura para assistir às aulas. Estudei em Serrano até o terceiro ano científico, me deslocando depois para São Luís em função de uma greve escolar. Depois fiz o curso técnico de enfermagem no colégio universal. Dessa segunda vez que morei em São Luís, permaneci na casa de uma tia, irmã da minha mãe. Somente no ano de 2007, já com 19 anos passei no vestibular para o curso de enfermagem da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Conforme descrevi brevemente, para realizar os meus estudos contei com estratégias familiares e com uma rede de apoio formada por tios, primos, avós, irmão e pais. No que se refere à moradia na cidade com vista a estudar, contei com membros da família da minha mãe, pois os irmãos e irmãs da minha mãe, em sua maioria já saíram da *comunidade* que nasceram e se criaram, que fica também em Serrano: a comunidade de Barão.

É o campo natural que separa a comunidade de Barão da comunidade de Brasília, a primeira localidade ficando em terras contínuas em relação a cidade de Serrano. Foi por esse motivo que quando fui cursar o segundo grau permaneci morando em Barão, pois caso ficasse em Brasília teria que atravessar esse campo no período do inverno, principal no momento em que o terreno está cheio, nos meses de março a novembro, que coincide com o período letivo.

Quando cursei o terceiro ano do segundo grau e a universidade, minha família nuclear enviava produtos da *roça*, principalmente farinha, carne de porco e peixe. Esses produtos chegavam através de viagens de parentes para a cidade ou quando os meus semelhantes de São Luís iam até Brasília. Meus pais enviavam também dinheiro para que eu pudesse pagar o transporte para universidade. Em momentos mais difíceis dos *roçados*, no início das chuvas, entre fevereiro e abril minha família vendia algum animal, principalmente gado pois meu pai possuía um fundo de reservas. Os porcos eram mais para consumo, pois não possuía cerca de porcos, para criá-los era preciso criar amarrado ou no *chiqueiro*, as famílias em Brasília faziam cercas somente para o gado.

A atividade de pastoreio é presente em Brasília, porém o homem que trabalha pastoreando o gado, é o mesmo que trabalha na *roça*, pesca e caça. Na *comunidade* existem diversas pessoas que trabalham com o gado, não somente dele, mas de outras pessoas, por meio de um sistema denominado de *sorte*. No sistema de *sorte*, a cada três bezerros nascido, o vaqueiro tem direito a um. O gado

é pastoreado no campo natural não existindo cercas. Cada um é dono de seus bois, cavalos, porcos, mas a terra é de uso comum. Todos os animais vivem soltos. Sobre as terras de uso comum, Almeida (2008, p.155) afirma que:

A utilização de formas de uso comum nos domínios em que se exercem atividades pastoris parece ser uma prática por demais difundida em todo o sertão nordestino, desde os primeiros séculos da frente pecuária, e em algumas regiões da Amazônia, na Ilha de Marajó, e no Sul do país, no Paraná e em Santa Catarina. No sertão nordestino as grandes propriedades jamais foram cercadas e mesmo seus limites, quase sempre imprecisos, sempre se confundiram gerando disputas entre seus proprietários.

Então, para custear meus estudos meus pais vendiam gado, nos períodos de pouca produção do *roçado*. De fevereiro a abril a produção de farinha é pouca em função das roças estarem em fase inicial e nesse período de chuva, quando se coloca a mandioca na água, a farinha sai fina e com pouca produção, em função das chuvas.

No período das férias e feriados meus pais enviavam dinheiro para que eu fosse para Brasília e quando eu retornava a São Luís, sempre trazia alimentos. Meu pai Elias Pinto, era lavrador, gostava de caçar e de pastorear as poucas cabeças de gado da família, mal sabia escrever o nome, mas sempre quisera proporcionar a educação escolar aos seus filhos, além dos ensinamentos de respeito, união e fé. Quando eu chegava, meus pais ficavam felizes e meu pai saía para caçar de modo a me proporcionar um alimento especial. Ele tirava o leite de gado para a gente beber. A caça era considerada especial e dessa forma, como morava na cidade demonstrando esforço em estudar, quando voltava era recompensada com a caça.

A caça de animais silvestre para fins alimentares desempenha um papel importante para as famílias da comunidade de Brasília. Seja de uso coletivo ou individual, essa atividade está presente como elemento cultural por envolver, além da alimentação, costumes, sociabilidade e ecologia. Há uma grande relação entre o homem a caça e a natureza, uma forma de manter o equilíbrio. Vigora a crença que o caçador não pode matar além de suas necessidades, porque ele ou o cachorro de casa é punido com a *panema*, como as pessoas da *comunidade* chamam *punido pela própria natureza*.

Meu pai faleceu em 2014, aos 56 anos, porém suas lições permaneceram vivas em nosso alicerce familiar. Dos meus quatro irmãos somente eu consegui

cursar nível superior. Os outros irmãos desistiram de seus estudos ainda no ensino fundamental. Desses, dois retornaram para trabalhar nas *roças*, na caça e pastoreando o gado; outros dois permaneceram em São Luís trabalhando, um na construção civil e o outro prestando pequenos serviços.

Na universidade consegui uma bolsa de apoio e passei a ser bolsista do professor Luiz Alves, militante do Movimento Negro, vinculado ao Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciências (SBPC). Por dois anos fui bolsista do Projeto de Pesquisa e Extensão: Levantamento da Situação Quilombolas do Maranhão, do programa de Pós-Graduação de Saúde e Ambiente (CCBS) da UFMA, com locação das atividades na SBPC-MA, sob a orientação do professor Luiz Alves.

Conheci o professor Luiz Alves no início da graduação do curso de Enfermagem, onde ele lecionava a disciplina da Patologia. Apresentou-se como quilombola, do Quilombo Saco das Almas, no município de Brejo Maranhão. Graduado em Medicina, pela Universidade Federal do Maranhão, é especialista em Patologia pela Faculdade de Ribeirão Preto (USP) e mestrado em Patologia Humana pela Universidade de Federal da Bahia. Ele também falou de suas linhas de pesquisas voltadas para: Patologia de Doenças Infecciosas e Parasitárias, Patologias de Doenças Crônico-degenerativas, Doenças por Contaminação ambiental por Agrotóxicos e Saúde da População Negra: anemia falciforme e hipertensão arterial.

O meu segundo contato com o professor Luizão foi dois anos depois, em 2015, quando fui encaminhada pelo Núcleo de Assistência Estudantil (NAE), da UFMA, como bolsista. Conhecido como Doutor Quilombola, nas dependências da UFMA, é grande defensor da ciência e dos saberes tradicionais. Para ele “os saberes tradicionais e cultura fazem parte da ciência”. Se uma pessoa tiver hipertensão arterial, dançar tambor é um bom exercício físico. Traz em seu discurso, que a desigualdade é resultado de decisões políticas e de práticas de desenvolvimento que colocam o capital acima da vida humana.

Professor aposentado da UFMA, ocupou diversos cargos importantes dentro e fora da universidade foi Secretário Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciências (SBPC-MA), é membro do Conselho Estadual de Ciências e Tecnologia do Maranhão, também membro do Comitê Técnico de Saúde da

População Negra do ministério da saúde e do Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Até então, a discussão relativa aos quilombos e direitos dos grupos étnicos, não se colocava como uma questão relevante para mim. Eu não conseguia fazer uma relação entre os meus estudos acadêmicos e a situação da minha própria *comunidade*. O contato com o professor Luiz, e seus questionamentos sobre a situação dos negros, despertou-me para o tema, embora não tenha desenvolvido minha monografia de graduação em Enfermagem acerca desse assunto.

Na graduação, pesquisei sobre Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), analisando o perfil epidemiológico das mulheres soropositivas que evoluíram a óbito no município de São Luís, Maranhão entre 2010 a 2011. A infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) produz uma variedade de doenças que progride de um estado assintomático até a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Resultante de profunda desigualdade social, a epidemia revela as múltiplas dimensões, que vem sofrendo transformações epidemiológicas significativas. Inicialmente restrita aos centros urbanos e mercantilmente masculinos, atualmente caracteriza-se pelo processo de heterossexualização, feminização, interiorização e pauperização.

Esta pesquisa se justificou, por discutir um tema que estar afeito às condições de vida da mulher e auxiliá-las na busca na tomada de decisões que possibilitem a vida numa qualidade de vida. A pesquisa justificou-se também por permitir uma reflexão dos profissionais de saúde, gestores de saúde e sociedade como um todo para uma atuação eficiente que leva a mudanças nesse quadro. Os resultados demonstraram que a mortalidade das mulheres soropositivas que evoluíram a óbito, ocorreu: entre membros do sexo feminino de 30 a 39 anos, solteiras, com ensino fundamental incompleto, exerciam profissão de doméstica, dividiam o distrito sanitário entre Centro e Vila Esperança, pretas e pardas somavam um número expressivo.

Como bolsista, vinculada ao projeto do prof. Luís Alves, embora minhas atividades estivessem voltadas mais para questões organizacionais de Eventos organizadas pela SBPC-MA, pelo fato do professor Luiz, ser Secretário Regional da SBPC-MA, naquele período foi fomentado, que realizássemos uma pesquisa na comunidade de *Brasília*. O objetivo era fazer um levantamento das condições

Sanitárias e de Saúde, mas devido as condições de saúde do professor, não foi possível da continuidade ao projeto.

Em 2015 concluí o curso Bacharel e Licenciatura em Enfermagem, na UFMA e dois anos depois fui aprovada no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA).

Inicialmente, tinha a pretensão de estudar sobre as ervas e seus usos em minha comunidade, até por conta da minha área de formação (saúde), mas com o transcorrer das disciplinas, percebi que não havia modos de separar a discussão sobre as ervas da discussão da territorialidade e identidade desse grupo. E a minha posição precisava ser problematizada também, porque o pesquisador fala sempre de algum lugar e o resultado da sua pesquisa tem relação com o seu pertencimento.

Essas reflexões foram permitindo que estudasse essas questões dentro de um sistema de relações. Entrei em contato com autores que refletiam sobre o trabalho de campo, tais como Malinowski (1976), Berreman (1980), Bourdieu (2005). Aqueles que iniciaram o trabalho de campo somente refletiam sobre como estabelecer as relações, quais os métodos, ainda segundo Malinowski (1976), muitos autores limitam-se a apresentar apenas os dados adquiridos, “sem qualquer referência aos processos de utilizado para a sua aquisição” (MALINOWSKI, 1976, p.18). Mas, autores recentes, como Bourdieu, problematizavam de maneira mais profunda essa relação.

Com a minha inserção PPGSA, no transcorrer das disciplinas, passei a problematizar questões, a partir da percepção, do ouvir, da leitura e do escrever, tentarei mostrar competências que só se constroem na reflexão, que anteriormente pareciam rotineiras e dispensadas de problematização, dentro de um sistema de relações.

Desejo falar também do impacto dos cursos que fiz com os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Em realidade, desde o período da seleção, das leituras para a seleção, lembro que me identifiquei com palavras-chave como Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas, pois percebi similaridades com a situação de Brasília, a situação das *roças*, do sistema de uso comum, tudo parecia estar no meu quintal. Quando li esse texto, ao qual baixei da internet, não tinha qualquer informação sobre a rede da cartografia,

sobre os autores da antropologia. Eu estava vindo da área da saúde.

Na seleção, soube depois que eu estava diante do autor do texto que havia gostado, do professor Alfredo Wagner. E as perguntas da banca, da professora Cynthia, minha atual orientadora, que inquiria sobre a minha *comunidade*, me deixou, confesso, um pouco surpresa, até então, havia uma distância entre o meu mundo, da minha *comunidade* e os meus estudos acadêmicos. E ali, naquela entrevista pude ver que ao mesmo tempo que me identifiquei com o tema teria um passava por leituras muito difíceis, aos quais precisava repetir várias vezes, havia outras que sentia familiaridade, como o texto *Santos e Visagens*, de Eduardo Galvão. Este texto, apresenta situações que possuem similaridades com aquelas da minha *comunidade*, como a prática da agricultura, porém, apesar das semelhanças, elas também têm suas peculiaridades, a exemplo, das crenças, que se diferem pela forma que são narradas pelos agentes, ou pelo nome, outras são próprias de cada região.

Apesar das similaridades, a abordagem que faço é diferente pois pretendo fazer um recorte, não tenho a pretensão de estudar o todo da *comunidade* ou mesmo pensá-la como composta de partes: o plano religioso, o econômico, o político, o territorial. Ao contrário, pretendo estudar e considerar os sujeitos e como os agentes sociais constroem a categoria “quilombo”, considerando as relações de *parentesco*, objetivadas na classificação “irmandade”.

Logo em minha primeira viagem a campo, do dia 03 a 07 de novembro de 2018, administrar minha posição de pesquisadora foi desafiador. Mesmo sendo da *comunidade* surgiram algumas indagações, como: de que forma abordar os agentes sociais? Será que eles concordariam em participar da pesquisa? Como me posicionar como pesquisadora? De que forma serei vista a partir daquele momento? Tive que administrar os conflitos internos e, ao mesmo tempo, exercitar as leituras e suas relações com o que observava, para que conseguisse desenvolver a pesquisa. Mesmo sendo da *comunidade* me senti diante de uma confrontação que se assemelha a registrada por Berreman (1980) ao falar da chegada do etnógrafo a campo: “todo etnógrafo se vê imediatamente confrontado com sua própria apresentação mediante ao grupo” (BERREMAN, 1980, p.125). Como eu me apresentaria? Como uma nova Regiane, que agora era pesquisadora? Ou eu deveria agir normalmente, somente conversando como sempre conversava?

Antes de ir ao campo, procurei ler sobre a inserção de antropólogos no campo, Malinowski, como chegou? – ele precisava conquistar a confiança dos Trobriandeses. Berreman como foi visto? Como controlou suas próprias impressões? Bourdieu, qual a sua proposta? Ele problematiza em *Esboço de uma auto análise* a sua posição, mas ele não queria fazer uma biografia, afinal essa problematização deve ir além de falar de si, deve servir para pensar a construção da pesquisa. Mas tudo isso parecia difícil, somente Bourdieu tinha pertencimento com a situação que estudava e mesmo assim, não era a sua primeira experiência de pesquisa.

A primeira viagem foi importante para demarcar minha posição como pesquisadora, até aquele instante, eu era um simples membro da *comunidade* e os agentes sociais meus parentes, a partir de então, o desafio era construir o estranhamento a partir dos elementos rotineiros: Começar a perceber as particularidades do objeto, ganhar algumas considerações teóricas implicadas uma adesão mais profunda sobre o interesse do próprio objeto, como apresenta Bourdieu (2010) ao mencionar a “objetivação participante”, que é sem dúvida o exercício mais difícil que existe, porque requer a ruptura das aderências e das adesões mais profundas e mais inconscientes, justamente aquelas que, muitas vezes, constituem o interesse do próprio objeto estudado para aquele que o estuda (BOURDIEU, 2010, p. 51).

Dentre as transformações que tive que vivenciar, destaco a necessidade de olhar para os meus parentes e amigos como informantes, como interlocutores da pesquisa. Agora cada um deveria ser visto como centro de saberes sobre um determinado assunto, de modo que passei a classificar meus parentes como detentores de conhecimento sobre situações que pretendia estudar. Essa exigência que fiz a mim mesma decretou um distanciamento que tornou-se sofrível. Lendo meu diário de campo, vejo que quando me hospedei na casa da minha mãe, colocava a minha casa como um lugar de hospedagem.

A aproximação com os agentes sociais, foi mediada por Joany, minha mãe, que me informou, quando questionada, quais as pessoas da *comunidade* que atinham os saberes mais amplos sobre a história da comunidade Brasília. Pelo fato de ser da *comunidade*, pertencer ao mesmo universo comum de valores, crenças e saberes, a inserção a campo não foi dificultada. Diferentemente de Berreman (1980), que se sentia um estranho entre o sujeito, como relata em sua pesquisa

uma aldeia camponesa no Himalaia na Índia, “o etnógrafo surge diante de seus sujeitos como um intruso desconhecido, geralmente inesperado e frequentemente indesejado” (BERREMAN, 1980, p.141). Daí a importância da interação social e o controle das impressões entre os sujeitos, para o desenvolvimento da pesquisa.

Fui conversar com esses interlocutores, que eram também, em alguns casos meus parentes, sobre o trabalho que pretendia desenvolver. Pelo fato de ser da *comunidade*, necessitei colocar-me na posição de pesquisadora. Foi na posição de pesquisador, posição, embora havendo limites, mais consegui levantar algumas questões, estudar “saberes” implica a compreensão de relações sociais e de construção da territorialidade. Percebi que as práticas de parteira trazem elementos do plano simbólico, com os pajés, que vai além de um saber utilitário.

1.3 As Viagens a Campo

Na primeira viagem a campo, 03 a 07 do mês de dezembro de 2018, para chegar no povoado Brasília onde mora a minha mãe, passei pelo *povoado* Olho d'água, onde fica localizado o principal porto de acesso à comunidade de Brasília. Fui de moto, sendo necessário por algumas vezes descer do veículo, devido as condições desfavoráveis da estrada, tanto na área do campo natural (água, lama, torrões) quanto na estrada de terra, estreita, desnivelada e com densos arreais. A moto derrapando por diversas vezes durante o percurso. Durante o trabalho de campo fui aos povoados Culumim e Santa Maria.

O povoado Culumim, que fica em torno de 20 minutos do sitio da Brasília. Neste *povoado* tem uma casa, que é a do meu irmão, que vive em companhia de sua esposa e quatro filhos. Fui caminhando, o acesso é difícil, possui muitas pedras durante o percurso e a estrada é estreita. Além de rever os laços familiares, tirei algumas fotografias. Estive neste *povoado* dia 06, no final da tarde e retornei no dia seguinte pela manhã, após coletar um balde de buriti. A coleta de produtos naturais como: buriti, juçara, bacaba e coco babaçu, para fins alimentícios, é praticada pelas famílias da *comunidade* e estes produtos fazem parte do seu cardápio alimentar. Destes extrativismos, há uma presença maior do coco babaçu e buriti, disperso pela *comunidade*.

Já quando fui entrevistar o seu Zé de João no povoado Santa Maria, fui

caminhando, em companhia da minha sobrinha Carolina. Este *povoado* fica cerca de 25 minutos da sede da comunidade Brasília, com densos areais durante seu percurso.

Na construção do espírito científico é preciso romper com o senso comum e, levantar questões, pois como menciona Bachelard (1996), “para o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico” (BACHELARD, 1996, p.18). E as perguntas que fazia eram difíceis de responder, pensava que a pesquisa era uma comprovação, que deveria saber a origem de todas aquelas terras, que teria que provar via documento quem eram seus proprietários. Mas, de repente, essa pretensão caiu por terra, eu deveria problematizar os dados objetivos, as classificações oficiais e questionar as genealogias, os documentos, as próprias certezas que eu tinha.

Na construção da pesquisa, não se deve buscar uma explicação para o todo através dos conceitos gerais, para evitar a cristalização das práticas sociais, determinando a realidade concreta. O espaço social é composto por diferentes campos, como: econômico, simbólico, cultural, é neste espaço que ocorrem as relações entre agentes. Vejamos o que nos coloca Bourdieu (2012, p.54) na sociologia reflexiva:

O espaço de interação é o lugar da actualização da intersecção entre diferentes campos. Os agentes na sua luta para imporem o veredicto “imparcial”, quer dizer, para fazerem reconhecer a sua visão como objectiva, dispõem de forças que desempenham da sua presença a campo objetivamente hierarquizados e da sua posição nos campos respectivos.

A pesar da Constituição Federativa do Brasil de 1988, garantir a propriedade de terras aos habitantes dos quilombos, várias comunidades do Maranhão, dentre elas remanescentes de Serrano do Maranhão, ainda lutam pelo seu direito, devido as exigências de demarcação, como prévio laudo antropológico, entre outras formalidades burocráticas que perduram por anos. Assim, grande parte das comunidades quilombolas ainda não possuem titulação, de onde moram e produzem e retiram sua subsistência, como é o caso da comunidade de Brasília, que a tem somente a titulação, só a certificação da Fundação Palmares. Esta discussão da titulação foi abordada pelos agentes sociais durante primeira viagem a campo, onde também, participei de uma reunião na *comunidade*.

No dia em que cheguei a casa da minha mãe me falou sobre uma reunião da *comunidade* prevista para a manhã seguinte, domingo, momento ideal para primeiro contato, com os possíveis entrevistados. A reunião foi realizada dia 04 de novembro, manhã de domingo, concretizada na *casa da comunidade (associação)*, onde o principal assunto: tratar da organização do festejo da *comunidade*, definição dos *juízes* e *sócios* e as despesas para a festa. Ficou marcado para o dia 17 do corrente mês, outra reunião, onde seria tratada o assunto discutido em uma reunião na comunidade quilombola de Cedro, onde Seu Luquinha e Seu Zé de João, moradores de Brasília, estiveram presentes, juntamente com representante do INCRA e de outras *comunidades quilombola*. Que entre os diversos assuntos, foram tratados sobre uma nova demarcação e a titulação da comunidade de Brasília. Entretanto, gostaria de continuar, nesse capítulo relatando minha experiência de campo e falar sobre as minhas entrevistas. De maneira que após as leituras e realização de trabalho de campo e pude redefinir o meu objeto de estudo. O objetivo da presente dissertação é analisar os saberes na construção da territorialidade e identidade, a partir de suas crenças e ancestralidade os quais são acionados enquanto elementos de pertencimento.

Na conversa com Dona Ana Maria, ela me falava da primeira experiência como parteira, da relação de *compadrinho*. A cada parto nascia também uma relação de reconhecimento e valorização entre a família e a parteira. Também relatou sobre a linhagem de parteira da família.

O uso das plantas medicinais para cura dos males que acometem o corpo e a alma, está no cotidiano. Há um uso individual deste conhecimento, fugindo da visão tradicionalista, que somente o pajé detém este conhecimento. As ervas são utilizadas em forma de chá, banho, defumador ou garrafada, quando necessário procura um benzedor para complementação do tratamento.

Fui até o povoado Santa Maria, aonde reside o seu Jose de João, uma das lideranças de mobilizações políticas da *comunidade*. O senhor Zé de João, narrou sobre a Fazenda São Caetano, memórias dos antepassados e as heranças do modo de vida, até as relações da comunidade Brasília outras *comunidades* e a luta pela titulação.

A segunda viagem a campo ocorreu de 06 a 09 do mês de dezembro de 2018, quando acompanhei um denominado *festejo*. O festejo de Nossa Senhora da

Conceição (padroeira da comunidade), é uma festa realizada pelos *sócios* (*integrante da comunidade*) e *juízes* (pessoas integrantes e fora da comunidade). Fui na condição de pesquisadora e ao mesmo tempo ocupava uma posição hierárquica na festa. O objetivo era observar com se dava a relação das pessoas com as atividades relacionadas ao festejo. Cheguei na *comunidade* por volta das 12:00hs, do dia 06, já havia uma grande movimentação por parte dos responsáveis pela festa que estavam arrumando o salão da festa, carregando água, lenha para colocar no forno para assar bolo, para feitura dos alimentos e outras atividades. Inicia-se com a novena no final de novembro, com a novena. Após a novena tem-se a noite do tambor de crioula, com *cantador* e *coureiras* da *comunidade*, dos mais velhos aos mais novos, todos caem no tambor. Posterior ao tambor de crioula, tem uma noite de festa dançante, com a radiola, tocando diversos ritmos.

No segundo dia a campo, dia 07 de dezembro, domingo pela manhã, fui entregar minha *joia de juiz* e de outros membros da minha família, para a tesoureira (Ana Maria/parteira). A *joia* era no valor em dinheiro (este ano foi de 30 reais), dando direito ao prato de jantar (comida, bolo e refrigerante).

No festejo tem os *sócios* e os *juízes*. Os *sócios* são pessoas da *comunidade* que querem participar da organização do festejo. Esses *sócios* dão uma contribuição em dinheiro (este ano foi de 50 reais) e mercearias para despesas e são responsáveis pelas decisões relacionadas ao festejo. O *sócio* tem direito ao jantar. Já os *juízes* podem ser pessoas da *comunidade* ou qualquer outro lugar, não participam da organização do festejo. Neste dia pela manhã, também, participei reunião com os *sócios* para falar sobre o andamento do festejo e também, sobre a arrecadação dos *juízes socio*. O dinheiro arrecadado no festejo será depositado na conta da *comunidade*. Quem não saiu de *sócio* neste ano, pode sair no proximo, assim como, quem saiu de este ano, não é obrigado a sair de *sócio* no proximo ano, fica a criterio de quem quiser participar.

Os *sócios* são quem escolhem os *juízes*. Os *sócios* custeam partes das despesas da festa, as *joias dos juizes* as complementam. Neste sentido, Galvão (1955), descreve, “o patocinio da festa cabe a irmandade e aos juizes e mordomos, os quais dirigem e pagam do proprio bolso as despesas” (GALVÃO, 1955, p. 63). Os *sócios* se reúnem nas para definir as despesas da festa, como foi visto na primeira viagem a campo. Entre essas despesas, incluem: o custo da carne, farinha de

mandioca, café, bebidas, foguetes, o pagamento dos músicos para tocar no baile e outros gastos de menor importância.

Na madrugada da última noite da festa dançante e no dia seguinte, ocorreram vários episódios de *incorporações* de espíritos com pessoas da *comunidade* e de outras. Foram três pessoas que incorporaram, sendo duas da *comunidade*, minhas primas consanguíneas.

As duas mulheres envolvidas têm entre 16, 25 e 40 anos. Não é frequente ocorrer episódios de incorporação durante o festejo, embora ocorra esporadicamente eventos envolvendo pessoas da *comunidade* em outras ocasiões. Esses eventos repetiram no dia seguinte. As duas mulheres mais jovens que incorporaram, eram minhas primas consanguíneas, a outra era da comunidade do Campinho, veio juntamente com sua *comunidade* prestigiar o festejo. Há uma relação entre os eventos ocorridos, quando algum manifesta perto de pessoas que já têm vulnerabilidade (*corpo aberto*), a tendência são essas pessoas manifestarem também.

Outra situação é que durante o festejo, um animal da *comunidade* foi roubado. O dono do animal foi a casa do *pajé* para obter informações sobre o mesmo e o *pajé* informou o possível envolvido. O dono foi a procura, por se tratar de pessoas próximas da família, a questão ficou parada.

Nesta viagem a campo, além de evidenciara dedicação exclusiva as atividades relacionadas ao festejo por parte das pessoas envolvida na organização do festejo e uma relação muito forte de pessoa da *comunidade* com o sobrenatural, mostrou algumas diferenças com relação ao acesso, o campo natural, que não secou totalmente. As chuvas intensas no início do mês de dezembro, impossibilitou o acesso de veículos automotores, eu mesma retornei a cavalo. A paisagem começava a mudar, principalmente o campo, que estava inundado, em diversos lugares estavam cobertas pela água, escorregadio, a vegetação verde e viçosa aflorava, assim, como a área de vegetação do *território*.

As influências ecológicas interferem no modo de vida da *comunidade*, quando o campo, quando está cheio não há como transportar certos tipos de matérias ou animais. Na estação seca é tempo de *roçar*, na chuvosa é plantar, atentando para o ciclo, porque em determinados períodos não se pode plantar, a plantação não prospera. Em um estudo sobre com Nuer, Pritchard (2007) relata que

o espaço ecológico é mais do que a mera distância física, embora seja afetada por ela, pois também é calculada por meio do caráter da região que se situa dos grupos locais e por meio da relação dessa região com as exigências biológicas de seus membros (PRICTHARD, 2007, p. 122).

No dia do meu retorno da segunda viagem a campo, de manhã bem cedo chegou na casa da minha mãe, uma prima, atrás de pessoas para levar seu pai de *taboca* (rede). Em 2018, como a chuvas haviam sido intensas até quase no final no ano, o campo natural pouco secou. Como havia chovido durante a semana do festejo, não tinha como a ambulância passar. Homens da *comunidade* levaram o doente de *taboca* até o outro lado do campo, onde a ambulância já aguardava. A *taboca* é muito utilizada pela *comunidade* para transportar pessoas adoentadas, principalmente quando o campo está cheio, que o acesso é mais difícil. Já presenciei diversos casos. Pode ser de noite ou de dia, precisando, as pessoas se vinculam para levar quem precisa.

A terceira viagem ocorreu no mês de abril de 2019; cheguei na *comunidade* dia 18, quinta feira no final da manhã e retornei à capital 21 a tarde. O campo natural estava completamente cheio, a travessia nessa circunstância só é possível através da *canoas*. Após a travessia do campo fui caminhando até a *comunidade*. A estrada estava muito ruim, devido as intensas chuvas, o caminho estava com muita lama e com inúmeras pequenas lagoas no decorrer do seu percurso.

Devido ao feriado da páscoa, havia uma grande movimentação das unidades familiares, carregando lenha para colocar nos fornos de barro para assar o bolo de tapioca. Nem toda casa na *comunidade* tem forno de barro, porém, quem tem sede aqueles que precisam para assar seu bolo. Este compartilhamento do forno está presente em todos os *povoados* da comunidade.

Na sexta-feira santa foi dia de confraternização. Neste dia, as pessoas vão de casa em casa para tomar *benção de joelho*, para os pais, parentes, padrinhos e conhecidos. Após a benção se alimentam de café com o bolo, este que geralmente é de tapioca e de macaxeira. O almoço também é feito na *vizinhança*, você escolhe a casa que quer almoçar. As famílias preparam um banquete: arroz, macarrão, feijão, torta de camarão e peixe. Este dia não se come carne. Durante o período que corresponde a quaresma deve-se evitar o uso da carne vermelha,

porém, nem todas as vezes é possível devido à escassez da comida neste período. Com o campo cheio, pega pouco peixe. Após o almoço, por volta de três horas da tarde tem o jogo de pião. O peão é feito do coco do babaçu, as pessoas juntam-se para jogarem. Sexta pela manhã, após tomar a *benção de joelho* em casa, sair pelos *povoados*.

No sábado pela manhã fui ao povoado Culumim entrevistar a senhora Neide, que tem a pesca como atividade principal. Ela mora com meu irmão e seus quatro filhos. Fui em companhia do meu filho e da minha sobrinha. Neste *povoado* possui alguns igarapés, entre eles o Pirinã, um igarapé estreito, raso, rico em peixes e perigoso no período das chuvas intensas, pois o volume de água só torna possível atravessar quando ele escoar. O Pirinã desemboca no campo, que fica nas proximidades do *povoado*. Quando cheguei lá, eles (ela e o marido) estavam matando um porco para comerem. Após o almoço, iniciamos nossa conversa a respeito das mais distintas relações que o campo natural estabelece.

Nesta viagem a minha mãe relatou sobre o convite que recebeu para ir a *pajelança* prevista para início de maio no município de Cururupu. A *pajelança* será realizada para minha prima que tinha incorporado na madrugada do festejo da *comunidade*. O tratamento será feito para ele *brincar* (tornar-se *pajoa*) posteriormente. Há um sistema de ralação entre o homem e os seres naturais, o poder dos pajés é reconhecido e legitimado. De acordo com Portela e Martins (2011, p.112):

Benzedores e pajés disputam, de todo modo, a mesma clientela já que os pajés dispõem de competência para tratar de todas estas enfermidades. Ambos são percebidos como atores cujas práticas incidem sobre o conjunto de uma dada sociedade na medida em que poderes de intervenção lhes são atribuídos: poderes de cura espiritual e/ou física já que como enfermidades são vistas como indissociáveis; poderes políticos na medida em que são percebidos como chefes de suas coletividades; poderes de liderança que se colocam para além do domínio de suas comunidades; poderes de estabelecer trocas de serviços com uma vasta rede de agentes a exemplo dos vínculos de compadrio já que muitos anseiam pela proteção que podem vir a oferecer.

A quarta e última viagem a campo ocorreu no final de julho de 2019, foi para aprofundar as informações sobre os temas em discussão: a *associação*, o processo de titulação, a relação com os seres sobrenaturais e as atividades de caça e *panema*, pesca e *roça*.

1. 4 A Construção da Situação Pesquisada

Após o trabalho de campo refiz o meu objeto de estudo, não iria simplesmente catalogar as ervas, entrevistar o *pajé* para saber sobre suas práticas ou reconstruir as genealogias. Essa visão idealizada se rompeu, e passei a perceber, por exemplo, que o saber sobre as ervas é de todos, embora esses conhecimentos tenham sido transmitidos por uma pessoa específica e foram disseminados pela *comunidade* ao longo do tempo. Portanto, estudei aspectos relacionados aos saberes, mas também, problematizando minha posição, refletindo sobre o que é estudar e ser da *comunidade*, como estou fazendo nesse capítulo. Além disso, procurei refletir sobre a formação da territorialidade, não somente tomando como referência Brasília, mas, a rede de *comunidade* que formam o que estou denominado território.

Poderia, para compreender a rede de relações entre as “comunidades” recorrer a noção de planos de organização sociais (GEETZ, mimeo). Em minhas observações sobre a comunidade de Brasília pude, em distintos momentos, perceber a inter-relação entre as distintas *comunidades*. Mesmo que cada uma tenha suas especificidades elas se relacionam. Há aquelas comunidades mais pesqueiras, outras que trabalham mais com *roça*, outras com uma atividade extrativista mais em ênfase.

Pretendo ainda descrever práticas que podem ser classificadas como comunitárias no sentido de serem marcadas por relações sociais específicas que não dispensam a solidariedade e se distinguem de relações mais formais ou padronizadas.

Diferentemente do *sócio* responsável pela organização festivo, existe o *sócio da associação da comunidade*. O *sócio da associação* são todas as pessoas que moram na *comunidade* e queiram *associar na comunidade*, pagando uma taxa em dinheiro mensalmente (que atualmente é de cinco reais) que será depositado na conta da associação. Esse dinheiro é usado para pagamento anual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e despesas relacionadas a *associação*. As pessoas que não são *sócios da comunidade* ficam impossibilitados de receber benefícios disponibilizados pelo INCRA. Na *comunidade* há mais *sócios da associação* do que na festa, porém, os recursos adquiridos por meios dos *sócios*

da festa quanto, dos *sócios da associação*, são destinados a *associação*.

Procurei seguir à risca os procedimentos de pesquisa, escrevi diários de campo, fiz relatórios de viagens, procedi as leituras. Mas em todas essas atividades senti dificuldade. Embora conhecedora daquela realidade, foi desafiador interpretar, as transformações que parecia evidente para mim. Neste contexto, as idas a campo, proporcionaram uma reinterpretação enquanto pesquisadora das questões que eram desconhecidas para mim e, também questões que pareciam rotineiras, além da minha própria posição de pertencente a Brasília, que já não eram vistas pelos agentes sociais como um simples membro da *comunidade*, mas, que perpassava a de pesquisador, mas, de representante informal, visibilidade a *comunidade*, como forma resistência.

1. 5 Refletindo Sobre a Noção de Campo: o campo natural; o trabalho de campo e noção de campo em Bourdieu

Desde que nasci, a noção de campo estava associada a ideia de território natural. O campo natural começa a encher ou secar de acordo com o início ou o fim do período chuvoso na região. As chuvas começam normalmente no mês de janeiro. Com o início das chuvas, chegando ao seu nível mais alto geralmente no mês de março. Quando o campo natural está cheio, a travessia só é possível através da *canoa* impulsionada pelo *mará*. O *mará* é uma vara comprida e fina, que pode ser feito de pau ou do *talo* da folha da palmeira do babaçu. Este campo possui uma vegetação densa em muitos locais que cobre quase toda sua extensão, por isso é impossível o acesso de embarcações a remo ou motorizado.

As chuvas principiam o cessar por volta no mês de julho, período em que o campo natural estabiliza e se prepara para secar. O campo natural possui partes baixas e altas que são chamados de *teso* e os mais baixos denominados de *baixo*, pelos moradores das *comunidades*. Os primeiros *tesos* começam a surgirem no mês de setembro. Já parte dos *baixos* secam entre o mês novembro e dezembro, outra parte continuam com água, onde as pessoas continuam a pescar.

O campo natural possui diversas ilhas ao longo do seu curso. Essas ilhas geralmente são recobertas por água, porém no período de seca seu terreno serve de morada para pessoas e animais. As pessoas passam temporada na ilha

pescando, criando porcos ou pastoreando. Quando o campo começa a encher, as pessoas retornam para as suas residências. Os habitantes da comunidade de Brasília não têm o hábito de passarem temporada nas ilhas, eles criam seus animais em casa. Somente o gado pastoreia no campo e retornam para suas casas, para desenvolverem as outras atividades, como a *roça*.

Posteriormente, com a entrada na universidade comecei a pensar o campo como relacionado ao trabalho de campo, isso ainda na graduação. Já quando ingressei no mestrado, a noção de campo passou se referida a um autor específico: o francês Pierre Bourdieu. Sobre a noção de campo nesse autor não irei aprofundar por se tratar de um procedimento relacionado ao modo de operacionalizar uma pesquisa, considerando o campo de disputas e as distintas classificações que estão em debate. Para este autor, a noção de campo é, em certo sentido, uma etnografia conceptual de um modo de construção do objecto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há de fazer, a saber, verificar que o objecto em questão não está insulado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (BOURDIEU, 2012, p. 27).

Limite-me a descrever o campo natural e inserir entrevistas sobre as relações sociais estabelecidas nesse campo natural e sobre o trabalho de campo. Tanto o homem quanto a mulher pescam na *comunidade*, seja com o campo cheio ou secando, dia ou de noite. O pescador é o homem do pastoreio, da *roça* e da caça, assim como a pescadora, é a parteira, a mulher da *roça* e da caça. Quando o campo está começando a secar, algumas pessoas da *comunidade*, das *comunidades* vizinhas ou até mesmo de outro município fazem *rancho* na beira do campo para pescar, neste período a pesca é mais abundante. O *rancho* é pequeno casebre feito com pau e coberto em cima e nas laterais com folha da palmeira da *pindoba* (babaçu). Dependendo do local, são construídos diversos *ranchos*. As pessoas passam meses pescando, seja para alimentação familiar ou para vender para complementar outras despesas.

A senhora Neide discorre que, quando o campo inicia o período de seca ela vai para a beira e faz *rancho* destinado a pesca. Uma parte do peixe é vendida enquanto a outra parte é salgada, secada e levada para sua residência com fins de alimentação da sua família:

“Todo ano eu vou para a beira do campo pescar! Este ano fiquei triste, não salguei um quilo de peixe. Como estou assim, grávida, não fui” (Neide, Entrevista, 20/04/2019).

O campo possui uma variedade de peixes, aves e vegetações próprias. No período da desova é proibida a pesca, sendo a temporada destinada a reprodução dos peixes, que corresponde a quatro meses. Só é permitida a pesca em pequenas quantidades para fins alimentares. Dona Neide relata que o período da *desova* inicia no mês de novembro e vai até o mês de março. Durante este período as pessoas recebem um benefício do governo correspondente a um salário mínimo, equivalente aos quatro meses, correspondente ao período de reprodução dos peixes. Para receber o benefício as pessoas devem ser cadastradas no sindicato dos pescadores. Somente a pessoas que tenham a pesca como atividade exclusiva, devem ser cadastradas. Ela é cadastrada do sindicato dos pescadores. Na comunidade de Brasília, existem poucas pessoas cadastrada no sindicato pois a pesca é destinada para a alimentação familiar. Há um quantitativo maior no sindicato dos trabalhadores rurais.

Mesmo que pareça elementar essa distinção foi difícil de assimilar. Nesse sentido decidi, refletir sobre as distinções em relação à categoria “campo” pois penso ser um exercício fundamental, inclusive para elucidar sobre a minha posição face aos meus entrevistados. Descreverei a noção de campo natural; em seguida reflito sobre o trabalho de campo e as distinções de procedimentos tomando como referência Malinowski, Berreman e Bourdieu e correlacionando com a minha situações e pesquisa.

Me deparei com diferentes concepções do que seja campo. O campo natural e o campo da pesquisa, que embora escrito da mesma forma, possuem significados diferentes. O campo de água doce, formado por grandes planícies baixas que alagam nas estações chuvosas, é pelo campo o principal acesso à *comunidade*. Também, o campo de pesquisa, importante para realizar as observações, coleta dos dados, interpretação dos fatos e fenômenos do objeto estudado. Neste sentido, estudar os saberes, implica a compreensão de relações sociais e de construção da territorialidade, que não estão dissociados um do outro,

dentro de um sistema de relações, que constituem uma unidade de luta, não somente pelo reconhecimento do perímetro urbano que delimita seu território, mas também, as lutas pelos seus limites tradicionais, com crenças e manifestações culturais que atravessam gerações.

Quando este está cheio, vai-se de *canoas*, quando está secando vai-se a pés ou a cavalo também podendo ir de carro. Durante as viagens a campo, presenciei todos esses momentos: campo cheio e secando.

Quando fui a campo, hospedei-me na casa da minha mãe. As relações que até o momento eram afetivas de mãe e filha passaram a um plano de agente social e pesquisadora. Os agentes sociais narram sobre a história da *comunidade*, de que forma são feitas as *roças*, como se dá a relação da parteira com a *comunidade* com órgãos de saúde, quem detém o conhecimento sobre as ervas e como se dar a relação da *comunidade* com outras *comunidades* e as relações preestabelecidas pelo campo natural.

A senhora Neide relata que já mora na comunidade Brasília há mais ou menos três anos, por meio da união estável. Ela relatou que pesca no rio, no campo e caça. Embora desenvolva outras atividades, a exemplo da roça, a caça e a pesca estão mais presentes.

“Quando eu não tenho nadinha para comer em casa, eu pego um anzol e vou pescar ou pego um cachorro e vou caçar. Aqui eu não passo fome” (Neide, Entrevista, 20/04/2019).

O acesso ao campo é livre, tanto para as pessoas das *comunidades* do município de Serrano, quanto para de outros municípios, para pesca, ou para pastoreio, porém tem-se que respeitar sua biodiversidade. Caso as regras sejam desrespeitadas, a entrada é vetado. A senhora Neide relata uma situação que aconteceu com as pessoas do município de Mirinzal. Essas pessoas chegam em vários caminhões com os mais diferentes instrumentos de pesca, destruíam a vegetação e levaram uma grande quantidade de peixes, fatos que se repetiram por vários anos. As *comunidades* adjacentes ao campo se mobilizaram em consenso, proibindo o ingresso dessas pessoas ao local.

Outra concepção de campo refere-se ao trabalho de campo, Malinowski descreve sua chegada a campo em sua pesquisa nas Ilhas Trobriand, na Nova

Guiné descreve sua chegada a campo “um principiante sem experiência anterior” (MALINOWSKI, 1976, p. 19). Viver entre os nativos, seria o princípio elementar para providenciar boas condições do o seu trabalho e, foi o que ele fez para conquistar a confiança dos nativos. Mantendo uma relação estreita, com o mínimo de interferências de pessoas que não fazem parte daquele círculo social. Afirma que foi quando se encontrou sozinho na região sua pesquisa etnografia começou a avançar. Neste sentido, Malinowski (1976, p.22) afirma:

Deve ser lembrado que o facto de os nativos me verem diariamente fez com que deixassem de se interessar, rezear ou menos de ficar condicionados pela minha presença, deixando eu de constituir um elemento perturbador da vida tribal que queria estudar, de alterá-la com a minha aproximação, como sempre acontece com um recém-chegado a uma comunidade selvagem. De facto, como sabiam que iria meter o nariz em tudo, mesmo onde um nativo bem educado não sonharia fazê-lo, acabaram por me encarar como parte integrante das suas vidas, um mal ou um bom aborrecimento necessário, mitigado por donativos em tabaco.

Berremann quando chegou a campo foi recebido com desconfiança, precisou de meses para conquistar a confiança dos aldeões de Sirkanda “foram três meses gastos exaustivamente no estabelecimento do relacionamento, em apresentarmos-nos como observadores dignos de confiança, inofensivos, que simpatizavam e interessavam pela vida da aldeia” (BERREMAN, 1980, p. 136). A interação social e o controle das impressões permeadas entre os sujeitos são fundamentais. Como forma de interação, a observação deve envolver sempre o controle das impressões.

Em “Esboço de uma Autoanálise”, Bourdieu retorna ao seu local de nascimento para realizar pesquisas, descreve o complexo processo de desnaturalização pelo qual passou para poder “objetivar” aquele mundo tão familiar. Desafio metodológico, mas também, emocional e subjetivo de confrontação com o universo primeiro que pertencia e do qual precisou distanciar-se: “O retorno às origens faz-se acompanhar de um retorno, embora controlado, do que fora recalçado” (BOURDIEU, 2005, p. 90). Em certa medida, um ajuste com seu passado social anterior. Seja para dar a versão oficial de si ou para desencorajar as biografias e os biógrafos, como que revelando, “as informações que teria gostado de encontrar quando tentava compreender os escritores ou os artistas do passado” (BOURDIEU, 2005, p. 133). Como o autor coloca que, “compreender é primeiro

compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez” (BOURDIEU, 2005, p. 40). A vida intelectual acontece, reflexivamente, dentro da vida social. Para compreender a narrativa, é preciso um indivíduo, entender suas escolhas, ou melhor, suas tomadas de posição, é preciso saber antes qual posição objetiva o indivíduo ocupa no campo específico em que age.

Nas viagens a campo, realizei entrevistas, registros fotográficos, coletei documentos e conversei com agente sociais. Esse contato permitiu a construção das primeiras impressões sobre saberes na construção da territorialidade e identidade. Tratando as impressões com cautela, condição necessária para o desenvolvimento de uma pesquisa. Neste sentido, Berreman (1980) descreve como controle das impressões, que seriam as impressões que o pesquisador e o pesquisado teriam um do outro, podendo influenciar na maneira e veracidade das descrições e relatos, como também na prática de campo. Essa tentativa de cada um tentar dá ao outro a impressão que é conveniente ao seu interesse, pois constitui um aspecto de qualquer interação social. Deste modo, as informações obtidas devem ser pesadas, pois nem sempre o que se vê ou escuta pode revelar a complexidade das situações, como descreve:

O etnógrafo surge diante de seus sujeitos como um intruso desconhecido, geralmente inesperado e frequentemente indesejado. As impressões que estes têm dele determinarão o tipo e a validade dos dados a quais será capaz de ter acesso e, portanto, o grau de sucesso de seu trabalho. Ente si, e etnógrafo e seus sujeitos são, simultaneamente, atores e público. Têm que julgar os motivos e depois atributos de uns e do outro com base no contato breve, mais intenso, e, em seguida, decidir que definição de si mesmo e da situação circundante desejam projetar; o que revelarão e o que ocultarão, e como será melhor fazê-lo. Cada um tentará dar a outro a impressão que melhor serve aos seus interesses, tal como os vê. (BERREMAN, 1980, p. 141).

1. 6 Quem São Meus Entrevistados

Nessas quatro viagens a campo, entrevistei seis agentes sociais, e realizei diversas conversas informais. Lideranças atuam de diversas formas, em prol do território, internamente ou externamente, assumindo um papel de representatividade dos demais, mediante as mais diversas situações. Para melhor

compreensão, quem fala e de onde fala, apresento a seguir um quadro, com os referidos agentes sociais, e suas atuações, também o grau de parentesco com a pesquisadora. Os agentes sociais entrevistados moram na comunidade de Brasília e ocupam uma posição central.

Quadro 1 – Quadro com nomes dos agentes sociais/grau de *parentesco*/tema

AGENTE SOCIAL	LOCAL ENTREVISTA	DATA	GRAU DE PARENTESCO	TEMA ABORDADO
Joany (Gracinha) ACS (Agente comunitária de Saúde)	Povoado Brasília	- 03 a 07 de nov. 2018 - 28 a 30 de jul. 2019	Mãe	- Quem detém o conhecimento sobre a história da comunidade - Saberes, crenças - Afirmação identitária
Ana Maria (Aninha) Parteira	Povoado Brasília	- 05 de nov. 2018 - 28 a 30 de jul. 2019	Tia (esposa do irmão do meu pai)	- Prática de parteira e a relação com a comunidade e os órgãos de saúde - Seres sobrenaturais - Saberes tradicionais
José de João Detém um conhecimento da história de Brasília e articulador político	Povoado Santa Maria	- 07 de nov. 2018 - 28 a 30 de jul. 2019	Tio (primo do meu pai)	- Levantamento sobre a história da comunidade - Roças - Associação - Titulação
Mesquita (Neide) Pescadora	Povoado Culumim	- 20 de abr. 2019	Cunhada	- Pesca - Campo natural
Robson Roça, caça, pesca e pastoreio	Povoado Brasília	- 28 a 30 de jul. 2019	Irmão	- Roça - Pastoreio - Panema
Luís Magno Roça, caça e	Povoado Brasília	- 28 de jul. 2019	Marido da minha prima	- Roça

pesca				
-------	--	--	--	--

Fonte: Regiane Pinto, 2019.

Joany (Gracinha), liderança atuante nas questões Igreja, responsável pela igreja da *comunidade*, além de contribuições importantes no time de futebol e no tambor de crioula. Já participou de vários encontros religiosos a nível local e regional, inclusive organizados pelo Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Viúva do senhor Elias, sempre ajudou na agricultura, foi professora na *comunidade*, atualmente é Agente Comunitária de Saúde (ACS), o que não impede sua atuação nos movimentos que envolve a *comunidade*. Inserida na *comunidade* por meios de laços matrimoniais.

Dona Ana Maria, que atua como parteira há mais ou menos 35 anos, dentro e fora da comunidade, já foi professora, é tesoureira da comunidade, participa dos eventos religiosos, além dos trabalhos laborais na agricultura. Mora com o senhor Justino, irmão do meu pai. Durante a entrevista relatou sobre a linhagem de parteira de sua família, sua mãe, a vó, foram parteiras. Quase todos da *comunidade* nasceram pela mão de uma parteira.

Já o senhor Zé de João, foi por diversas vezes presidente e vice-presidente da *associação* comunitária, tem uma articulação junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ). Tem um conhecimento sobre a história do *território*, conhecimento repassado a ele através do seu pai. Esse conhecimento foi muito importante, para o processo de documentação da terra.

A senhora Neide relatou que aprendeu pescar desde menina, pois cresceu próximo à beira do campo na companhia de seus pais e seus e seus cinco irmãos. Antes de morar na Brasília, morava em uma *comunidade* beira campo chamada Cindim, onde fica um dos dois principais portos que dão acesso a Brasília. Foi no Cindim que ela aprendeu a pescar e, através da pesca que sustentou e sustenta seus sete filhos, sem o apoio paterno. Relata que pescava quase todos os dias para levar alimentos para os seus filhos, que hoje têm idades entre quinze e cinco anos.

Robson descreveu sobre a atividade do pastoreio que desenvolve, levando o gado para o campo natural no período da estiagem e para as campinas naturais no período das intensas chuvas. Também discorreu sobre os períodos apropriados para *roçar* e também sobre a *panema*, temida pelos caçadores.

O Luís Magno informou também sobre os períodos apropriados para *roçar*, plantar e também a relação mutua que esta atividade estabelece.

Em campo, procurei manter uma linguagem simples, interagindo os agentes sociais. Mesmo possuindo um roteiro, procurei ouvir com atenção, evitando interrupções, mesmo que em determinados momentos os agentes sociais fugissem do contexto da pesquisa. As entrevistas eram abertas, sem interrupção dos afazeres ou situação que o agente social se encontrava e, mesmo tendo ciência da presença do gravador, procurava não deixar exposto. Foram estratégias que encontrei para que o pesquisado não sentisse subordinado a pesquisa. Nessa relação de pesquisa, é importante uma “escuta ativa e metódica”, como menciona (BOURDIEU, 2012, p. 695), que se situa entre meio termo entre a entrevista não-dirigida (aberta) e a semiestruturada (questionário fechado). Com isso, Bourdieu demonstra a interação de pesquisa próximo do limite ideal, controlando a interação dos seus níveis linguísticos (verbal e não verbal).

As conversas com a minha mãe eram, geralmente, durante os afazeres da casa, durante os dias que fiquei lá. Com o seu Zé de João, o primeiro contato foi no dia 04 de novembro, manhã de domingo, quando fui participar da reunião na *comunidade*, chegando na *casa de forno* onde a produção de mandioca é transformada em farinha, encontrava-se algumas pessoas, o senhor L. e J., no chão moldando uma madeira para fazer uma *pensa* (armação de madeira onde espreme a massa da mandioca, retirando o excesso de tucupi). Também encontrava-se seu I., sentado em um *coxo* (canoa onde amassa e peneira a massa da mandioca, antes de levar ao forno) e seu Zé de João, sentado em um tronco de madeira. Após falar com os presentes, sentei ao lado dele e falei-lhe sobre a pesquisa. Ele afirmou que poderíamos conversar sobre as diversas questões, após a reunião.

A reunião terminou por volta da 14:00hs, então, combinei com o Seu Zé de João de ir a sua residência dia 07 quarta-feira, à tarde. Quando cheguei a residência do senhor Zé de João, ele encontrava-se na sala, deitado em uma rede, conversando com sua esposa Cotinha e Dona M, está moradora do povoado

Brasília, ambas sentada na cadeira. Dona M, já estava de saída, despediu-se e foi embora. Conversamos com a cerca 2 horas, sendo que a maior parte da conversa ele estava deitado em uma rede, onde fez um relato histórico da Comunidade Quilombola de Brasília, desde o tempo da Fazenda São Caetano (período da escravidão) até os dias atuais (Comunidade Quilombola Brasília). Proposta no segundo capítulo, é justamente refletir a questão da Territorialidade.

Já a conversa com dona Aninha, foi realizada ao lado de um bacurizeiro centenário, de grande valor simbólico para a *comunidade*. Como ela mora próxima a casa de minha mãe, fui diretamente a sua residência, porém, Dona Ana Maria, encontrava-se limpando o terreno aonde estava sendo construída a morada de seu neto, enquanto íamos conversando, ajudava ela na limpeza do terreno. A conversa durou em torno de uma hora e meia, mas, possibilitou elementos para reflexões sobre os saberes tradicionais que vão se reproduzindo, estabelecendo uma relação que vai além dos limites físicos do território, que será minha proposta para o Terceiro Capítulo, juntamente com a reflexão sobre o uso das ervas, mencionados em diversas conversas informais.

Com a senhora Mesquita, o primeiro momento da conversa foi em sua casa, após o almoço, ela estava sentada em uma cadeira e eu em um tronco de palmeira, em uma casinha coberta com a folha da palmeira de babaçu, localizada no quintal. O segundo momento foi no dia seguinte, a caminho da fonte, onde fomos buscar água para beber e cozinhar alimentos, em uma nascente que fica em torno de 12 minutos de sua residência. No quintal e na frente de sua casa passa rio, mais a água é apropriada somente para tomar banho e para limpeza dos objetos. Ela me falou de sua vivência com a pescaria e também as relações estabelecidas entre o campo natural e o *território*.

A conversa com Robson foi durante os afazeres, já que ele mora com na casa da minha mãe, onde me hospedei durante as viagens a campo. Com Luís Magno, foi durante o serviço, em que ele estava "*roçando*" o quintal da casa da minha mãe.

2 TERRITÓRIO, PARENTESCO E SISTEMAS DE AJUDA MÚTUA

Tal como no trabalho clássico da antropologia intitulado “Sistemas Políticos Africanos”, organizado por Fortes e Pritchard (1940), as relações de parentesco orientam a construção do território na situação tomada para análise, a saber o *território de Brasília*. Por tratar-se de uma “terra de herança” aqueles que permaneceram nas terras são parentes e mantêm relações de solidariedade, compadrio e vínculos que implicam em respeito mútuo. A organização social inclui o compartilhar de regras no uso das áreas de cultivo, extrativismo e pesca, assim como uma relação entre os *povoados* que compõe o território.

O objetivo desse capítulo é descrever o território considerando as relações sociais presentes, incluindo as de parentesco e aquelas referidas ao uso dos recursos naturais. Ao realizar esse exercício pretendo considerar como os agentes sociais constroem suas representações em relação ao território. Não pretendo realizar uma reconstrução histórica, mas analisar como as famílias representam o designado território considerando as categorias próprias empregadas e suas visões sobre os distintos processos de territorialização, de Pacheco (1998). Considerando as representações sobre o antigo engenho São Caetano, a distribuição das terras entre os denominados herdeiros e os pleitos relativos ao reconhecimento como quilombo em função das ameaças e conflitos mais recentes, principalmente em função da criação de búfalos nas terras de herança.

Cada um dos *herdeiros de Simplício* recebeu uma porção de terras aos quais as famílias permaneceram por gerações sucessivas, sem proceder ao formal de partilha. Com o passar dos anos a composição do território sofreu alterações, as famílias aumentaram e a “doação” foi passando de família a família, sem o devido registro formal em cartório. Entretanto, até o presente, somente através do casamento é possível a inserção de um membro de fora nos *povoados* que compõe o território *de Brasília*. Há regras rígidas de controle para a inserção no território e aquele que passa a morar na localidade precisa estar sujeito a tais normas e regras. Caso desobedeça pode ser expulso e, se o cônjuge não concordar com a punição, mesmo sendo do *povoado*, deve seguir para outra localidade com sua família, fora da *comunidade*.

Faço referência ainda a alteração do nome do território para Brasília em

referência ao engenho Brasília, localizado no município de Mirinzal. Portanto, esse capítulo intenta analisar as formas de classificação do território considerando as categorias utilizadas pelos agentes sociais: *povoado*, *comunidade* e território. O termo “Brasília” é empregado para designar unidades sociais distintas e se desdobra em três categorias: *povoado*, *comunidade*, território.

Ainda nesse capítulo, descrevo minuciosamente as relações estabelecidas pelos agentes sociais entre si e com os recursos naturais de modo a explicitar as relações de solidariedade que estão em jogo. Tomo como referência as relações estabelecidas no sistema agrícola distinguindo categorias como *roça de roçado*; o sistema de pastoreio, tomando como princípio a criação de gado bovino e a criação de porcos. Faço menção ainda às relações estabelecidas ao plano organizativo na denominada *associação* e mobilização política. A parte relativa à caça deixei para analisar no capítulo 3, quando trato do denominado *panema*. Percebi uma impossibilidade em separar as atividades ditas econômicas de outras consideradas relativas às crenças pois elas estão interligadas. A dimensão meramente econômica não dá conta da complexidade das relações. A *roça*, por exemplo, está relacionada a um modo de vida e condensa significados múltiplos para as famílias.

A relação com o órgão fundiário governamental, no caso o INCRA, também é tratada neste capítulo, considerando que a atuação desse órgão é recente, data de 2001. Foi a partir de um conflito vivenciado pelas famílias com os proprietários de búfalos que o contato com o órgão do governo foi estabelecido. As famílias do *território* decidiram reivindicar a titulação no INCRA em função desse conflito, antes, eles não tinham atentado para essa possibilidade. Mesmo sendo herdeiras as famílias não procederam ao formal de partilha, de modo que os documentos de referência a essas terras são documentos cartoriais que indicam a propriedade de terras como sendo do senhor Simplício. Não realizei pesquisa cartorial, mas possuo um documento que atesta a propriedade do senhor Simplício, que me foi cedido pelo senhor José de João no período de realização da presente pesquisa. O senhor José de João, meu entrevistado, conseguiu esse documento cartorial no período de realização do relatório antropológico pelo INCRA, quando o cientista responsável identificou as terras como de propriedade do senhor Simplício.

Portanto, procuro dar conta das representações relativas à dimensão

territorial e demonstrar em que medida essa classificação territorial própria do grupo colide, em certa maneira, com as classificações oficiais.

2. 1 As Formas de Classificação em Relação ao Território, *Comunidade e Povoado*

O que parece orientar a situação que estou trabalhando é justamente o fato das terras serem “consideradas” de herança e, ao mesmo tempo, pensadas como de um grupo que, mesmo se identificando como *herdeiros*, vivenciam relações que poderíamos caracterizar como “comunitárias”, (WEBER, 2002)²; com pouca divisão do trabalho social (DURKHEIM, 1999)³ e, predominância de relações pouco formalizadas, repassadas oralmente e, mesmo assim, seguidas de modo sistemático e acatadas como relevantes para o grupo. Essas relações ditas comunitárias implicam em afinidades baseadas em regras próprias, elaboradas pelos próprios agentes sociais e que se distinguem, portanto daqueles presentes nas relações formais, seja as mercantis ou aquelas vinculadas a uma noção *stricto sensu* de propriedade privada, nas distintas formas de relação, classificados por Weber (2002) como “relações comunitárias”

Em Brasília costumamos dizer que vivemos em *comunidade*, ou seja, para nós isso significa que somos *parentes* e estabelecemos entre nós redes de amizade e solidariedade. Ao entrar em contato com autores da sociologia percebi que os mesmos opõem a noção de “comunidade” a outras, mais relacionadas com um contexto de relações formais, com uma divisão maior do trabalho. Weber (2002), por exemplo, opõe “relações comunitárias” a “relações associativas”.

2 Sobre as relações comunitárias, Weber (2002), chama de comunidade a uma relação social, resultado de uma ligação emocional ou tradicional. A relação social de sociedade, por outro lado é o resultado de uma reconciliação e de um equilíbrio de interesse motivado por juízos racionais, quer de valores, quer de fins (WEBER, 2002, p. 70).

3 Com relação a divisão do trabalho social, Durkheim (1999), analisa que nas sociedades com menor divisão social, tal como as comunidades, predomina a solidariedade mecânica e, portanto, as representações coletivas são mais coesas. O contrário ocorre nas sociedades com alta divisão social do trabalho, quando as representações coletivas são mais fragmentadas, podendo gerar inclusive, um estado que ele caracteriza como de anomia relata, que há em nós duas consciências, uma que representa apenas uma personalidade individual e a outra que representa um tipo coletivo. Embora distintas, elas constituem uma só, são solidarias (p. 79). A solidariedade mecânica, resulta das semelhanças, vincula diretamente o indivíduo a sociedade. A solidariedade orgânica é produzida pela divisão do trabalho, a individualidade das partes interligado ao todo (DURKHEIM, 1999, p.109).

Outros autores como Durkheim (1999) distinguem a “solidariedade mecânica” da “orgânica”, a primeira mais presente em sociedades com menor divisão do trabalho, classificadas pelo autor como primitivas e a última em sociedades com maior divisão social do trabalho, a exemplo das sociedades modernas. Neste sentido Durkheim relata que o trabalho teria “a função de assegurar o corpo social, assegura sua unidade”. Essa divisão seria “a fonte, se não a única, pelo menos a principal da solidariedade social” (DURKHEIM, 1999, p.29).

Identifiquei na realização da pesquisa que os agentes sociais empregam categorias próprias para descrever o território e que essas “categorias nativas” possuem referências no plano conceitual, ou seja, os termos território, *comunidade* e *povoado* se constituem em terminologias para a sociologia e a antropologia, como “categorias analíticas”. Como lidar com essa similitude do nome empregado no plano empírico e o significado das categorias analíticas? Em primeiro lugar esclareço que as referências analíticas orientam a percepção, mas que não aprofundarei cada uma delas. Limito-me a coligir a representação dos agentes sociais e demonstrar como as relações sociais se caracterizam como relações comunitárias, diferente das relações societárias (WEBER, 2002).

Essas distinções entre “comunidade” e “sociedade” são relevantes para a compreensão segundo a qual a categoria comunidade é analítica, funciona sempre para designar situações nas quais funcionam aspectos relacionados a uma menor divisão do trabalho e a relações sem formalizações escritas. Ocorre que o termo comunidade, quase clássico na antropologia e na sociologia tem uma dimensão empírica. Brasília, por exemplo, é chamada de *comunidade* e na representação as famílias a comunidade de Brasília são formadas por distintos denominados *povoados*.

Durante os cursos no âmbito do PPGCSPA aprendi também sobre a existência dos chamados estudos de comunidade. Cada comunidade constituía seu padrão independente, com regras próprias, que são respeitadas pelos indivíduos inseridos naquele contexto, possuíam relações econômicas próprias, para além da organização do Estado.

Em uma pesquisa realizada em 1948 por Eduardo Galvão e dirigida pelo professor Charles Wagley, numa pequena comunidade do Baixo Amazonas, a categoria “comunidade” é usada “definindo a unidade territorial, socioeconômicas e

religiosas” (GALVÃO, 1955, p. 12). Esta análise, procurando entender sua função social, analisava até que ponto a religião do caboclo de Ita (cidade fictícia) era condicionada por fatores socioeconômicos, como ela atuava no todo dessa cultura regional. Esse trabalho foi apresentado como tese de doutorado na Universidade de Columbia. Entretanto, nessa pesquisa, realizo uma descrição, considerando a visão do próprio grupo em relação ao que designem como *comunidade, território e povoado*. Uma construção realizada a partir de entrevistas e da minha própria inserção, incluindo inclusive um croqui construído pela minha mãe para ilustrar a complexidade dessa situação. Destaco que no caso em estudo há o *povoado de Brasília, a comunidade de Brasília e o território de Brasília*.

Vale ressaltar, que existe um processo desencadeado pelo INCRA de reconhecimento do território como quilombola, consoante o artigo 68 do Atos e Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. Marques e Gomes (2013), expressa o conteúdo desse artigo, que traz o seguinte: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (MARQUES; GOMES, 2013, p.137).

Antes de descrever as situações empiricamente tentarei repassar aos leitores uma visão ampla da estruturação territorial considerando o designado, *povoado, comunidade e território*.

2.1.1. Os povoados

Os *povoados* são “unidades sociais” que possuem entre 01 e 16 casas, onde residem pessoas de uma mesma família ou de famílias distintas. Segue o depoimento de Joany, sobre a categoria *povoado*:

Os povoados são os locais das comunidades onde as famílias moram. O povoado de Brasília sempre foi a sede dos outros povoados da comunidade. Benhô, neto do Simplício, tinha casa aqui no povoado Brasília, perto do Bacurizeiro. Todos os filhos de Benhô tinha casa aqui no povoado Brasília, podia ter casa em outros povoados para pescar, rocar ou criar animais, mas casa de moradia era aqui. Tinha filho do Benhô que morava aqui mesmo no sitio e,

outros moravam próximo da antiga Fazenda São Caetano. (Joany, Entrevista, 30/07/2019).

Os *povoados* que constituem a comunidade de Brasília são os seguintes: Olho D'água, Fostino, Santa Cruz, Santa Maria, Mangueirão, Sete Palmeiras, Mata Fome, Cacia e Culumim. Tais *povoados* são separados por caminhos estreitos, cortados por riachos, longas pedreiras e densos areais. A distância entre os *povoados*, podem chegar até duas horas e meia a pé.

Quadro 2 – Povoados do *território de Brasília*

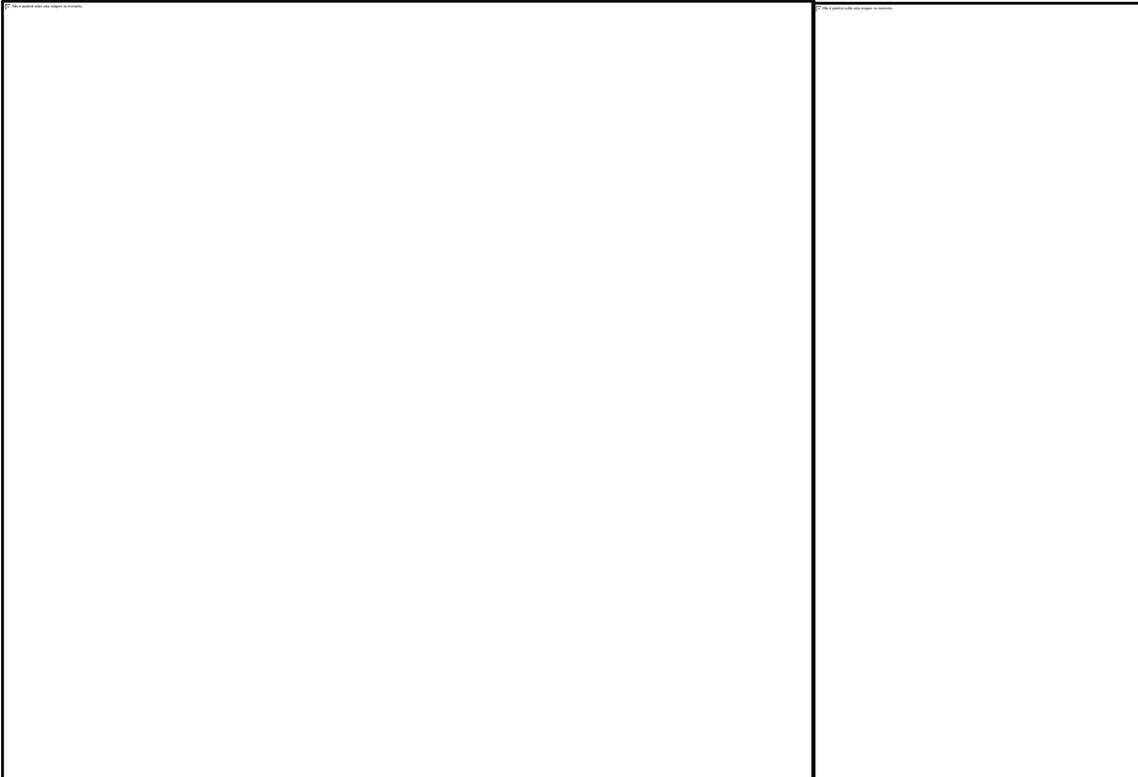
POVOADOS	Nº DE CASAS
Brasília	16
Olho D'água	05
Fostino	03
Santa Cruz/Mata Fome	01
Santa Maria	07
Mangueirão	01
Sete Palmeiras	02
Cacia	02
Culumim	01
TOTAL: 09	TOTAL: 38

Fonte: Regiane Pinto, 2018.

Esses *povoados* têm inter-relação entre si, seja por laços familiares, por relações de solidariedade ou de compadrio. As famílias que vivem na designada comunidade de Brasília, consideram o povoado Brasília como o central, em função da localização da *associação* comunitária, da igreja, da escola, da *casa do forno* (onde a mandioca é transformada em farinha), e do campo de futebol. Nesse *povoado* ficava localizado o antigo engenho São Caetano, de produção de

mandioca, com uso do trabalho escravo.

Figura 1 - Croqui do povoado Brasília



Fonte: Joany, 2018.

2.1.2 A comunidade

A comunidade de Brasília é formada por unidades sociais designadas localmente de *povoados*. Tais *povoados* são compostos por unidades de casas. Segue o depoimento da senhora Joany sobre a comunidade de Brasília:

“A comunidade Brasília sempre teve esses povoados. As famílias da comunidade podem fazer sua casa, roça, pescar, criar animais, em qualquer parte da comunidade. Só tem que respeitar o quintal dos outros. Qualquer assunto a respeito da comunidade, a gente se reúne para discutir, seja, um lugar para roçar, um lugar para morar, tem que comunicar em reuniões na comunidade”. (Joany, Entrevista, 30/07/2019).

Atualmente na comunidade Brasília vivem 38 famílias, distribuídos em 09 povoados. O número de família foi definido pelo número de fogões, a pesar que existem residências com mais de uma família, mas, compartilham o mesmo fogão. São geralmente pessoas que casaram, mais continuaram na casa dos pais ou separaram e retornaram.

As *roças* das famílias que moram na mesma casa podem ser separadas ou partilhas. Meu irmão, por exemplo, mora com sua família na casa da minha mãe, *roçam* em conjunto, para o consumo familiar. Já meu primo que mora no povoado Fostino, mora com seus pais, porém as *roças* são separadas. Ambos os casos compartilham as despesas alimentares.

Quadro 3 – Número de família definido pelo número de fogões

POVOADOS	Nº DE PESSOAS/RESIDÊNCIA	NºDE FAMÍLIAS	Nº DE FOGÃO
1 Brasília	04	02	01
2 Brasilia	05	01	01
3 Brsalia	01	01	01
4 Brasilia	06	02	01
5 Brasilia	03	01	01
6 Brasilia	01	01	01
7 Brasilia	03	01	01
8 Brasilia	04	01	01
9 Brasilia	01	01	01
10 Brasilia	03	01	01
11 Brasilia	01	01	01
12 Brasilia	02	01	01

13 Brasilia	02	01	01
14 Brasilia	02	01	01
15 Brasilia	02	01	01
16 Brasilia	01	01	01
17 Olho d'água	02	01	01
18 Olho d'água	01	01	01
19 Olho d'água	01	01	01
20 Olho d'água	01	01	01
21 Olho d'água	05	01	01
22 Fortino	04	02	01
POVOADOS	Nº DE PESSOAS/RESIDÊNCIA	Nº DE FAMÍLIAS	Nº DE FOGÃO
23 Fortino	04	01	01
24 Fortino	01	01	01
25 Cacia	02	01	01
26 Cacia	01	01	01
27 Sete Palmeiras	01	01	01
28 Sete Palmeiras	01	01	01
29 Mata Fome	01	01	01
30 Santa Maria	04	01	01
31 Santa Maria	02	01	01
32 Santa Maria	02	01	01
33 Santa Maria	04	01	01

34 Santa Maria	04	01	01
35 Santa Maria	04	01	01
36 Santa Maria	02	01	01
37 Culumim	06	01	01
38 Mangueirão	01	01	01
TOTAL	95	41	38

Fonte: Regiane, 2018.

Essas famílias se auto identificam como *quilombola*, exercendo diversas atividades, como: agricultura, caça, pesca, *roça* e pastoreio. Almeida (2008), traz que na diversidade de formas de reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação dos recursos naturais que caracterizam as denominadas “terras tradicionalmente ocupadas”, envolve diferentes atividades produtivas exercidas por unidades de trabalho familiar, tais como: extrativismo, agricultura, pesca, caça, artesanato e pecuária (ALMEIDA, 2008, p. 37).

Para representar a área de atuação como Agente Comunitária de Saúde, junto ao Município de Serrano, a senhora Joany confecciona o croqui da *comunidade*. Demonstrando alguns elementos como: *povoados*, árvores antigas, campo inundável, caminhos e outros elementos, presente na *comunidade*.

Figura 2 – Croqui da *comunidade de Brasília*

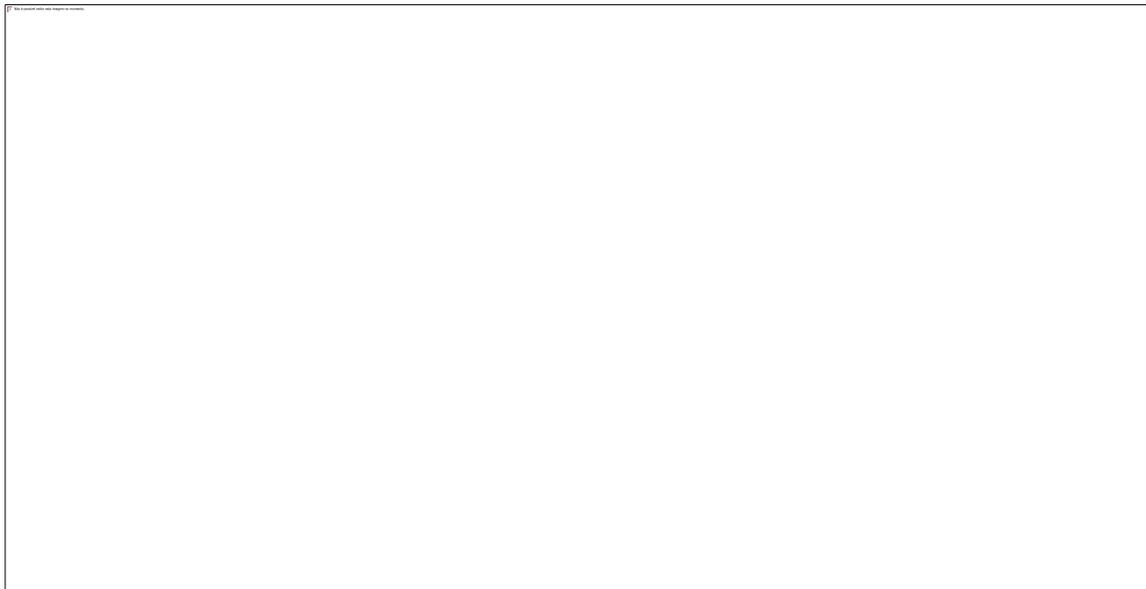


Fonte: Joany, 2018.

2.1.3 O território

O *território* de Brasília refere-se ao conjunto de *comunidades*, cada uma delas compostas por um número distinto dos designados *povoados*. No *território de Brasília* há seis *comunidades*, a saber: Brasília, Cedro, Maiabi, Ponta, Perapema e Flechal. A seguir, o croqui do território, confeccionado pela senhora Joany.

Figura 3 – Croqui do *território de Brasília*



- Território de Brasília
- Campo Natural
- Porto do Olho D'água
- Principais rios de Brasília
- Terras que pertenciam a herdeiro da fazenda São Caetano / comunidade não se auto identificam como quilombola
- Terras que pertenciam a fazenda São Caetano / em processo de desapropriação

Fonte: Fonte: Joany, 2018.

As terras que pertenciam a fazenda São Caetano, que foram doadas pelo seu Simplício ou vendida pelos seus filhos ou seus netos, estão retornando aos seus descendentes. Durante a entrevista, seu Zé de João informou, que estão em processo de desapropriação pelo INCRA. Essas terras serão divididas entre *comunidades* que compõem o *território de Brasília*. Seu Zé, disse ainda, que o seu Simplício doou uma grande extensão de terras ao senhor chamado Manduca Ribeiro. Essas terras foram vendidas pelo senhor Manduca Ribeiro.

“Manduca Ribeiro era um fazendeiro, eu não sei se era do maranhão, só sei que ele era um homem que tinha muito gado e, foi dado pelo Simplício, uma grande extensão de terra, porque um rico gosto do outro. Então o Simplício deu umas terras para ele criar gado e trabalhar nelas. O manduca, construiu a fazenda Curral Grande. Depois Manduca Ribeiro vendeu essas terras. Essas terras já

passaram por vários donos, por último Dr°. Tomas. Essas terras estão sendo desapropriada pelo INCRA. As terras que foram vendidas, doadas pelos herdeiros, agora elas estão voltando para nós” (Zé de João, Entrevista, 07/11/2018).

Segundo os agentes sociais, o *território de Brasília* é composto por seis comunidades quilombolas: Brasília, Cedro, Maiabi, Ponta, Perapema e Flecha. A comunidade de Brasília foi estabelecida pelo INCRA, como comunidade sede do território. Essas comunidades relacionam entre si e, tomando iniciativas, para criarem um estatuto de administração do território.

“O território de Brasília tem seis comunidades, Brasília, Cedro, Maiabi, Ponta, Perapema e Flechal. Essas são todas as comunidades de dentro do território de Brasília, Brasília é a mãe. Estar previsto uma reunião agora final de julho com todas essas comunidades, aqui em Brasília. Eles estão querendo formar uma lei de administração do território. Eu acho bom, porque ninguém fica fazendo nada por conta própria. Essa lei será criada em conjunto com todas essas comunidades”. (Zé de João, Entrevista, 29/07/2019).

A elaboração dos croquis apresentados nos tópicos acima implicou em contatos constantes com a minha mãe, autora dos croquis. Ressalto, quando se tratou da representação do território, nem todas as *comunidades* foram incluídas na sua totalidade. Tal “exclusão” deve-se ao fato da minha entrevistada não ter domínio de todos os elementos das comunidades que formam o território. Mesmo sabendo o nome de todos eles, representa-los em sua totalidade implicava um esforço de incluir os campos, os rios, os caminhos, domínio que a minha entrevistada não possuía. Aqui reflito como a visão dos entrevistados e minha própria é parcial, ou seja, dominamos somente aspectos do território e não sua totalidade.

Outro ponto que gostaria de registrar refere-se aos limites dos croquis, que não se constituem em mapas georeferenciados, tal como os elaborados por órgãos oficiais. Para construí-los tomei como referência os procedimentos de pesquisa do Projeto Nova Cartografia Social na Amazônia, no sentido de considerar

a própria visão do grupo sobre os seus territórios.

No âmbito do PNCSA a equipe de pesquisadores (PNCSA) estabelece uma relação junto aos Povos e Comunidades Tradicionais, proporcionando aos agentes sociais envolvidos construir sua auto cartografia, através da qual expressam suas territorialidades específicas. Para Almeida (2013) “a nova cartografia visa proporcionar uma pluralidade de entrada a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas “experimentações” fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas” (ALMEIDA, 2013, p.157).

A nova cartografia possibilita as comunidades construírem suas territorialidades se estabeleceram suas realidades, além de ser instrumento um instrumento de resistências:

Ao mesmo tempo cabe destacar que os mapas deixaram de ser instrumentos reservados principalmente aos doutores, aos sábios e aos “poderosos” ou aos aparatos de Estado. O acesso aos seus meios de produção, mesmo requerendo o conhecimento de determinadas inovações tecnológicas, acha-se disposto ao alcance de um público amplo e difuso. A vulgarização científica amplia significativamente as possibilidades de acesso ao conhecimento técnico antes restrito a especialistas e peritos. Com esta abordagem os mapas passam de uma construção privada, circunscrita a especialistas, para uma construção de sentido público ou aberta a um público amplo e difuso. Nesta brecha na conhecida oposição binária, público/privado, e que se posicionam aqueles que estão à margem da cena política legítima, passando a ter papel relevante nos mapeamentos sociais, recolocando-se, enquanto força social nas relações de poder. Eis o corolário: mapear e mobilizar-se política e criticamente, seja no plano discursivo, seja no plano das práticas coletivas, consistindo numa descrição em movimento para além de qualquer abordagem que tome a descrição como uma “textualização”. (ALMEIDA, 2013, p.60).

Para finalizar esse tópico registro o meu próprio lugar de construção desse trabalho, isso porque não percorri todo o *território*, limitei-me à *comunidade de Brasília*. Meus entrevistados concentraram-se no próprio povoado Brasília e no povoado de Santa Maria, onde entrevistei seu Zé de João e no povoado Culumim, onde entrevistei Neide.

2. 2 Relações Territoriais e de Parentesco

Os agentes sociais, a partir dos conhecimentos repassados por seus

antepassados, narraram sobre o senhor Francisco Simplício Pinto, dono da Fazenda São Caetano, enfatizando que ele possuía escravos e uma grande extensão de terras. As terras desta Fazenda São Caetano, foram deixadas de heranças aos filhos do seu Simplício e esses foram repassando essas terras por gerações sucessivas. A fazenda São Caetano, localizava-se há uns 10 minutos do centro do povoado de Brasília. Da antiga fazenda restam apenas mangueiras e vegetações revestindo tudo onde outrora se assentavam seu alicerce.

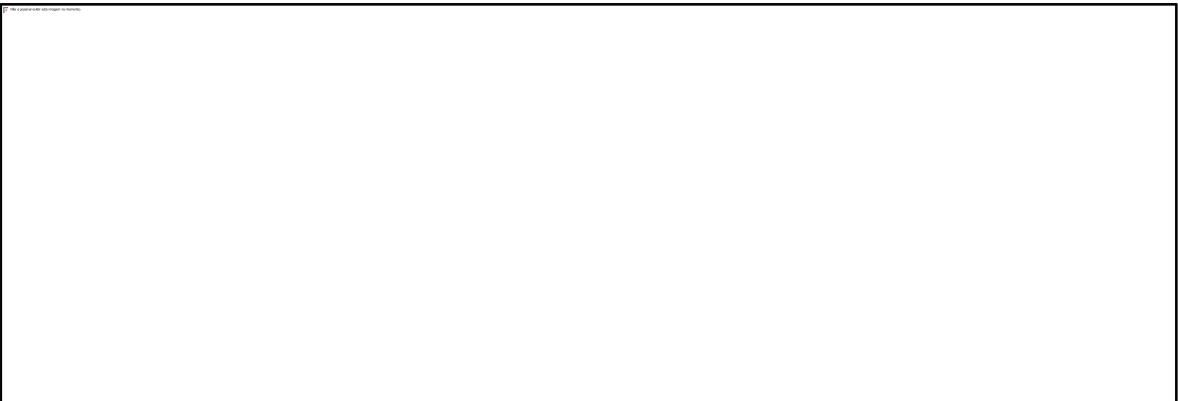
Os entrevistados mais velhos são aqueles que se referem ao engenho São Caetano, dentre eles o senhor José de João, que, inclusive acompanhou, mais recentemente o antropólogo que realizou o relatório de identificação do território. Ele relembra que as famílias encontravam artefatos antigos e os locais nos quais é possível encontrar esses denominados *restos de fazenda*. O *poço* de nascente, da antiga fazenda é utilizado até hoje pelos moradores da atual Brasília, isso nos momentos de seca. Quando custa a chover e as nascentes secam as famílias se deslocam até esse antigo *poço*. Em entrevista com o senhor Zé de João, ele narra as ligações com os antepassados.

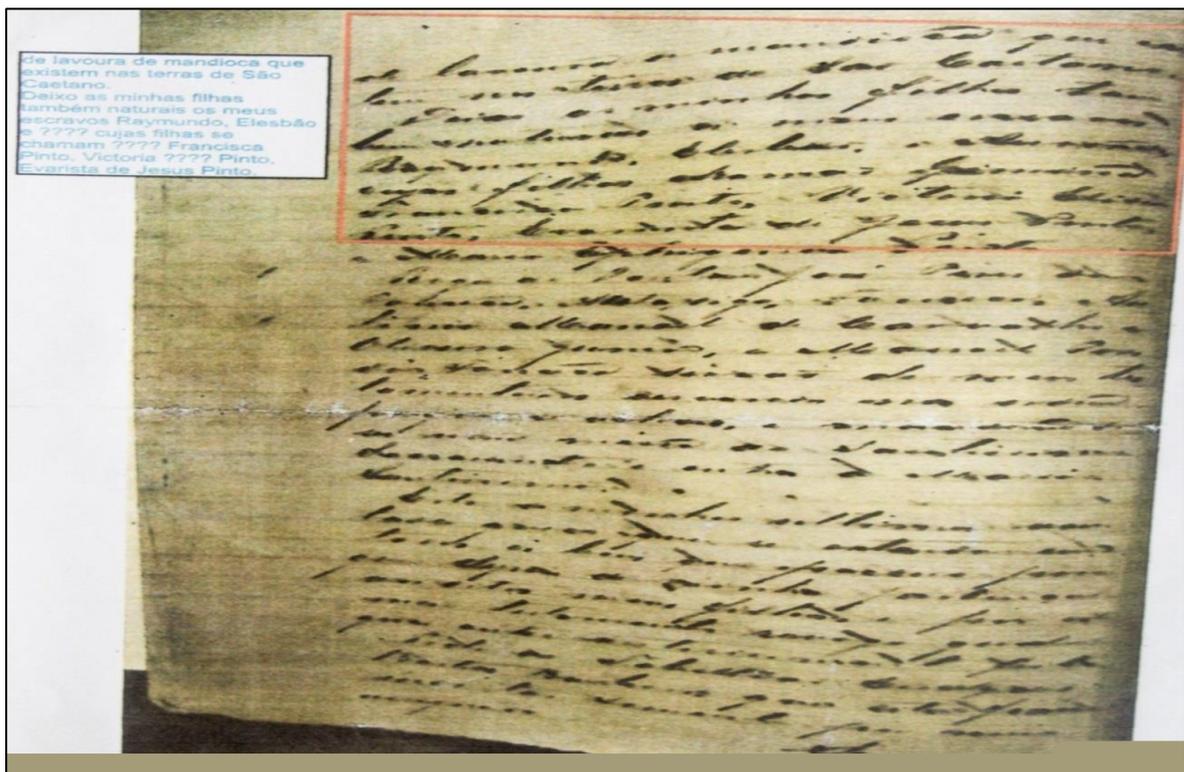
“O nome do dono da terra era Francisco Simplício Pinto, esse que era o dono dessas terras no período da escravatura. Ele deixa a terra em testamento e para quem ele está deixando a terra. Ele tinha 03 filhas mulheres e 05 homens. Quando ele fez esse inventario, ele deu para as filhas a casa com os bens de casa e os escravos e para os filhos ele deixou as terras” (Zé de João, Entrevista, 07/11/2018).

As terras de São Caetano pertencente ao seu Simplício foram deixadas de herança aos seus 08 filhos naturais, dentre ele o Américo, no qual pertence a descendência de Brasília.

Durante a entrevista, o seu Zé de João pediu a sua esposa, que trouxesse um documento, *escritura da terra*, adquirido no período do relatório de identificação pelo INCRA. Como seu Zé João acompanhou o antropólogo na realização da identificação das terras como quilombolas, esse lhe repassou a parte de uma xerox do denominado *documento da terra*. Tratava-se de uma xerox de Autos de Testamento do Sr. Francisco Simplício Pinto, feito a pena, no ano de 1889, dia 30 de novembro, demonstrado nas imagens a seguir.

Figura 4 – Autos de testamento das terras de São Caetano/Brasília





Fonte: Zé de João, 2018

No documento reproduzido acima há um excerto sobre o repasse das terras do Simplício aos seus filhos, reproduzido a seguir:

“Declaro que deixo aos meus filhos naturais Ramiro Francisco

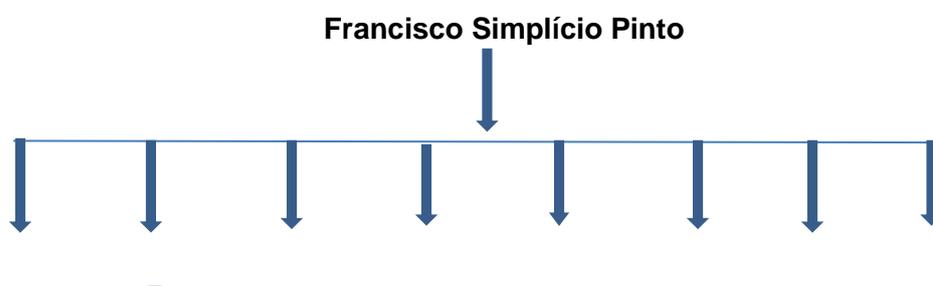
Pinto, Américo de Moraes Pinto, Germinio Francisco Pinto, Marcelino Francisco Pinto e Carlos Francisco Pinto, as terras que possui neste termo, a casa de forno e acessórios de lavoura de mandioca que existem nas terras de São Caetano.”

“Deixo as minhas filhas também naturais os meus escravos Raymundo, Elesbão e???? Cujas filhas se chamam Francisca Pinto, Victoria???? Pinto, Evarista de Jesus Pinto”.

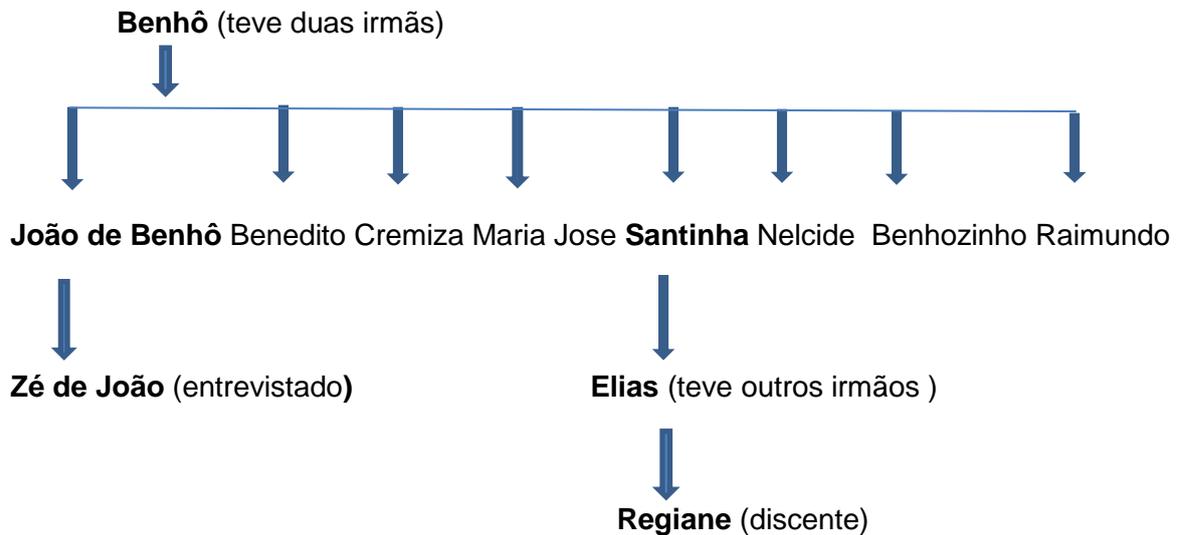
Do seu Simplício a atualidade permanece na terra a 6^o geração, produzindo e mantendo seus modos de vida, onde permearam a relação entre o senhor e a escrava. De acordo com as narrativas do seu Zé de João, teve uma relação entre o senhor e uma escrava. O Américo casa com uma ex escava, teve duas filhas, que morreram *moça velha* (não se casaram) e um filho homem, Benhô.

“O Américo teve 3 filhos, duas mulheres que morreram moça velha e um filho homem, Benhô. Filho do Benhô era meu pai João, Nelcide, Benedito, tia Santinha tua avó, Maria Jose, Cremiza, Benhozinho e Raimundo. Benhô era preto, o pai dele era branco, Américo. Ele era preto, o pai dele era casado com preta, da escravatura. A mulher de Benhô se chamava Tetoca”. (Zé de João, Entrevista, 07/11/2018).

Segue representado o esquema de relação de parentesco, do senhor Simplício até a geração atual, não no sentido de genealogia, mas, a relação com a territorialidade.



Ramiro **Américo** Germinio F Marcelino Carlos Francisca Victoria Evarista



A descendência de seu Simplício permanece na terra, em um corpo que ligam o indivíduo a outras pessoas e a unidades sociais, através de um sistema de parentesco, que desempenha um papel fundamental na estrutura política do grupo e nas relações sociais. As famílias podem escolher morar em qualquer lugar da *comunidade*, mediante a comunicação aos membros da *comunidade*. Se reúnem em festividades, limpezas e manutenção das dependências da *comunidade* (caminho, campo de futebol, associação) e, também, em situações de adoecimento ou perda.

Seu Zé de João informou, que o Autos de Testamento deixado pelo Simplício, as terras constam em nome de São Caetano, isso dificultou o encontro deste documento por parte do INCRA, no início do processo de titulação, em 2001, já que eles procuravam em nome de Brasília.

“Quando eles vieram fazer levantamento primeira vez do INCRA, eu não estava. O pessoal informou sobre este testamento para o INCRA. O INCRA procurou em nome de Brasília, procurou a escritura não encontrou. O INCRA retornou aqui. Já quando eles vieram novamente, eu estava. Ai que eu fui explicar para o INCRA,

aqui não tem nome de Brasília na escritura de terra, a escritura daqui está como são Caetano! O antropólogo me perguntou, São Caetano? Como foi para chegar Brasília? Aí que eu fui explicar para ele como passou a chamar Brasília. O antropólogo foi procurar novamente, encontrou o testamento.” (Zé de João, Entrevista, 07/11/2018).

Esses conhecimentos são repassados por seus antepassados, os agentes sociais. Em seu trabalho sobre sistema de parentesco, Rivers (1969) relata, que muitos povos de cultura primitiva conservam oralmente suas genealogias por diversas gerações, em todas as linhas colaterais, podendo alinhar, genealogicamente, todos os descendentes de seu bisavô ou trisavô, distinguindo com certeza aqueles que chamaríamos de primos em segundo ou terceiro grau e, às vezes, suas memórias recuam ainda mais (RIVERS, 1969, p.26).

As regras que orientam os deslocamentos em função dos casamentos se orientam pela quantidade de recursos naturais disponíveis, seja as terras, campinas e caça. No caso, as pessoas que moram em Brasília dificilmente saem de Brasília. A quantidade de terras e as próprias relações sociais coesas fazem com que o homem que casa com uma mulher de fora, traga a mulher para a comunidade de Brasília e mulheres de Brasília que casam com homens de fora, levam seus maridos para morar na comunidade de Brasília. Mas essa é uma regra própria de Brasília, em outras comunidades, é a mulher deslocar-se para a *comunidade* do seu esposo.

Tal como entre os Bemba, estudados por Richards (1940) a comunidade de Brasília é composta por parentes próximos de ambos os lados da família e também de parentes por afinidade. A diferença deve-se ao fato da ocupação do território Bemba, no período do estudo de Richards ser recente, e a de Brasília, ser antiga. A ocupação recente do território devia-se ao fato desses povos terem migrado do Congo Belga para a Rodésia, atual Zâmbia. Em Brasília, as relações de parentesco, também são marcadas pelos parentes por afinidade, principalmente por meio do casamento. Se há um casamento entre o meu tio consanguíneo com uma mulher de outra *comunidade*, essa mulher será considerada minha tia.

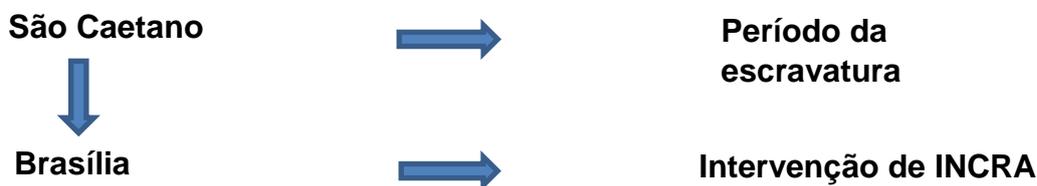
Richards (1940), diz que a descendência de um homem é traçada e legitimamente identificado com um grupo de parentes, isso vai determinar seu status (Richards, 1940, p.170). Em Brasília os herdeiros mais diretos de seu Simplício possuem um reconhecimento no território. Esse é um tipo de reconhecimento que

passa pelo sobrenome Pinto, mesmo do seu Simplício. Sabe-se que os Pintos são os herdeiros diretos, mesmo que outras pessoas tenham sido incorporadas ao território.

2. 2.1 A mudança de nome: do engenho São Caetano à comunidade de Brasília

O processo de territorialização da comunidade de Brasília se deu a partir da descendência do seu Simplício, dono da Fazenda São Caetano. Esses descendentes permaneceram no território, construindo uma *comunidade* organizada, com elementos culturais e tomada de decisões próprios. Neste sentido, João Pacheco, vem chamar de “processo de territorialização” no Brasil, o processo de reorganização social, em que comunidades indígenas se transformaram em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria e restaurando suas formas culturais (OLIVEIRA, 2013, p.56).

Formas de classificações oficiais da comunidade quilombola de Brasília



Os descendentes do seu Simplício, posteriormente, passaram a chamar de Brasília, as terras que outrora era denominada São Caetano.

Porque o território de São Caetano passou a se chamar Brasília?

Nesta perspectiva, seu Zé de João relata, que esse nome Brasília, se deu em referência ao engenho de cachaça que se chamava Brasília, localizado no município de Mirinzal.

“O nome daqui era São Caetano, a fazenda, foi chamado de Brasília há uns 50 anos atrás, por conta de cachaça. Um pessoal que tinha um engenho de cachaça chamado Brasília, no Mirinzal, trazia cachaça para vender aqui. Trazia muita cachaça, chegava aqui engarrafar e vendia. Eles traziam para cá naqueles barris, iam engarrafar, vender e beber cachaça. Aí o homem que trazia as

cachaças, em uma dessas vindas, falou: “rapaz, aqui não era para ser São Caetano, aqui era para ser Brasília, é aqui que faz a cachaça”. Com isso ficou, Brasília, devido o engenho de cachaça lá em Mirinzal.” (Zé de João, Entrevista, 07/11/2018).

Conforme já relatado, o termo Brasília pode designar situações sociais diferenciadas. Há pelo menos três situações sociais relacionadas à distribuição territorial nas quais a designação Brasília é empregada. Essas situações estão interligadas e podem ser descritas “de dentro para fora” ou “de fora para dentro”, considerando como referência principal o povoado Brasília.

O território de Brasília era bem mais amplo do que a demarcação estabelecida pelo INCA. As terras foram divididas entre os filhos do Simplício, que venderam grande parte do *território*.

“Essa terra era muito grande. Depois que terminou a escravatura, os filhos do Simplício partiram essa terra e venderam grande parte. Depois, os descendentes venderam outras porções de terra. Das terras de São Caetano, restaram apenas a do Povoado Brasília, que eles não venderam, da área correspondente a fazenda São Caetano.” (Zé de João, Entrevista, 07/11/2018).

Ainda segundo seu Zé de João, as terras de Brasília eram protegidas – tinham o documento – não existia conflito, para usurpar essas terras.

“Papai contava que ninguém mexia com Brasília! As pessoas que alegavam ter comprado terras a redores, expulsavam as famílias que viviam nessas terras. Expulsaram muitas famílias, mas, com Brasília não, não mexia, por causa desse documento do Simplício. Eles tinham conhecimento desse documento, embora não sabiam aonde estava. As pessoas que diziam ter comprado as terras a redores, falava com seus encarregados para não mexer com Brasília, eles tinham medo desse documento. ” (Zé de João, Entrevista, 07/11/2018).

Esse testamento, deixado pelo seu Simplício, foi essencial para evitar que as terras de Brasília fossem invadidas por posseiros, como relatada pelos agentes

sociais.

2.3 A Ação do INCRA e Definição como Território Quilombola

O processo de reconhecimento das terras como quilombolas iniciou no ano de 2001, quando iniciaram os trabalhos de construção do relatório de identificação. No ano de 2008 o território passou a ser reconhecido pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como território quilombola.

Neste período, a criação de búfalo foi intensa, no campo natural. Os donos desses búfalos, geralmente eram comerciantes que moravam no município de Serrano ou municípios adjacentes. As pessoas responsáveis pela criação dos búfalos desses comerciantes eram pessoas que viviam nas *comunidades* próximas a *beira campo*⁴. Os *vaqueiros* dos búfalos, mesmo sendo da *comunidade*, por conta da criação dos búfalos, entrava em conflitos com as pessoas das *comunidades*.

Os búfalos eram criados no campo natural. Esses animais destruíam a vegetação, poluíam a água, tornando os peixes impróprios para o consumo. Além disso, são animais agressivos, isso, impossibilitava as pessoas de pescarem e também de se locomover, já que muitas *comunidades*, são *beira campo* e, a única forma de chegar ao município ou a outras *comunidades* é pelo campo natural. Diante deste quadro, as *comunidades* se mobilizaram contra a criação dos búfalos no campo natural. Os donos dos búfalos e os *vaqueiros* resistiam em retirar os animais, gerando assim, agressões verbais, física, morte de búfalos e mandato de prisões para as pessoas que defendiam seus territórios. Uma das formas de luta em defesa do território foi dar entrada ao processo de titulação. Brasília e as *comunidades* adjacentes se uniram nessa luta. Hoje é proibida a criação de búfalos no campo natural.

A comunidade de Brasília, já é certificada pela Fundação Cultural Palmares. Essa certificação foi concedida no ano de 2008. Como o depoimento abaixo.

“Nós temos a certificação das Palmares, saiu em 2008. No período que saiu a briga de búfalo, entramos com recurso pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, pela desapropriação da terra. Não saiu pelo

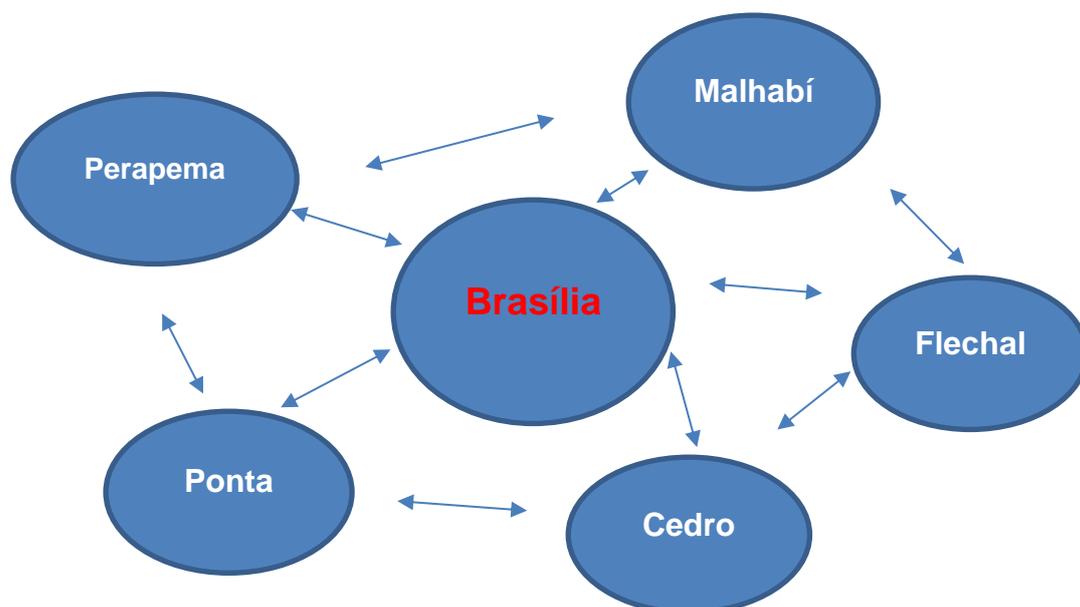
⁴ Corresponde as comunidades que estão localizadas nas proximidades do campo natural.

sindicato, aí foi que entramos pelo INCRA. Pessoas da comunidade da Brasília juntamente com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, foi ao INCRA, em São Luís, da entrada, em 2001. Foram no INRCRA, foram na ACONERUQ. Foi desse processo que saiu a certificação palmares.”(Zé de João, Entrevista, 07/11/2018).

Quando o INCRA iniciou o processo de demarcação do em 2001, existia apenas 05 comunidades: Brasília, Ponta, Cedro, Flechal e Perapema. Em 2018 foi elaborada uma nova INCRA, inserindo a comunidade de Maiabi. Das seis *comunidades* que compõem o território de Brasília, quatro ficam à beira campo: Brasília, Cedro, Flechal e Ponta, já Maiabi e Perapema estão em terra firme. As *comunidades* localizadas próximo à beira do campo, o pastoreio e a atividade de pesca são mais intensas, tanto para o consumo quanto para a venda, enquanto, nas outras comunidades há um desenvolvimento maior da agricultura de base familiar.

Seus limites físicos não significam recursos fechados, embora delimitado por tais, há uma relação dinâmica entre as *comunidades*, devendo-se respeitar as regras que regem cada uma delas. Há um intercâmbio regular entre as *comunidades*, apoiando uma as outras, quando necessário, seja a nível local ou nacional, fortalecendo a luta territorial e valorização indenitária.

Figura 5 - Esquema com as comunidades que formam o território de Brasília



Fonte: Autora, 2019.

A titulação da comunidade de Brasília, estava prevista sair o final de dezembro de 2018, porém, até o término da pesquisa inda não tinha sido emitida.

“No dia que eu fui na reunião na comunidade Cedro, com Luquinha, em setembro, a mulher da CPT falou que é agora por dia 18 a 30 de dezembro 2018, para entregar a titulação. Estava previsto sair a titulação daqui” (Zé de João, Entrevista, 07/11/2018).

A demarcação estabelecida pelo INCRA, é a mesma que a comunidade reivindica no processo de titulação, embora as terras que pertenciam à Fazenda São Caetano, incluam outras áreas.

A demarcação que o INCRA dá para a comunidade é a mesma que nós queríamos. Nós temos o laudo antropológico, nós temos toda a documentação da comunidade, falta só a titulação. Até a documentação da associação velha. É com a associação que a gente luta e recebe benefício do governo federal. É para receber, só que a gente não faz projeto. Não tem pessoas para nos orientar sobre esses projetos. (Zé de João, Entrevista, 07/11/2018).

Na demarcação territorial estabelecida pelo INCRA, foram incluídas comunidades que não pertenciam às terras do território de Brasília, a exemplo da comunidade de Perapema e Ponta. Também são excluídas, como a comunidade de Nazaré e Paraíso. É em Paraíso que fica o recinto cemiterial (Rio de Ferro), aonde são enterrados os mortos comunidade de Brasília. Paraíso faz parte dos herdeiros da antiga fazenda São Caetano, porém não se declara como comunidade quilombola, como as demais, somente como “terra de herança”.

2. 4 Roça e Roçado: redes de solidariedade

A agricultura de base familiar é uma das principais atividades de subsistência sendo a mandioca o principal produto cultivado. As *roças* são iniciadas a parti do *roçado* que compreende a derrubada da mata. No território de Brasília,

utiliza-se a *foice* (instrumento de ferro, composta por uma lamina, curva e presa a um cabo de madeira), para derrubada do mato aonde é feita a *roça*.

Após alguns dias da derrubada, quando o mato já estiver seco, é ateadado fogo. Posteriormente é feita a retirada da *coivara* (retos de madeira queimada) e após esse processo é realizado o plantio. Além da mandioca, são plantados outros cultivares, como feijão, milho, melancia, maxixe, quiabo, pepino e arroz. É necessário em média 3 *capinas* (limpeza da *roça*). A partir de um ano já pode ser feita a coleta da mandioca.

Com relação a *roça* de mandioca, milho e feijão plantam-se junto com a mandioca. Na maioria das vezes, se juntavam em tona de 2 pessoas para *roçar* no mesmo local, porque a terra fértil para mandioca (área de mata/mato alto) era pequena, porém quando era para *roçar*, plantar ou *capinar*, havia um grande contingente de pessoas, para *trocar dia de serviço*, isto é, trabalho com você hoje, quando eu for *roçar*, plantar *capinar* ou plantar, você trabalha comigo.

“Desde quando entendo por gente, era trocando dia, eu trabalhava contigo, você trabalhava comigo, assim que era. Nós tínhamos vez de ter 20, 22 pessoas trabalhando todas juntas, para roçar, para plantar, para capinar, numa hora, só numa área. Sempre eu roçava junto. A gente roçava 2 para cá, 2 para lá, porque o mato bom para mandioca era. Mais, roça de arroz a gente roçava todo tempo junto, só em uma área.” (Zé de João, Entrevista, 07/11/2018).

A construção da *roça* por meio da ajuda mútua envolve pessoas de diferentes unidades familiares, do mesmo ou de outros *povoados*. Luís Magno que mora no povoada Brasília, informou que *roça* com meus irmãos e também, com diferentes pessoas, nos diferentes *povoados* da comunidade de Brasília. O mesmo ainda falou que este ano *roçou* com Mocinho, que mora no povoado Santa Maria e, que iria *roçar* com Rodrigo, no povoado Brasília.

“Estar marcado para mim roçar com Rodrigo, também vou roçar um pedacinho para mim, aqui mesmo na Brasília. Ele vai roçar com migo e depois eu roço com ele. Eu roço com os meninos daqui, trocando dia, com Mocinho” Luís Magno, Entrevista, 28/07/2019).

A *roça* é feita de em diferentes períodos do ano. O mato será *roçado* de acordo com o período climático e os cultivares a ser plantado. Na *comunidade* tem três tipos de *roçados*: *roça de verão*, *roça de tempo* e *feijoal*. A *roça de verão* é *roçada* no mês junho/julho, para plantar em setembro, somente mandioca. A *roça de tempo*, é *roçada* no mês de setembro/outubro e planta dezembro/janeiro, vai depender das primeiras chuvas. Na *roça de tempo* são plantados diferentes cultivares em uma única *roça*: mandioca, milho, melancia, jerimum, maxixe, quiabo, melancia. Já a *roça de feijoal* é *roçada* em maio e plantada em junho, feijão.

“Se roça no mês de maio para feijoal, planta junho. Para roça de verão, o roçado é em julho e planta setembro. Roça de tempo, roçado é no mês de setembro, outubro, planta dezembro, janeiro, de acordo com a chuva. A coleta da mandioca é com um ano, ano e meio.” (Robson, Entrevista, 30/09/2019).

Luís Magno, relata, também, sobre os períodos do ano apropriados para roçar e plantar.

“A roça de tempo planta janeiro. A roça de verão 6 meses estar bom. Verão tem o certo é roçar mês de junho, julho. Tem gente que planta setembro” (Luís Magno, Entrevista, 28/07/2019).

Quadro 4 – Tipos de *roças*, meses e cultivares

Tipo de Roça	Mês de Roçado	Mês de plantio	Cultivares	Período de colheita
Verão	Junho/julho	Setembro	Mandioca	A parti de 1 ano
Roça de tempo	Setembro	Dezembro/janeiro	Mandioca Milho Hortaliças	A parti de 1 ano – mandioca Média 3 meses – milho e hortaliças
Feijoal	Maio	Junho	Feijão	3 meses

Fonte: Regiane, 2018.

Em entrevista, Seu Zé de João discorreu sobre a produção de arroz, que era grande. Hoje na comunidade não há mais produção arroz, porém, as *roças* de mandioca, milho e feijão, continuam, com o sistema de *troca de dia de serviço*, com a autonomia da unidade familiar, na decisão do que produzir.

“Antigamente na comunidade de Brasília, já foi cultivado muito arroz. Nos roçava todos juntos, em uma região apropriada, alagada. Juntavam-se em torno de 20 a 22, embora fosse delimitado o cultivo de cada um. No período da colheita vinham gentes de diversas partes da região, até de outros municípios para o corte do arroz. Corte 3/1 – quem cortava três côfos de arroz, tinha direito a 1.”
(Zé de João, Entrevista, 07/11/2018).

Durante os diferentes momentos a campo, pode ser observado os diferentes processos de evolução da *roça*, desde o *roçado*, a mandioca brotando e a *roça* já quase pronta para a colheita. No mês de novembro tinha mato *roçado*, em dezembro de 2018, os pequenos brotos de mandiocas já brotando. Já no mês de julho os pés de mandiocas encontravam-se viçosas, a pouco meses para a coleta.

2. 4. 1. As *roças*, as *cercas* e a criação de animais

As *roças* são *cercadas* para evitar a entrada de bovinos e a conseqüente destruição dessas unidades de produção. O acordo das famílias em relação ao *cercamento* das *roças* e à criação de animais, principalmente o gado bovino e os porcos ocorrem por meio de relações de confiança. A disposição ou não das *cercas* pode ser interpretada como uma relação social estabelecida via relações comunitárias, se considerarmos o pensamento Weberiano, pois não há formalidades e nem documentos escritos sobre tais procedimentos, seguidos de maneira sistemática pelas famílias.

As *cercas* utilizadas nas denominadas *roças* não são apropriadas para impedir a invasão por porcos. Uma das regras na *comunidade* é a proibição da criação de porcos à solta. Para que o porco circule livremente, é necessário que ele utilize *arganel*. *Arganel*, consiste em um pedaço de arame, pequeno e fino, que coloca-se no focinho do porco, evitando assim que ele venha destruir as *roças* e

também as nascentes dos igarapés. Esses são mecanismos de controle do uso dos recursos naturais elaborados pelas famílias e acatados de modo coletivo.

Na comunidade, as criações de porcos estão presentes em quase toda unidade familiar. No quintal das residências geralmente tem um *chiqueiro*, *curral* de madeira onde são recolhidos os porcos. As criações dos porcos são tanto para fins alimentícios, quanto para venda, para ajudar em outras despesas familiares.

A garantia no uso dos recursos não prescinde da existência de saberes como aquele relativo à feitura do denominado *arganel* e das próprias *cercas*. Os *chiqueiros* e os *aganeis* são feitos pela unidade familiar.

No *território*, também é notável a criação de gado. Na *comunidade* a criação de gado é mais tímida. É um número bem pequeno de famílias que criam gado. Estas criações são nas campinas e campos naturais. No período das chuvas intensa, em que o campo enche, o gado é retirado do campo, a boiada é pastoreada das campinas naturais. Como há mato entre as campinas, cada boiada fica em uma determinada área, porém essas campinas também são de uso coletivo da comunidade. Neste sentido, Almeida (2008, p.156), relata:

Os chamados “pastos comuns” ou “campos” da Ilha de Marajó, assim como os campos naturais da Baixada Maranhense guardam maior proximidade com as regras da pecuária extensiva do sertão nordestino. Aí também o ato de apartar ou separar o gado criado solto para ser entregue aos seus respectivos donos acontece antes da invernada e recebe igualmente a denominação de apartação. Prevaecem nestas regiões expressões como “fundo de pasto”, áreas comuns mais afastadas dos locais onde se erguem as sedes das fazendas, ou “terras soltas”, isto é que não conhecem cercamentos, ou “campos” ou “pastos comuns” ou “abertos.

As terras de uso comum não devem ser cercadas, todos podem usar os pastos comuns, como menciona Almeida, “o acesso à terra não estaria condicionado ao título de propriedade e há casos em que mesmo os que aforam “terras” para cultivo mantêm reses nestes chamados “pastos comuns” (ALMEIDA, 2008, p. 157). Porém os animais devem ser pastoreados, para evitar que o rebanho entra nas plantações, caso isso aconteça, o responsável pelo rebanho paga o prejuízo estabelecido pelo dono da plantação.

Se não houver essa transição dos animais do campo para a campina, no período das intensas chuvas, irá para a terra firme e começa a entrar nas *roças*. O gado que estiver nas campinas, também pode andar aleatoriamente e também ir

para as *roças*, pelo fato das campinas ficarem próximas das residências ou das matas ideais para *roçados*.

“Em setembro, outubro, eu levo o gado para o campo, quando o campo começa a secar. Só tiro com o campo cheio. Eu trago para campina. No campo ou na campina, eu fico pastoreando, que é para o gado não se espalhar e sair andando atoa. Final de tarde eu vou, reúno o gado, faço uma fumaça para eles. Se tiver faltando algum, vou procurar, as vezes está atolado na lama, andando pelo campo ou embrenhado no mato.” (Robson, Entrevista, 30/07/2010).

As *cercas* das *roças* são feitas com arame e *coivaras*. As *coivaras* são restos da madeira queimada do *roçado*. Geralmente são os homens que constroem as *cercas*, porém os outros membros familiares podem participar dessa construção.

Além do campo e campinas naturais, algumas famílias possuem pequenos pastos nos quintais ou em frente das residências. Esses pequenos pastos são denominados pelas pessoas do território, de *capinzal* construído tanto pela unidade familiar, quanto pelo sistema de ajuda mútua. Geralmente é *roçado* o terreno, plantado a mandioca, após a colheita da mandioca, planta o capim. O *pasto* destes *capinzais*, são para os cavalos, burros e gado que necessita de engordar.

2. 5 As Associações

Na *comunidade* tem uma *associação*, como organização formal de luta, onde são construídas tomadas de decisões, tanto direcionadas diretamente as regras que regem a *comunidade*, quanto as voltadas para outros órgãos. Trata-se da *Associação da Comunidade de Brasília*. Essa associação foi criada anteriormente à ação do INCRA, por iniciativa dos moradores da *comunidade*. A *associação* foi criada em dois processos diferentes. O primeiro em 1988, devido uma desatualização de documentos da *comunidade* junto entidades: ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão) e FETAEMA (Federação dos trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão). Em 97 foi criada outra, em vigência.

“A associação vem se arrastando desde 88. Neste ano foi criada algumas associações de comunidades vizinhas e, também, a de Brasília. Só, devido uma desatualização de documento juntos a ACONERUQ e FETAEMA, criamos outra associação. A nova associação, foi criada em 97. Em 2004 que foi tirado o CNPJ dela. Para criar uma associação, é necessária uma determinada quantidade de pessoas. Quando uma comunidade tem poucos moradores, pessoas de uma outra comunidade se juntam com outra comunidade para criar uma associação, depois se separam para criar sua própria associação. A comunidade de Brasília se juntou com a de Soledade para fundar a associação de Soledade, depois se separou e criou a sua associação.” (Zé de João, Entrevista, 29/07/2019).

Este plano organizacional formal fez-se necessário, na luta pela reivindicação territorial, reconhecimento cultural, titulação e aquisição de projetos por parte dos órgãos federais. A principal configuração dessa ruptura concerne a um quadro de intensas mobilizações políticas desses agentes sociais articuladas tanto com o advento das categorias de auto definição, quanto com a emergência de formas político-organizativas específicas. Ambas convergem para uma identidade coletiva objetivada em movimento social, notadamente a partir de 1985-86, no âmbito dos discursões que perpassam a constituinte e foram incorporadas a constituinte Federal de 1988. Ainda nesta perspectiva Almeida (2013, p. 157), “Cada um ao reconhecer na luta do outro uma parte da sua própria luta reconstrói sua trajetória histórica, repensa a sua “origem” e propicia o lastro indispensável para a coesão imprescindível a uma ação política concreta.”

Neste sentido, Barth (2000) argumenta que as relações *interéticas estáveis* pressupõem precisamente esse tipo de estrutura de interação: um conjunto de prescrições que governam as situações de contato e uma articulação em alguns setores ou atividades específicas e interdições ou prescrições com relações a determinadas situações sociais (BARTH, 2000, p.35).

A associação é composta por um corpo administrativo, dentre, estão: presidente (a), vice-presidente (a), secretário (a) e tesoureiro (a). Esse corpo é eleito pelos *sócios* da associação, através de eleição que ocorre a cada 04 anos. Porém, todas as decisões envolvendo a associação, a comunidade outra comunidade ou

outros órgãos, são partilhadas e tomadas em conjuntos com os demais membros. Cabe a todos a representatividade junto aos Órgãos ou apoio a comunidade que solicita, de acordo a disponibilidade, geralmente definida em assembleia, isto é, em reunião.

No livro *Sistemas Políticos Africanos*, organizado por Fortes e Pritchard (1940) é descrito o padrão de organização política das tribos Africanas. A organização social está estreitamente relacionada aos laços de parentesco. Na tribo Bemba, Richards (1940) descreve que a organização política depende fatores de parentesco, o poder político e suas prerrogativas tende a centra-se nas mãos de descendentes de linhagem do grupo original:

A tribo é um desenvolvimento de um grupo de linhagem que ocupou o actual território 200 a 300 anos e permaneceu mais ou menos homogênea. A estrutura original de parentesco é ainda aparente. Todos os grupos sociais a que um homem pertence são em última análise baseados no parentesco – quer seja a aldeia do seu casal ou seu grupo de descendência, e não existem outras formas de associação, tais como grupos de idade que dívida este grupo original de descendência. (RICHARDS, 1940, p. 183).

Muitas comunidades tradicionais lutam pela garantia dos direitos e, nessas, tanto a fronteira social como a territorial contribuem para a definição de um grupo. Neste sentido, Almeida (2013) argumenta, que está se chamando de consciências de suas fronteiras à confluência de pelo menos duas vertentes, a unificação da consciência do seu território com a consciência de si mesmo, manifestas de maneira explicita pelos próprios agentes sociais em suas reivindicações face ao Estado. Tal unificação indica uma ruptura com o monopólio de classificação indentitárias e territoriais produzidas historicamente pela sociedade colonial, mediante recenciamentos, cadastros, códigos (ALMEIDA, 2013, p. 157).

A *comunidade* nem sempre se reconhecia como *quilombola*, foi a partir da movimentação política que levou à construção de sua identidade. Em 2013, houve grande intensificação do Movimento das Comunidades Quilombolas do Maranhão (MOCQUIBOM), nas comunidades quilombola da região de Serrano. Este movimento se mobilizava juntamente com as *comunidades* tanto nas *comunidades*, quanto em sua sede no povoado *Mangabeira*, município de Santa Helena – MA.

“A partir desse movimento MOCQUIBOM, que a gente passou a se reconhecer como quilombo! O movimento mandou um convite, ai nós fomos! 2013. A Sede do MOQUIBOM fica em mangabeira, município de santa helena. Cada região tem um representante do MOQUIBOM, Bequimão tem, Serrano ficou Gil e Maria da ponta. Eles ficam se comunicando, se tiver um encontro aí eles repassam aqui para as comunidades, para as comunidades poder participar. De 3 em 3 meses tem um encontrão, em mangabeira. E nos demais dias os encontros são nas comunidades.” (Joany, Entrevista, 30/07/2019).

O MOQUIBOM Surge na Baixada Maranhense, em 2011, luta pela emancipação dos territórios étnico e defesa dos direitos das comunidades, direitos constitucional e territorial, evidenciado e partilhando as situações vivenciadas pelas comunidades.

“O primeiro encontro com o movimento MOQUIBOM foi na Mangabeira, com padre Inaldo. Esse movimento fala, sobre comunidades, liberar terra para trabalhar. Fala muito sobre titulação, se a gente conseguiu algum avanço. Quando chega no encontro a gente vai prestar conta, falar o que cada comunidade já conseguiu! Tem reunião em vários lugares para falar desses assuntos, por exemplo em Caxias, em Pinheiro, em Codó. Se tem uma comunidade que estar em conflito, a gente vai marca um encontro. Muitas das vezes o pessoal do MOQUIBOM marca a reunião aqui mesmo dentro das comunidades que fazem parte do movimento.” (Joany, Entrevista, 30/07/2019).

Segundo relatos dos agentes sociais, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) tem parceria nas ações junto ao MOQUIBOM. Contribuindo com pessoal, despesas e estruturas físicas para as ações de mobilização.

“A CPT junto com MOQUIBOM, entra com advogado quando as comunidades precisam. A CPT é que paga as despesas no encontrão, são três, quatro dias, a comunidade da só uma pequena contribuição, é quase nada” (Joany, Entrevista, 30/07/2019).

É importante considerar, que a associação se constitui em uma forma de

organização atrelada ao reconhecimento do território como quilombola. Entretanto, há outras formas de organização política ligada aos saberes.

A categoria “quilombo” passou por uma construção e as famílias as atualizam a partir de outras noções. Martins explícita em no seu artigo “Reflexão Preliminar sobre a Categoria Quilombo”, que a categoria quilombo tem proximidade com as práticas e saberes que os agentes sociais desenvolvem. Essa aproximação quem os agentes fazem, de suas práticas e saberes como quilombolas, permitem o quilombo da mina, dos rituais, das festas e mesmo das formas associativas (MARTINS, 2010, p. 163).

3 RELAÇÕES SOCIAIS, USO COMUM E CONTROLE DOS RECURSOS

NATURAIS: *panema, assombrados e formas de cura*

No capítulo anterior analisei as relações territoriais considerando o parentesco como organizando as relações sociais e com os recursos naturais a fim de explicitar as relações comunitárias que estão em jogo. Descrevi o trabalho nos *roçados*, a criação de animais, o pastoreio e a própria organização política do grupo. Tais relações possuem especificidades que apontam para um sistema que imobiliza a terra para a venda em função da prática do sistema de uso comum, com a predominância de relações de solidariedade, nem sempre reduzidas a um utilitarismo ou relações meramente mercantis.

Conforme veremos as famílias possuem um modo próprio de vida, que implica em saberes reproduzidos e modificados de geração a geração. Esses saberes são orientados por um sistema de crenças indissociável de um uso racional dos recursos naturais, não esgotando as áreas de pesca, caça e implantação de *roçados*. Trabalharei como a dimensão das relações ao uso dos recursos naturais são inseparáveis dos modos de percepção relativos às crenças.

Na construção da territorialidade estão presentes noções ligadas ao uso dos rios e das florestas, associados a *seres protetores* e que controlam o uso racional dos recursos naturais. Há categorias próprias para designar tais seres, nem

sempre associados ao sobrenatural, já que estão presentes no dia-a-dia das práticas sociais.

Presencia-se ainda uma série de normas anexas ao uso dos recursos vinculadas à ideia de *panema*, uma espécie de azar que acomete aqueles que usam de forma indevida um recurso natural, violam uma regra social ou contrariam um acordo coletivo. Assim, quando descrevo o *panema*, por exemplo, não posso deixar de mencionar a caça e a pesca, pois isso significa que a dimensão “econômica” é indissociável de uma representação sobre a natureza, disciplinada por práticas e formas de uso.

Portanto, nesse capítulo, descrevo as situações relacionadas ao *panema*, demonstrando como as regras sociais são orientadas por essa crença. Explicito através de casos observados como o *panema* se manifesta. As descrições, fruto de observações, apontam para um saber próprio que garante a reprodução da vida, a exemplo das denominadas parteiras, com a função de executar o parto e que possuem um prestígio na *comunidade*.

Outra categoria recorrente para se referir aos guardiões da natureza é o termo *assombrados*. Os *assombrados* são seres que punem aqueles que violam as regras sociais, seja na pesca, seja na casa. Na caça, o *assombrado* é associado ao *currupira*, um ser que desorienta o caçador dentro da mata, fazendo com que ele se perca e não encontre o caminho de volta, mesmo tendo familiaridade com as paisagens. Na pesca o *assombrado* é associado a *mãe d'água* que desorienta o pescador, faz com que ele rode em círculos sem conseguir voltar para a terra firme.

Ainda nesse capítulo, descrevo as restrições relativas às mulheres grávidas e o papel social da parteira de modo a demonstrar, que as crenças e saberes estão presentes em distintas dimensões da vida social. Trabalho ainda as noções de *corpo aberto* e *corpo fechado*, fundamentais para compreender que nem todos os integrantes do grupo possuem as mesmas possibilidades de relação com os *assombrados* ou aos espíritos de pessoas que já morreram.

São saberes atrelados a um dom, inseparáveis da experiência prática, de maneira a não dissociar a racionalidade daquilo que é considerado ilógico, Pritchard (2005), ou, o mito da história, Overing (1995). Trabalharei considerando a visão de Joana Overing, segundo a qual o mito para tais grupos corresponde a sua própria história, uma história oral, acompanhada de práticas e que define um modo de vida

coadunado com a ideia de preservação da natureza, e com o que denominamos, hoje como uso racional dos recursos (OVERING, 1995).

Realizo ainda, reflexões relativas aos rituais e principalmente a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da comunidade de Brasília. Essa festa tem relação com a dimensão territorial pois o momento da festa é de interação entre parentes que residem em povoados distintos. Conforme veremos, a festa aglutina em sua própria estrutura ritual funções que incluem os “de fora”. Os *juízes* da festa, por exemplo, podem ser de fora da *comunidade*, ampliando assim a rede de relações e solidificando laços de solidariedade. No momento de descrição da festa, enfatizo os casos de possessão e como nesse ritual ocorreram diferentes incorporações, que passaram de uma casa para outra, como se o próprio *caboclo* estivesse andando e incorporando em pessoas de casas avizinhas.

Portanto, apresento uma análise sobre o processo de construção do território quilombola de Brasília, a partir das crenças e práticas tradicionais de cura. Esses conhecimentos incluem: rezas, ritos, chás, defumações e a prática da parteira, mediante as crenças locais, para prevenir ou tratar doença. A noção de pertencer ao território, “é mais do que possuir este, é vivencia-lo, tornando-se parte dele”, afirmar uma identidade construída coletivamente.

A noção de pertencimento é partilhada a partir da noção de *irmandade*, identificada nos depoimentos. A ciência de *irmandade* permite o compartilhamento de uma ideia de pertencimento presente em todas as *comunidades* que compõe o território. Essa noção se estende para além do território de Brasília, isso porque se alguém da *comunidade* tem relação de parentesco com uma pessoa de fora, pode considera-la como fazendo parte da mesma *irmandade*.

Esses crenças e tradições se expressam e revelam dinamicamente na organização social, demonstrando a complexidade dos diversos elementos que compreendem um território, onde os agentes sociais se posicionam como sujeitos de sua história, por meio da construção social da sua identidade. Estudar “saberes e crenças” implica a compreensão de relações sociais e de construção da territorialidade, possibilitando elementos para reflexões sobre os saberes tradicionais e crenças que vão se reproduzindo e atravessando gerações.

No território quilombola de Brasília, há forte crença nas *visagens*, sejam elas da mata, da água ou espíritos dos mortos. Entre as crenças locais, destacam: o

currupira, que apresenta em forma de criança, fazendo traquinagem; a *mãe d'água*, se apresenta em forma de mulher e vive nas nascentes; e aparição dos mortos. Existe também uma grande relação entre o homem, a caça, a pesca e a natureza, vigora a crença que não se pode pescar ou caçador caçar, além de suas necessidades, porque é punido pela *panema*.

Está também, presente nesta *comunidade*, as *rezas*, *simpatias* e *plantas medicinais* com finalidades terapêuticas, assim como o poder de adivinhar a atribuída aos pajés. Manifesta-se especialmente pela habilidade do pajé em prevê a vinda de doentes que o procuram, dar seus nomes e anunciar os seus males.

3.1 *Panema*

A *Panema* é uma força sobrenatural negativa que pode acometer o caçador, pescador ou seus objetos. Se um caçador ou um pescador não tiver sucesso por inúmeras vezes, ele, seus instrumentos ou objetos de caça ou pesca estão *ipanemados*. O que provoca o *panema* é a violação de uma regra sociais.

No livro “Santos e Visagens”, Galvão descreve “panema” ou “panemice”, como uma força mágica, não materializada, capaz de infectar criaturas humanas, animais ou objetos. “Um caçador ou um pescador, cuja repetidos insucessos, acredita que ele próprio ou um dos seus instrumentos que se utiliza, linha, anzol, a carabina, estejam “ipanemado” (GALVÃO, 1955, p.111-112).

O trabalho de pesquisa realizado nessa dissertação, possibilitou pensar e refletir sobre o *panema* e os *assombados*, como mecanismos de controle dos recursos naturais, de lidar com o que está fora do sistema de classificação usual e de estabelecer as próprias relações sociais. No momento de sistematizar os dados de pesquisa percebi a complexidade das situações que envolvem a *panema* e os *assombados*. Eles estão presentes na caça, na pesca e na *roça*.

Os principais *assombados* de Brasília, são: *curupira* e *mãe-d'água*, o primeiro relacionado a caça e *roça* e a segunda relacionada a pesca. Os *assombados* são vistos por pescadores e pessoas que trabalham nas *roças*. O *currupira* não está associado somente a situações de violação no uso de recursos naturais, ele pode aparecer a qualquer momento sem uma situação definida.

O *currupira* se apresenta geralmente em forma de criança, com mais ou

menos 10 anos de idade, caboclinho, com os cabelos pretos e lisos, com os pés voltado para trás. De acordo com relatos dos agentes sociais, ele vive em área de mata, mas, circular pelo *território* fazendo travessuras. Das traquinagens ouvidas, estão: derramar ou colocar areia na comida de trabalhadores na *roça*, amarrar ou da *pisa* (bater) nas pessoas com cipó e *assombrar* os caçadores. Entretanto, ele pode aparecer disfarçado como alguém da *comunidade*, com a fisionomia de um pajé ou ainda como uma *cotia*, um tatu ou um pássaro. Quando o caçador *atira* em um *currupira* disfarçado de caça, o *tiro* não acerta e a caça simplesmente desaparece às vistas do caçador.

A *Mãe d'água* é descrita como possuía semelhança humana, apresentando forma mulher, com a pele branca e os cabelos lisos, compridos e pretos. Entretanto, ela pode se transformar em pessoas conhecidas, peixes e pássaros.

Cresci ouvindo relatos sobre *currupira* e *mãe d'água* por parentes e observados no meu dia a dia. Em nenhum momento coloquei em dúvida tais relatos ou considerei tais descrições como fora do meu próprio sistema de classificação. Tais histórias são acompanhadas de certo “mistério”, mas que fazia parte da nossa “realidade”, não estando dissociado dela orientando nossas práticas. As leituras em antropologia colaboraram para compreender melhor essas técnicas. Tais exercícios sempre fizeram parte da minha vivência, mas só a partir da leitura de textos das disciplinas pude compreender a relação de tais crenças com a dimensão territorial e da própria vida social.

A pessoa, animal ou objeto que está sofrendo a *panema*, fica isenta de cumprir as atividades de modo adequado, ocorre sempre um azar, um erro, uma incapacidade. O termo utilizado para descrever aqueles que sofrem *panema*, é *ipanemado*. Segue o trecho da entrevista:

“Quando uma pessoa ou o cahorro estar *ipanemado*, não consegue matar nada! O caçador olha a caça, mas, a caça corre, se atira, não acerta! Do mesmo jeito é na pesca. Você vai pescar, mas, não consegui pegar peixe” (Robson, Entrevista, 30/07/2019).

De acordo com os relatos dos agentes sociais, existem diferentes fontes, para a causa da “panema”. O cuidado é fundamental para evitar o *panema*,

principalmente com o sangue. Assim, passar por cima do sangue ou dos ossos da caça ou uma mulher menstruada que toque instrumentos de pesca pode causar *panema*. O *panema* relacionado à presença da mulher ocorrem em relação a mulher grávida ou mulher menstruada são estados que podem ser considerados como de liminaridade, ou seja, estágios intermediários, de Turner (1974).

3. 1. 1. *Panema* na caça.

Em Brasília, predomina duas formas para caça de animais, para fins alimentícios: a caça coletiva e a caça individual. Na prática da caça coletiva, vários homens da *comunidade* juntam-se para caçar, os animais abatidos são repartidos em partes iguais para as famílias envolvidas. Já na caçada individual, o homem ou a mulher vai caçar, sendo que a caça abatida é do consumo da unidade familiar, podendo ser *vizinhada* (repartida) crua ou cozida, com os vizinhos que moram próximo ou não, da residência do caçador, a critério da família.

É necessário tomar alguns cuidados, evitando assim que o caçador seja acometido pela *panema*. Os restos ou sangue das caças não devem estar espalhados em lugar de circulação das pessoas, pois passar por cima dos restos mortais da caça é uma fonte de *panema*. Mulher grávida deve evitar alimentar-se da carne da caça, porque fazendo isso, tanto o caçador quanto o cachorro pode ser *ipanemado*. A *panema* pela mulher grávida é uma das mais temida.

O Robson, relatou sobre o cachorro de caça de sua família que foi *ipanemado* pela sua prima que estava grávida. O remédio seria ela *passar com a barra da saia por cima do cachorro*. Porém, ela ficou com medo do animal morrer passando apenas o pé. Dessa forma, o cachorro permaneceu *ipanemado* até os dias de hoje não correndo atrás de caça. Neste caso, para *desempanemar* o cachorro, é necessário que a mulher grávida faça corretamente o remédio. Esse ritual não traz danos à saúde dela ou do bebê, porém, se não for feito corretamente o atingido continua *ipanemado*. Segue o relato de Robson:

“Bidogue ipanemou! Deram carne da cutia que ele caçou, para Nana, ela estava grávida! Mulher grávida comer carne de caça, ipanema! Se as pessoas passar por cima das coisas da caça, também

ipanema. Outra coisa que pode ipanemar, é jogar a água que lava a caça, osso da caça, onde as pessoas transitam, porque não se deve passar por cima de restos de caça. Cachorro é o bicho mais fácil que tem pra ipanemar! O bicho do mato também ipanema, a famosa currupira, ela vira caça, a gente atira, mas, não pega.” (Robson, Entrevista, 30/07/2019).

Outra fonte temida pelos caçadores, é a *panema* através do *currupira*. Neste caso, geralmente o caçador é acometido, quando há um desrespeito por parte dele, invadindo lugares considerados como morada das *currupiras* ou abatendo caça mais do que a sua necessidade.

Dona Ana Maria relata que sua mãe juntamente com seus avós, moravam em uma *encruzilhada*, localizada próximo ao *povoado da Brasília*. Segundo ela, lá era uma passagem ou morada de seres como o *currupira*. Sua avó sendo benzedeira, rezava combatendo as travessuras das *currupiras*. Segue o depoimento.

“Não faz uma encruzilhada, saindo do povoado Brasília, indo para o povoado Santa Maria e Culumim? Lá era a casa dos meus avós. Minha mãe dizia, que eles não dormiam direito, era muito perturbado de currupira. Era preciso minha avó rezar, porque currupira jogava muita pedra na casa à noite. Ali ou era morada ou era passagem de currupira. Meu avô, contava muito caso de currupira, que currupira já tinha judiado muito ele. Minha mãe, teve um tempo que deu muito bicho no pé dela, quanto mais tirava o bicho no pé dela, mais tinha. Então, minha avó levou mamãe na casa do pajé, Zé Jeronimo, ele disse: “esses bichos no pé, é porque ela pisou parto de mãe d’água”. Foi que fez um remédio, o bicho nunca mais entrou no pé de mamãe.”

(Ana Maria, Entrevista, 28/07/2019).

Ainda segundo dona Ana, até remédio sua mãe recebeu de “currupira”.

“Do outro lado do campo tinha um homem, pajé, que se chamava João Bonito, a currupira apareceu para minha mãe no traje desse homem. Um dia, minha mãe encontrou esse homem bem na

encruzilha, ele deu um maço de remédio para ela. Ele disse: leva esse remédio, que é para teu pai, é para ele fazer uns banhos, porque currupira está judiando muito ele, diz que foi João Bonito que mandou. Mamãe levou o remédio e entregou ao seu pai! Só que, meu avô, era esperto, ele disse: não é João Bonito, não, é currupira! E jogou o remédio fora! Depois de alguns dias, meu avô encontrou João Bonito, que informou a ele, nunca ter mandado remédio!”

(Ana Maria, Entrevistada, 28/07/2019).

Cresci ouvindo relatos sobre *currupira e mãe d'água*. Meu avô paterno, Alexandre, que também me contou diversos casos desses seres foi amarrado por *currupiras*, que se apresentaram em formas de mulheres da comunidade. Ainda segundo mamãe, foi preciso uma *pajelança* para curar, porque ele vivia gritando e não dormir dormia.

Alexandre chegou todo enrolado com cipó, aqui na Brasília. Estava todo amarrado! Estavam numa festança aqui na Brasília, Alexandre arrumado uma confusão, foi em casa no povoado Culumim. Chegou lá na encruzilhada, ele disse que encontrou duas mulheres, moradora de Brasília, Julica e Severina. Era currupira, disfarçada, amarraram Alexandre, que saiu andando mato a dentro. Quando foi altas horas da noite, Alexandre chegou gritando, me vale, aqui na Brasília. O cipó que amarraram ele, não tinha início nem fim! (Joany, Entrevista, 30/07/2019).

A cura para a *panema* do caçador, seus artefatos e o cachorro da caça, descritos pelos agentes sociais, envolve os mais diversos saberes tradicionais, como: defumações, banhos e a própria pessoa que foi a fonte da *panema*. Dependendo da fonte da *panema* dever ser feitos tanto na pessoa quanto no instrumento ou no animal.

“Aonde a caça cai, a gente pega uma folha de mato e corta uns cabelos da caça e coloca na boca da caça, isso é bom para fazer fumaça pra desempanemar. Fumaça de pimenta malagueta é bom

também. Quanto mulher grávida que ipanema, aí ela tem que passar com a barra da saia por cima do cachorro, para poder desempanemar! (Robson, Entrevistado, 30/07/2019).

Dona Ana Maria, também relata, sobre conhecimentos tradicionais utilizados tanto para desempanemar, tanto o caçador, como seus instrumentos de caça.

“Para desempanemar o caçador, a gente pega a barba da cutia ou da paca, da caça e faz a fumaça e passa o cachorro! Outra forma, é utilizar a palha/folha de mato, que eles colocam na boca da caça quando morre, aí faz a fumaça. ”

(ANA MARIA, Entrevistada, 28/07/2019).

Quando o caçador é atingido por forças sobrenaturais, *currupira*, além da *panema*, ele pode diversas manifestações que afetam sua saúde, como febre, calafrio e confusão mental. Neste caso é necessário a intervenção do *benzedor* ou *pajé*. Minha mãe relatou um caso que aconteceu há pouco tempo, com um primo meu, que morava no *povoado* Santa Maria. Foi necessário ir na casa da *pajoa*, para curar-se do mal que foi acometido.

“Zé Adriano falou que ele viu uma paca, atirou, ele ouviu uma voz: - heí, esse ai você não leva! Que ele olhou para lá, dizendo ele que viu um homem pretinho. Dessa vez ele quase morre, apareceu uma febre, que não passava. Foram atrás de remédio na casa de Nhá, para curar ele. Andaram por aqui atrás de azeite de carrapato para fazer remédio para ele. ”

(Joany, Entrevista, 30/07/2019).

3. 1. 2 *Panema* na pesca

Assim como a *panema* acomete o caçador, da mesma forma o pescador pode estar sujeito a ser *ipanemado*. Como foi descrito no decorrer da dissertação, o território de Brasília é situado ao longo do campo natural e cortado por rios e igarapés, onde muitas famílias pescam para manter a alimentação e também

vender, para auxiliar em outras despesas. Na *comunidade de Brasília* a pesca é mais para fins alimentares. O instrumento mais usado é o *anzol*. O *anzol* é uma pequena peça curva de metal, seguro por uma linha e amarrada a uma vara de pau, pequena, fina e maleável.

Com relação à pesca, a *panema* pode ocorrer, também, se pessoas transitarem por cima do instrumento de pesca, neste caso a *vara de anzol*, ou por causa dos seres sobrenaturais, isto é, a *mãe d' água*. A *panema* relacionada à *mãe d' água*, acontece quando o pescador invade os lugares considerados sagrados (*cabeceiras*) ou pesca para além de sua necessidade. A *cabeceira*, assim chamado pelos moradores de Brasília, é o lugar aonde os rios ou igarapés nascem, são áreas ricas em peixes.

A cura para *panema* é defumação com a escama do peixe e passar a vara de anzol, ou defumação com pimenta malagueta. Quando a *panema* é através da *mãe d, água*, assim como o na caça, é necessário ir até um *benzedor* ou *pajé* para que seja *benzido* e feito *banho ou defumações*, para retirada da *panema*.

“Existe a panema de pesca e a de caça. Na pescaria, para tirar panemice, a gente queima a escama do peixe, faz a fumaça e passa a vara de anzol, ou o instrumento que você utiliza para pescar”.

(Ana Maria, Entrevistada, 28/07/2019).

3. 1. 3. Assombrados, seres sobrenaturais e preservação da natureza

Relatos sobre *currupiras* e *mãe d' água*, em Brasília, faz parte de sua história. Na comunidade de Brasília, tem uma área de mata chamada *currupiral*, considerada morada de *currupiras*. As nascentes, as áreas de mata são lugares de muitos peixes e muitas caças. Esses lugares que são considerados moradas de seres sobrenaturais e devem ser preservados. As caças, os peixes, as vegetações não devem ser exterminadas. Este equilíbrio faz-se necessário, para manter a continuidade das espécies.

Quando o *currupira* aparece para o caçador, ele perde a noção de por onde estar andando, fica andando em círculos, locais de seu cotidiano passam a se tornar estranhos e ele não consegue sair do mato. Para ele chegar em casa é

preciso vale-se de conhecimentos tradicionais, como por exemplo vestir a camisa pelo avesso ou passar alho pelo corpo. Isso faz ele encontra-se no tempo e espaço. Quando uma pessoa é vítima de um *currupira*, não percebendo a tempo de recorrer a algum conhecimento tradicional, pode passar dias no mato, sendo necessária sua busca por familiares, em certos casos procura-se ajuda com *pajé* para localiza-lo.

A pessoa pode ser *assombrada* tanto por *currupira*, quanto por *bicho d'água* (moram nas nascentes), no caso dos pescadores. Quando acontecem com os pescadores eles andam na canoa no campo ou a pé rio adentro, até ser encontrado por alguém. Lugares que são habituais, de repente tornam-se alheios.

No território, o acesso de seus membros aos recursos naturais é livre, porém, respeitando as regras que regem o grupo. A forma de agir sobre o território e de apropriar-se dos recursos, envolve múltiplas dimensões, reunindo elemento do plano simbólico, a atribuído à pesca, caça e às suas pratica tradicionais. Essa variedade de prática integrada à natureza define a forma de apropriação desses recursos. A construção da territorialidade vincula-se a noção de *panema*, pois as práticas a ela associadas ordenam o uso e a representação do próprio território. A *panema* é uma forma de manter a diversidade da espécie da vegetação, animais, peixes dos rios e igarapés.

Outros relatos são situações envolvendo histórias de *currupiras*, *roças* em lugares de moradas desses seres, como menciona dona Ana. Os lugares de matas, são os lugares que as *currupiras* habitam, segundo os relatos dos agentes sociais. Esses lugares também são férteis para cultivares. Por ser um lugar fértil, as pessoas *roçam* nas proximidades dessas áreas, gerando assim um conflito com esses seres, como demonstra o relato abaixo.

“Minha avó gostava de fiar, ela não ficava sem fiar! Ela ia para a roça e levava algodão para meio dia fiar. Dizendo minha mãe, que um determinado, dia ela levou algodão, deixou no rancho da roça para fiar, meio dia quando chegou, currupira tinha espalhado as tiras de algodão por todo o rancho. O rancho era cheio de pegadas de currupira. Na pegada de currupira, ela vai na direção do calcanhar. Outra vez, foram roçar, pegaram um jabuti, botaram no fogo, e vez em quando vinham toca fogo na panela para cozinhar o jabuti, a roça era perto do rancho. Quando eles chegaram, o comer era cheinho de

terra, todo espalhado pelo chão, por currupira.”

(Ana Maria, Entrevistada, 28/07/2019).

3. 2. Parteira e a Relação com o Pajé

Dentre as atividades que exigem um saber, destaca-se a executada pela denominada parteira, ou seja, aquela que traz à luz uma criança. A entrevista realizada com a senhora Ana Maria, do povoado de Brasília, ela demonstra como essa atividade relaciona-se a um saber dado por nascimento, descrito como um dom, mas que também exige um aprendizado, aprimorado ao longo da execução dos partos. Esse saber é repassado através de gerações, considerando que a mãe e a avó da senhora Ana Maria eram também parteiras. No trecho a seguir a senhora Ana Maria fala sobre esse ofício.

“Um pajé falou para minha mãe, que se chamava Bú, que também era parteira, que eu tinha um dom, meu dom, era ser parteira. Minha avó, também era uma grande parteira”. (Ana Maria, Entrevistada, 28/012/2018).

A atividade das parteiras relacionava-se à interrelação entre os diferentes *povoados* e até mesmo entre as *comunidades*, pois uma parteira poderia ser chamada para atender uma mulher que estivesse para dar à luz em outra localidade. Em algumas situações a parteira se deslocava até o *povoado* da parturiente, em outras a parturiente era conduzida em uma rede por denominados *taboqueiros*. São necessários dois *taboqueiros* para conduzir um doente ou uma mulher que está para dar à luz, a uma parteira. Segue o depoimento da senhora Ana Maria sobre o fato de se deslocar para atender a mulheres que estava em trabalho de.

“Eu morava aqui, perto da casa do forno, a vizinha, sentiu dor, vieram aqui me chamar, fui lá. Foi a primeira criança que eu acompanhei o nascimento. No outro dia eu era toda dolorida! Minha mãe disse: é assim mesmo, minha filha é porque você pegou parto a primeira vez, gente quando pega parto a primeira vez, fica todo dolorido, até costumar, depois não fica mais dolorido.”

(Ana Maria, Entrevistada, 05/11/2018).

A parteira sabe sobre os procedimentos necessários para realização do parto e também os cuidados com o recém-nascido. Ela identifica o momento em que a criança vai nascer em função dos calafrios que as mulheres passam a sentir minutos antes de dar à luz. A parteira acompanha os cuidados com o recém-nascido relativos a amamentação e também ao umbigo e ao seu caimento.

“O parto não tem mistério! Já viu mulher sentir calafrio, pode dizer que ela está para pari. Parece aquele calafrio, quando ela sentia calafrio eu sabia que a criança estava para nascer. É assim as mulheres que eu já acompanhei”.

(Ana Maria, Entrevistada, 28/07/2019).

Na entrevista com a parteira Ana Maria, ela fala da primeira experiência como parteira, há mais ou menos 35, atendendo o chamado, de forma gratuita, para além da *comunidade*, já perdeu até as contas de quantas crianças já acompanho o nascimento. A cada parto nasce também uma relação de compadrio, reconhecimento e valorização entre a família e a parteira, não impedindo essa criança de ter padrinhos na igreja. As práticas de parteira trazem elementos do plano simbólico, com os pajés e vai além de um de um saber utilitário. Dona Ana relata, que o pajé falou para sua mãe, que ela tinha duas doutrinas, isto é, missão:

“Finado Minergidio, pajé, falou para minha mãe, que eu tinha duas doutrinas, uma era para brincar, pajoa e a outra era para ser parteira! Mas primeiramente eu ia ser parteira!”

(Ana Maria, Entrevistada, 28/07/2019).

Dona Ana vem de uma família de parteiras. Quase todos na *comunidade* nasceram em casa, pela mão de uma parteira. Na *comunidade* não há posto de saúde, quando se tem uma necessidade de atendimento dos serviços de saúde, para complementação das práticas tradicionais curativas, as pessoas têm que se deslocar até a sede do Município de Serrano do Maranhão, ou Município vizinho (Cururupu), muitas vezes na *taboca* ou na canoa, até o outro lado do campo.

O atendimento como parteira vai além dos limites da *comunidade* de

Brasília, aonde haver um chamado ela irá mesmo em lugares distantes. A sua primeira experiência foi na *comunidade de Brasília*, com sua vizinha, há mais ou menos uns 35 nos atrás. Dentre tantas experiências em outros *territórios*, descrevo o relato em uma localidade chamada Sensão. Neste lugar fica uns dos portos de acesso à comunidade de Brasília. Neste relato, a parturiente já tinha expulsado a criança, porém a placenta continuava retida, embora outras parteiras estivessem estimulando a saída da placenta, tentando puxá-la para fora.

“Eu estava socando arroz, quando o senhor Ivaldo chegou, pedindo para mim ir na casa dele, vê a nora dele, que estava com complicação no parto. Quando eu cheguei lá, já estavam os taboqueiros para levar ela pra Cururupu, porque a dor morreu, ela não expulsava a placenta! Outras parteiras já tinham feito tudo quanto era remédio que sabiam, mas não tinha que fizesse dor voltar para ela expulsar a placenta. Cheguei entrei no quarto, rezei, não demorou ela expulsou a placenta.”

(Ana Maria, Entrevistada, 28/07/2019).

Dona Ana relata ainda que se durante o trabalho de parto a mulher apresenta alguma complicação, ela utiliza elementos, como oração, para ajudar.

“Tenho uma reza muito forte, se a mulher não tiver com dor, ela sente na hora”, seja para expulsar a criança ou a placenta”.

(Ana Maria, Entrevistada, 28/07/2019).

Observa Galvão (1995) que, parteira, especialmente dotadas, são mais conhecidas como *rezadeiras*, ou *benzedadeiras*, e utilizam desse conhecimento nos partos como na cura de muitos tipos de doença (GALVÃO, 1995, p.122). Observa-se em Brasília que a parteira tem uma relação com as rezas e os *benzimentos*, executando tais rituais no âmbito da gravidez e do parto.

“Além de parteira, eu benzo, benzo para todo tipo de benzer mesmo. Se é um quebrante, um astral, um benzo, para arrumar junta que torceu. A mulher quanto estar de parto, aí eu benzo,

abaixo de Deus e nossa Senhora!”

(Ana Maria, Entrevistada, 28/07/2019).

Dona Ana relata que a forma e conteúdo das rezas variam segundo a situação específica para que são destinadas. Há rezas para torção de juntas (ossos), para mulher que passa mal durante o trabalho de parto, afastar espírito, quebranto e, assim sucessivamente. Neste sentido, Portela e Martins, nos traz sobre domínio de saber do benzedor, que permite tratar de problemas espirituais e físicos: *encostos, quebrantos, maus olhados, flechas, ou tirar sangue por palavras, cubreiro, fogo selvagem, bucho de criança, dor de cabeça e complicações no parto* (PORTELA; MARTINS, 2011, p. 110).

O próprio nascimento no território, é mais do que “pertencer a esta terra” por diferentes categorias de herança, é “ser esta terra”. Este “ser da terra” é consolidado a partir da relação com o nascimento, *unidos pelo cordão umbilical*.

“Quando corta o umbigo da criança, a gente guarda, a parti de ano, a gente enterra o umbigo no canto do curral de gado. Antes desse período, não, porque servi para um remédio! Por exemplo se a criança tiver com uma dor de barriga ou com problema na vista, lava um pedacinho, só um pedacinho e dá para a criança beber ou lava o olho, é santo remédio! Agora quando passar um ano, o correto é enterrar no quanto do curral de gado, para chamar fortuna”.

(Ana Maria, Entrevistada, 28/07/2019).

Além de pertencer à uma família de partiras, dona Ana, provém, de uma família de *benzedores e pajés*. Relata que eu que seus avós maternos, João Pedro, e Rosa, seu Pai Inácio, eram *benzedeiros*. Seu tio materno, chamado popularmente como Batata, era um conhecido nas diversas regiões como um grande *pajé*.

“Meu avô João Pedro, era homem bom para benzer, se ele só benzesse uma camisa de um doente, caso a pessoa pudesse vim, o doente ficava curado. Meu pai, Inácio, também benzia, para benzer criança era muito bom. Chegou uma mulher lá em casa fedendo defunto, quando minha mãe olhou a mulher, disse: Inácio para que você trouxe essa mulher para cá? Você vai fazer funeral dela! Papai

botou ela boazinha. Essa mulher se chamava Loreta.” (Ana Maria, Entrevistada, 28/07/2019).

3. 3. Corpo Aberto / Corpo Fechado

Dona Ana relata que quando pequena, tinha o *corpo aberto* e por conta disso vivia doente manifestando febres e calafrios. Na *comunidade*, entende-se que uma pessoa tem o *corpo aberto* quando é mais vulnerável espiritualmente à possessão. A possessão acontece quando o corpo de uma pessoa é invadido por um espírito que já morreu ou pela mãe d'água. Já a pessoa quem tem o *corpo fechado*, a possibilidade de ser atingido espiritualmente por seres sobrenaturais, são menores, quando expostas a esses eventos.

“A pessoa que tem o corpo aberto, qualquer coisa ela fica doente! Um bicho olha ele, ele pega quebrante. Quando a gente tem o corpo fechado, é mesmo que nada, um espírito passa, mas não atinge as pessoas. Meu corpo era muito aberto, se eu fosse na beira de casa, eu pegava um mau olho.”

(Ana Maria, Entrevistada, 28/07/2019).

As pessoas que tem o *corpo aberto* são suscetíveis a posições de espíritos de pessoas que já faleceram, *encantados* e *mãe d'água*. Esses espíritos causam males espirituais, desdobrando no estado de saúde física.

Há crença que os *encantados* ou as *mãe-d'água*, habitam no fundo das nascentes (*cabeceiras*) de rios e igarapés, inclusive aqueles que desembocam no campo natural. Acredita-se que uma espécie de cidade, reino, porém em outra dimensão, em baixo d'água e, os espíritos de pessoas que faleceram podem andar pelo território.

Crê-se que algumas pessoas ao morrerem não conseguem se desprender do plano terreno, porque se fixam em querer resolver determinada situação, que pode ser benigna ou maligna. Para isso ela encorpora em indivíduos que tem o *corpo aberto*.

Este episódio, como já foi descrito, foi presenciado no festejo tradicional da comunidade de Brasília. Ocorreram vários casos de incorporações aos quais, de

acordo com relatos de familiares, se tratava do espírito de uma pessoa falecida. Uma das jovens havia manifestado por diversas vezes. Seus pais já haviam ido *pajé*, em outro município aonde o mesmo falou que seria necessário fazer uma *pajelança* para retirar o espírito. O *pajé* teria relatado que se tratava de um espírito do seu parente falecido e ela presenciou uma situação conflituosa envolvendo-o, motivo pelos quais ele queria leva-la. Por isso precisava fazer a *pajelança* o mais rápido possível. O *pajé* receitou banho e defumação para apaziguar a situação, enquanto fosse feito a *pajelança*.

Além de episódios de incorporações têm-se muitos relatos de aparições (*visagens*) em determinados locais do território. Esses seres vivem nas nascentes dos rios e igarapés, porém, também andam pelo território.

Uma categoria que vem junto a possessão são os chamados *encantados* que são considerados seres sobrenaturais com semelhança humana, oriundos de reinos parecidos com os humanos, mas localizados nas grandes nascentes dos rios e oceanos.

Pessoas de *corpo aberto* que incorporam *encantados*, manifestam reações da mesma forma como esses seres vivem em seu plano espiritual. O *encantado* vem em forma de crianças, mulher, homem ou animais. Apresentam-se nas mais diferentes personalidades: *preto velho* (a), *índio* (a), *vaqueiros*, doutores das leis, *curandeiro*, médico, assim por diante.

De acordo com a crença local, os *encantados* são originários dessas grandes nascentes. Existem histórias de pessoas que eram terrenas e possuíam o *corpo aberto* e, como tal, recebiam *encantados*, entretanto como não foram feitos *trabalhos* (*pajelança*), para *fechar o corpo*, tais pessoas se *encantaram* e foram levadas para o fundo do rio ou do mar.

Os *encantados* incorporam geralmente em pessoas com missão de cura. Ao indivíduo de *corpo aberto*, que passa a receber *encantados*, é necessário que se faça o ritual para fechar o corpo, por meio da *pajelança*, afim de que ela adquira domínio sobre sua carga espiritual. Caso isso não aconteça, a pessoa receberá incorporações com frequência, adoecera espiritualmente e fisicamente, podendo morrer ou sofrer *encantamento*.

Esses seres vivem nas nascentes dos rios e igarapés, porém, também andam pelo território. As pessoas que têm o *corpo muito aberto*, podem ter

possessões da *mãe d'água*, mesmo estando em casa. Acredita-se que das 12:00h e 18:00h, são o horário horários que esses seres estão tomando banho ou caminhando pelo território. Nesse horário deve-se evitar andar, trabalhar pelo território ou ir tomar banho nas nascentes. Esses horários são extremamente respeitados pelas pessoas que vivem na *comunidade*. Um sinal da presença da *mãe d'água* é o assovio muito forte, estremeecedor, sinalizando sua passagem ou sua presença no local.

Uma criança também poderá ter o *corpo aberto*, principalmente se ainda não estiver batizada (batismo em casa ou na igreja). No primeiro ano de vida não se deve leva-la para banhar nas nascentes. Quando fui na visita de campo no povoado Curumim, em entrevista sobre a pesca, levei o meu filho de 2 anos e minha mãe disse: “*da arreia do fundo do rio pra Eno, antes de banhar, para a mãe d'água não botar olho*” (JOANY, Entrevista, 30/07/2019). Ela se referia ao rio do Bambu, uma nascente que localizada em frente à casa do meu irmão. Nesse rio, eles enchem água para afazeres domésticos, pescavam e tomavam banho.

Após 02 anos a criança poderá tomar banho nas nascentes, porém em sua primeira vez tem-se que dar areia do fundo do igarapé, para que os seres sobrenaturais não coloquem sobre ela *quebranto ou mau olhado*. A partir de então não será mais necessário fazer tal ritual com as crianças, a não ser quando for para nascente diferente.

O *quebranto* ou *mau olhado*, é uma força negativa, lançada através do olhar, por entidades sobrenaturais. Há também o *quebranto* lançado de pessoa para pessoa, porém o mais vivenciado na *comunidade* seria o dos seres sobrenaturais. A sintomatologia principal do *quebranto* seria bocejar com muita frequência e fraqueza no corpo com ocasionais enfermidades de febre e dor na cabeça. Para que o *quebranto* seja retirado é necessário procurar um benzedor. Como já foi descrito, dona Ana, além de parteira, é *benzedeira*. Ela relatou que a reza sobre *quebranto*, foi a primeira que ela aprendeu com o se pai, segue um trecho a seguir.

“(...) *quebrante mau olhado, com olho travessado, com dois te botaram e com três eu te tiro, com o nome de Deus e da virgem Maria (...)*”

(ANA MARIA, Entrevistada, 28/07/2019).

As pessoas em possuída por seres sobrenaturais, seja *mãe d'água*, espíritos de falecidos ou *encantados*, geralmente começam a falar palavras sem nexos e entoam cantigas voltadas para encantarias. Agem de formas diferentes e com tons de fala diferentes. Além de apresentarem força extraordinária, dentes serrados e olhos vidrados, podendo exibir outras características, a depender da entidade incorporada.

Uma de minhas primas que incorporou durante o festejo já vinha apresentando com frequência episódios semelhantes alguns meses antes. Geralmente expando arrepios, calafrios, olhos vidrados, dentes serrados, forte dor na cabeça e uma força extraordinária. Mesmo com vários homens tentando conter, ela conseguia se soltar e batia sua cabeça em objetos que lhe deixavam hematomas.

Já com relação a outra incorporação, sintomatologia era semelhante, porém sem a dor na cabeça. Essa não se sabe se era espíritos de *bicho d'água* (*encantados*) como chamam na *comunidade* ou mortos, precisava consultar o *benzedor* ou o *pajé*. Nos dois casos foi uma correria de algumas pessoas, tanto a família, quando de outros que estavam na festa, porém as situações foram apaziguadas com cachaça, alho e sal. Os envolvidos retornando à festa.

3. 3. 1. Formas de cura/tratamento

A *mãe d'água*, *encantados*, espíritos de falecidos, se apossam com mais frequência das pessoas que tem o *corpo aberto*. Um banho, defumação, passa-se alho, cachaça com sal ou pimenta malagueta pelo corpo, são remédios corriqueiros que os habitantes da *comunidade* usam para conter a ação dos seres sobrenaturais. Quando alguém tem uma fragilidade maior, uma carga sobrenatural grande, é necessário procurar um *benzedor*, um *pajé*.

Benzer é tornar abençoado. Quando uma pessoa procura um *benzedor*, ela tem fé que seus males serão curados. A oração ou *reza* como é conhecida, é emitida pela oralidade com gestos e intenções particulares de acordo com as afecções corporais ou espirituais. Constituída entre o sobrenatural e as práticas corriqueiras tradicionais do uso de ervas. Além de promover a cura por meio da

oração/reza e dos banhos, chás e defumações, o *benzedor*, assim também, como o *pajé*, explica o está acometendo com a pessoa. Semelhante, Portela e Martins (2011) nos mostram em sua pesquisa sobre “O Poder e a Autoridade dos Autodesignados Pajés”:

“O benzedor pode fazer uso de suas mãos para perceber em que parte do corpo a designada flecha se alojou, pode ver encostos, pode ouvir vozes que lhe enviam mensagens, orientando o em suas ações, pode sentir através de arrepios se o enfermo foi alvo de quebranto ou mau-olhado, assim como pode deduzir o malfeito, seja através de atos indevidos praticados pelo enfermo, seja através de acontecimentos que se impõem na vida de uma pessoa sem que haja uma causa aparente.” (Portela; Martins, 2011.p. 110).

A *pajelança* é um ritual realizado pelo *pajé*, com a finalidade de curar, retirando o mal espiritual e físico ou ajustando a carga espiritual da pessoa. Durante o ritual, o *pajé* evoca espíritos de seres sobrenaturais, *encantados*, para o tratamento ou cura do caso exposto. Durante a *pajelança*, o *pajé* utiliza mistura de ervas em forma de defumação, banho ou óleo, para cura alcançar o efeito esperado. Esse ritual, faz-se necessário para afastar o sobrenatural ou ajustar o indivíduo para que posteriormente ele venha também a se tornar um *benzedor* ou/e *pajé*. Galvão diz que “A *pajelança* destina-se à cura de doenças” (GALVÃO, 1995, p.1227).

O ritual da *pajelança* é feito ao som do tambor de *mina*, tambores específicos deste ritual; ao som de toadas, isto é, músicas de autorias dos *encantados*. O ritual é comandado pelo *pajé* ou *pajoa*, com auxílio de outros *pajés*. No território de Brasília existem dois tipos de rituais. Um que é feito para fins de cura e o outro para ajustar a carga espiritual.

Para quem tem o *corpo fechado* e foi acometido por um mal espiritual, é feito a *pajelança*, aonde o mal é afastado e a pessoa não sofrerá mais. Quando se trata de ritual para pessoa com o *corpo aberto*, os espíritos malignos, se for o caso, é realizado a *pajelança*, afastados os espíritos ou ajustados a carga espiritual, preparando essa pessoa para realizar a pratica da *pajelança e benzimento*.

Quando a *pajelança* é feita com fins de cura, após o ritual o doente liberado, com os remédios prescritos: banhos, óleos e defumações de ervas, para

dar continuidade ao tratamento. Já quando o ritual é para ajustar a carga espiritual, o pajé realiza o primeiro ritual, a pessoa é *encruzada* e depois de 15 dias é realizado o segundo ritual, chamado de *soltura*. O *encruzo* é o processo em que o pajé faz durante a *pajelança*. Nele, são *amarrados* 03 tipos de fitas o braço do indivíduo nas cores verde, amarela e vermelha que possuem simbologias e fins específicos. Após colocadas as fitas, a pessoa é levada para um quarto aonde ficará de *resguardo* por quinze dias.

Neste resguardo não alimentara-se de comidas com sal e também só pode ter contato com o *pajé* que lhe *encruzou* ou com um familiar que deve ser ungido durante o ritual e seja designado para cuidar da pessoa *resguardada*. Após os 15 dias é realizado o segundo ritual quando, durante a *pajelança*, será cortada a fita e a pessoa é *solta*. Só são submetidas ao *encruzo* pessoas de *corpo aberto*, com uma grande carga espiritual. Esse processo é que vai ajustar essa carga, tornando assim um *benzedor* ou/e *pajé*. Durante resguardo a pessoa é submetida aos remédios: banhos, óleos e defumações.

Para dona Ana foi realizada a *pajelança* na fase adulta. O *pajé* que lhe *encruzou* era seu tio, conhecido popularmente como Batata. Ela relatou que durante o ritual da *pajelança* e os 15 dias de *resguardo*, deu muito trabalho a ele, sendo sua força espiritual era maior.

“Ele me encruzou para brincar, eu que não brinco. Na hora de encruzar, ele amarrou bem as três fitas, verde, vermelha e branca. Depois que foi amarrado as fitas, fiquei em um quarto durante os 15 dias. Durante esses dias só falava com a minha mãe, que me dava comida e remédio. Foi assim os 15 dias até o dia de soltar. Meu tio, falou depois para o meu pai, que ele não era para fazer meu serviço, papai devia ter procurado outra pessoa, porque minha força era mais do que a dele!”

(Ana Maria, Entrevistada, 28/07/2019).

O poder de adivinhar é uma capacidade atribuída a todos os pajés. Manifesta-se especialmente pela habilidade do pajé tem em prever a vinda de doentes que o procuram, dar seus nomes e anunciar os seus males, conforme assinala Galvão, após pesquisa em uma pequena comunidade do baixo Amazonas

(GALVÃO, 1995, p.125).

3. 4 Usos das Ervas nos Saberes Tradicionais

O uso das plantas medicinais para cura dos males que acometem o corpo e a alma são muito utilizados em Brasília, seja em forma de chá, banho, defumador ou garrafada ou *azeite* (óleo). Se a pessoa acometida não possuir a erva específica para aquela doença faz-se com o que tem. Há um uso individual, porém, quando necessário procura-se um *benzedor* para abençoar o pé que torceu, a febre que não passa, assim por diante. Geralmente busca-se o serviço de saúde, quando a necessidade de complementação. O tratamento com o *pajé* não impede as pessoas de recorrerem ao médico.

Para tratar de problemas que são percebidos, como decorrentes de males físicos e espirituais a benzedor, faz uso de palavras mágicas, rezas e dos *remédios*, que incluem um conjunto amplo de diferentes tipos de banhos, pós, chás e pomadas a base de ervas medicinais (PORTELA; MARTINS, 2011.p. 110).

No quadro a seguir, exemplos de algumas práticas tradicionais utilizadas na comunidade de Brasília, com fins curativos.

Quadro 5 – Males e práticas tradicionais de cura

MALES ACOMETIDOS	SABERES TRADICIONAIS UTILIZADOS
<i>Panema</i> em caçador	Fumaça da folha do mato, onde a caça caiu; Fumaça do cabelo da caça; Fumaça de pimenta malagueta; A mulher grávida deve passar com a barra da saia por cima do cachorro de caça.
<i>Panema</i> em pescador	Fumaça da escama do peixe
Mulheres com complicações durante o parto	Benzimento (reza)
Dor na barriga ou Inflamação no olho	Lavar um pedaço do umbigo e dar para criança bebê
criança menor de 02 anos	

<i>Quebranto/mau olhado</i>	Ingerir uma pitada de areia do fundo da nascente; Benzimento; Passar cachaça com sal no corpo.
Afastar espirito	Passar cachaça com sal no corpo; Fumaça da folha ou da pimenta Malagueta; Benzimento; <i>Pajelança</i> .
<i>Fechar corpo</i>	<i>Pajelança</i>

Fonte: Regiane, 2018.

Além disso, foi utilizada uma gama de ervas para tratamento de outras moléstias, de conhecimento individual que são compartilhados e repassados aos longos dos anos. Seja em forma de *azeite* (óleo), chá, defumação, banho ou pó, os fitoterápicos locais são de conhecimento e utilização de todos.

3. 5 A Festa de Nossa Senhora da Conceição e os Casos *Incorporações*.

O festejo inicia-se com a novena no final de novembro, cerimoniais, independentemente da presença de hierarquia religiosa. Após a novena tem-se a noite do tambor de crioula, uma noite de festa dançante, com a radiola. Trata-se de uma festa de *irmandade* composta, como já descrito, pelos *sócios* (integrante da comunidade) e *juízes* (pessoas integrantes e fora da *comunidade*).

Neste plano da organização, guardando semelhança com os pontos descritos por Galvão (1995), sobre as principais funções da irmandade, é a de promover e organizar os festejos em honra dos santos locais, padroeiro ou de devoção. Essas festas cujo ponto alto é marcado pelo dia do santo, obedecem a um calendário particular a cada comunidade, podendo ser constituídas de promessas coletivas com objetivo do bem-estar da comunidade. Acredita-se firmemente que o povo não cumprir com a obrigação ao santo, isto é, festeja-lo na época apropriada, ele abandonara a proteção que dispensa (GALVÃO, 1995, p. 42).

Esse festejo agrega pessoas de diversas *comunidades* e regiões, transcendendo o território étnico a uma noção estreita de senso de terra, remetendo a um sistema de relação. As *comunidades* adjacentes a de Brasília têm seu Santo padroeiro, realizam seus festejos anualmente, respeitando as datas e estando presente em todas as comemorações. Uma determinada comunidade participa do

festejo da outra, seja com time de futebol, ou grupo de tambor ou simplesmente grupo de pessoas, como forma de convidá-lo a comunidade para o seu festejo.

Quando ocorre um episódio de *incorporação* em uma residência ou repartição, a tendência é que outras pessoas que tenham o *corpo aberto* encorparam também. Parece que “o *caboclo* vai andando de casa em casa”, apossando de corpo em corpo. São chamados de *caboclo* os seres sobrenaturais que encorparam nas pessoas: espíritos de pessoas falecidos, *mãe d’água* e *encantados*. Quando uma pessoa encorpara um espírito, nas conversas, você irá ouvir: *baixou um caboclo* nele ou *ele caiu*, isso significa que a pessoa incorporou um espírito.

A mutação do *caboclo* de um corpo para outro, dá-se aleatoriamente. Quem estiver vulnerável espiritualmente receberá o espírito e *cairá*. Esta passagem do *caboclo*, também foi presenciada durante o festejo. O *caboclo* começou a encorpar no círculo da festa e foi “andando de casa em casa”.

A primeira a encorpar foi uma mulher que fazia parte da comitiva de uma comunidade da zona urbana do município de Serrano. Estava no círculo da festa, dançando, quando caiu no chão, serrou os dentes, vidou os olhos e começou a debater-se. O episódio seguinte ocorreu com uma mulher da *comunidade* – minha prima consanguínea – que estava na festa e começou a sentir-se mal indo para a casa. Minutos depois vieram crianças chamar os familiares para acudir a mesma quem tinha incorporado. Após meia hora ocorreu o mesmo com outra prima também consanguínea que estava na casa ao lado do segundo acontecido.

O *caboclo* pode incorporar no corpo de outra pessoa somente quando for retirado do corpo da primeira posse. Como foram os casos citados, havia proximidade entre as pessoas, mas não estavam juntas. Nestes casos foram utilizados conhecimentos tradicionais par retirar o espírito, *cachaça com sal e orações*. Quando estiver no mesmo ambiente, pessoas com o *corpo aberto* ou que possui uma carga espiritual, haverá incorporações simultâneas.

Segundo dona Ana, quem tem o *corpo aberto*, traz alguma missão, *benzedeira* (o), *parreira*, *pajé*, *pajoa*, etc.. Quem tem o *corpo aberto*, está exposto tanto os espíritos com intenções malignas (de causar algum tipo de mal ao possuído ou a outras pessoas), quantos a benignas (aqueles que orientam na cura, por meio das práticas tradicionais de cura). Para afastar o mal espiritual ou físico, é

necessário o *benzimento*. Se a pessoa tem o corpo com uma exposição maior, muito frágil, é necessário a *pajelança*.

“Geralmente quem tem o corpo aberto, é quem tem alguma sina. Eu já fui equilibrar depois fizeram a pajelança para mim. Foi feito um serviço para mim. Antes de fazer o serviço para mim, meu tio Batata, que era pajé, ensinou remédio. Foi que a febre diminuiu. Eu só vivia doente, para onde eu saía, pegava quebranto.”

(Ana Maria, Entrevistada, 28/07/2019).

Na comunidade de Brasília, o equilíbrio entre as pessoas da *comunidade* e a natureza, é fundamental para manter a harmonia com o seu ambiente social. A saúde ou a doença irão depender da integração entre o homem e a natureza, considerando o elemento o místico fundamental no processo de cura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado no âmbito dessa dissertação possibilitou uma compreensão dos modos de *viver* coletivos fundamentados em relações sociais, incluindo o parentesco. Entretanto, considero que há aspectos a serem retrabalhados e incluídos em análises futuras. As considerações que escrevo, antes de serem finais, apontam para uma possibilidade de aprofundamento da pesquisa no momento futuro tendo em vistas as lacunas e desdobramentos a serem realizados.

No decorrer do mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia desfiz minha visão inicial do que seria “ciência” e passei a perceber a ciência como uma construção, como podendo considerar o universo simbólico e a própria subjetividade. Portanto a pesquisa fez com que rompesse pré-noções dicotômicas como subjetivo objetivo; natural e sobrenatural; sujeito e objeto e outras dicotomias recorrentes em visão menos reflexivas. A pesquisa analisou a territorialidade da Comunidade Quilombola de Brasília, a partir das práticas procedentes de conhecimentos tradicionais. Concentrei a pesquisa na realização de trabalho de campo e de entrevistas.

As narrativas sobre a comunidade de Brasília, a partir dos agentes sociais, traz o seu Francisco Simplício Pinto, dono de uma extensa propriedade de terras e da fazenda São Caetano. As terras de São Caetano que foram deixadas de herança para seus filhos atualmente são chamadas de território da Brasília, em referência ao engenho Brasília, localizado no município de Mirinzal. Do seu Simplício, permanece a sexta geração, mantendo no território suas relações de parentesco, que vai se afirmando por meio de afinidades, através dos casamentos ou por meio das relações familiares consanguíneas. A comunidade de Brasília entrou com um processo junto ao INCRA, requerendo a titulação definitiva das terras, já que eles não tinham em posse o auto de testamento deixado pelo senhor Simplício, encontrava-se em cartório. Ao final da pesquisa, a titulação ainda havia sido emitida, embora estivesse prevista sair final de 2018. Como desdobramento pretendo realizar uma pesquisa nos documentos de arquivos públicos e cartórios de São Luís e Serrano.

Quando analisei a territorialidade e a relação com os recursos naturais

rompi com a noção segundo a qual a “natureza é natural” e passei a trabalhar em termos de relações sociais. Pude perceber as especificidades da construção de relações sociais baseadas em uma visão que posso denominar, após as leituras de Weber, sobre relações “comunitárias”. As pessoas de Brasília mantêm uma relação de parentesco com outras pessoas de dentro ou de fora do território, para além dos laços consanguíneos. A irmandade é um exemplo dessa relação, pessoas de diferentes lugares, integram a *comunidade*, como juizes de festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da comunidade de Brasília. Este vínculo entre a comunidade de Brasília e as demais *comunidades* ou regiões traz a noção de “membro de uma mesma família”. Entretanto, concentrei as observações e o trabalho de campo na comunidade de Brasília e pretendo ampliar, estudar as especificidades de cada comunidade para compreender melhor a relação entre elas. Não quero tomá-las a partir de um denominador comum, como diria Geertz no estudo sobre os planos de organização.

As famílias se referem a esse território, com distintas categorias, para classificá-los, cada uma delas com significados próprios. Os povoados não são uniformes, cada um com sua particularidade, assim como a comunidades, que são diversificadas e possuem uma organização própria. Porém, esses planos organizacionais estão estreitamente relacionados em seus aspectos estruturais.

Do meu ponto de vista o trabalho precisaria aprofundar a relação entre território e parentesco de modo a dar conta da construção das categorias a partir do próprio grupo, mas também em relação a uma construção dessas categorias no campo das Ciências Sociais. Pretendo em desdobramento a esse trabalho realizar uma história social dos conceitos de território, comunidade e povoado. Essa história social, no sentido de Bourdieu, permitirá uma reflexão mais acurada dos significados atribuídos e construídos pelos agentes sociais. Ou seja, com maior investimento de campo e teórico posso realizar, no futuro, talvez em um doutorado.

A organização política do grupo possui especificidades e as famílias vivem na terra no sistema de uso comum, com a predominância de relações de solidariedade. As atividades desenvolvidas, como, pastoreio, pesca, criação de animais e caça, está para além das relações mercantis. O campo natural, além de fornecer alimentação familiar, estabelece uma relação entre as pessoas, as *comunidades*, para além do município de Serrano.

Em Brasília, a organização social inclui relações de solidariedade, compadrio, compartilhar regras em áreas de cultivo, extrativismo e pesca, ações que resultam em respeito mútuo. Há categorias como a de *panema* que condensam o significado de distintas relações e, mesmo que ela tenha sido analisada nesse trabalho pretendo aprofundá-la em trabalhos futuros. As famílias possuem um modo próprio de vida que implicam em *saberes* traduzidos nas crenças e reproduzidos na crença e repassados por gerações. Esses saberes são orientados pelo equilíbrio entre o homem e a natureza crenças, associados a um uso racional dos recursos naturais. A territorialidade está presente no uso racional dos recursos naturais e, na crença dos seres protetores que controlam o uso racional desses recursos. Assim como nas relações de solidariedade que está presente em várias dimensões das relações sociais da *comunidade*, a exemplo das caças, que é partilhada. Na categoria *panema*, é demonstrado como as regras sociais são orientadas por crenças, nem sempre associadas ao sobrenatural, já que as essas práticas sociais está presente no dia no dia-dia.

A cura é traduzida pela fé, saberes atrelados a um dom, inseparável da experiência prática, de Brasília, que direcionam a vivência. As noções de *corpo aberto* e *corpo fechado* são fundamentais para compreender que os processos de cura envolvem uma ordenação mística. As crenças e saberes estão presentes em distintas dimensões da vida, demonstrado no social desempenhado pela parteira. As pessoas procuram os *benzedores* e *pajés*, por acreditarem em suas práticas de cura. As *rezas*, *simpatias* e *plantas medicinais* tem um papel fundamental na prática curativa das pessoas acometidas por afecções espirituais e físicas.

O território é um universo de relações sociais e políticas, valores e memórias que constituem uma unidade de luta, não somente pelo reconhecimento do perímetro urbano que delimita seu território, mas também, as lutas pelos seus limites tradicionais, com crenças e manifestações culturais que atravessam gerações. Estudar saberes implica a compreensão da territorialidade, dentro desse sistema de relações.

Enfim, a conclusão desse trabalho aponta para desdobramentos futuros que pretendo realizar de modo a conseguir aprofundar o próprio significado das categorias que comecei a trabalhar nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização das consciências das fronteiras: Povos e Comunidades Tradicionais**. Catálogo. Livros. Fascículos. Manaus. PNCSA/UEA. 2013.

ALMEIDA. **Terras de quilombos, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGCSAUFAM, 2008.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 1996.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador e outras variações**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BENEDICT, Ruth. 1887-1948. **Padrões de Cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. (Coleção Antropológica).

BERREMAN, Gerard. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia. In: ZALUAR, Alba (org.) **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

BOURDIEU, Compreender. **A Miséria do Mundo**. Tradução de Mateus Azevedo et al. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BOURDIEU, **Esboço de auto-análise**. Tradução, introdução, cronologia e notas Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, **O Poder Simbólico**. Introdução a uma Sociologia Reflexiva. Trad. Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CRESS. **CCN/MA: 40 anos de Militância Política e Cultura da População Negra do Maranhão**. Disponível em: <http://www.cressma.org.br/2019/10/03/ccnma-40-anos-de-militancia-politica-e-cultural-da-populacao-negra-do-maranhao>. Acesso em: 18 out. 2019.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão Social do Trabalho**. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.1999.

FORTES, Meyer; PRITCHARD, E. Evans. **Sistema Políticos Africanos**. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 1940.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá;**

Amazonas. Companhia Editorial Nacional. São Paulo.1955.

GEERTZ, Clifford. **Forma e variação de estrutura dos vilarejos balineses**. Mimeo.

MALINOWSKI, Bronislau. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1976.

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lílian. A Constituição de 1988 e a Ressignificação dos Quilombos contemporâneos: Limites e potencialidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.28. n.81. 2013.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Reflexão preliminar sobre a categoria quilombo em penalva, Maranhão**. Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos. Alfredo Wagner Berno de Almeida (orgs)... [et al]- Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições. 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnografia dos índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v.4, n.1. 1998.

OVERING, Joanna. **O mito como história**: um problema de tempo, realidade e outras questões. **Mana**, v.1, n.1 1995.

PORTELA, Patrícia; MARTINS, Cynthia. **O poder e a autoridade dos autodesignados pajés na construção de uma expectativa de direito em comunidades quilombolas**: Religiosidade e Territorialidade na Baixada Maranhense. *Somanlu*, ano 11, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/view/505>. Acesso em: 25 jun. 2019.

PRITCHARD, E. E. (Edward Evans), 1902 – 1973. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

PRITCHARD, Evan Evans. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo Nilota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva. 2007.

RICHARDS, Audrey Isabel. **O Sistema Político da Tribo Bemba do Nordeste da Rodésia**. Sistema Políticos Africanos. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 1940.

RIVERS, William Halse. “O método genealógico da pesquisa antropológica”. In: Roque de Barros Laraia (org.) **Organização Social**. Rio de Janeiro: Zahar.1969.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual**: estrutura e anti-estrutura; tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis, Vozes, 1974.

WEBER, Max. **Conceitos Básicos de Sociologia**. Brasília: Editor Centauro, 2002.